

# Defesa Nacional

---



SETEMBRO  
1949

NÚMERO  
424

Coronel **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente  
Ten.-Cel. **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário  
Ten.-Cel. **ENIO DA CUNHA GARCIA**, Diretor-Gerente  
Ten. **DIÓGENES VIEIRA SILVA**, Auxiliar

RIO DE JANEIRO

BRASIL

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1949

N. 424

## SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	5
Homenagem.....	5

### ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Um dispositivo de tiro de duelo — Trad. Cel. Renato B. Nunes.....	7
Cavalaria Divisonária — Ten.-Cel. Altair Franco Ferreira.....	11
O concurso de admissão à E.T.E. — Uma questão provável — Ten.-Cel. Ary Quintella.....	21
Pontos sensíveis — Ten.-Cel. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura.....	23
Vigilância do ar — Major José Campos de Aragão.....	25
O problema da educação mental do soldado — VI — Cap. Moacyr Ribeiro Coelho.....	29
Canhão contra-carro de 37 mm (Continuação) — 2º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	39

### ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Considerações estratégicas sobre a defesa da Europa Ocidental — Cap. Carlos de Meira Mattos.....	59
--	----

### GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

A nona maravilha do mundo — Gen. Francisco Pereira da Silva Fonseca..	65
---	----

### OPINIÕES

O C-21-5 e o R.I.Q.T. — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	75
A instrução técnica superior no Brasil — Engº. Ernesto Luiz de Oliveira Junior.....	79
O Exército e a lavoura — Ten.-Cel. Felicíssimo de Azevedo Aveline.....	80

### DIVERSOS

A nova intendência — Cel. F.L. Biosca.....	81
O novo programa da Fábrica Nacional de Motores S.A. — Cel. Av. Joelmir Campos de Araripe Macedo.....	85
A origem dos postos militares — Cap. Leopoldo Freire.....	91
Reforma e tempo de serviço no Exército — Legislação sobre a matéria — 1º Ten. Cândido José de Siqueira.....	95
Notícias Militares.....	97
Noticiário & Legislação.....	99

# EDITORIAL

O 127º aniversário de nossa emancipação política foi pleno vibração patriótica, assinalada nas diversas comemorações "Semana da Pátria" e culminando na marcialidade da impenável parada militar, reflexo autêntico de disciplina e consciência unidade nacional, já que agora, mais do que no passado, o exército é a nação em armas.

A impressionante heterogeneidade de classes dos nossos jovens ex-pracinhas, veteranos da F.E.B., nos seus trajes civis, formando o imponente desfile, sintetizava com acerto o povo brasileiro. Na cadência rítmica da marcha, ao som dos dobrados militares, êles deixavam refletir bem que permanece latente o mesmo civismo que os animou na luta em campos da Europa, pela dignidade da Pátria ofendida e pela causa da liberdade humana.

Não obstante os dias difíceis de um após guerra cruciante para as nações jovens, êste 7 de setembro encontra o BRASIL de novo evoluindo, com a dignidade de um povo compreendedor das suas responsabilidades perante a humanidade e perante si mesmo.

Sem esmorecer na luta pela continuação eterna do seu patriotismo, tem o povo brasileiro motivos supremos para permanecer cheio de esperanças nos destinos futuros.

A despeito das manobras maquiavélicas de regimens políticos esdrúxulos e incoerentes à nossa formação espiritual e moral, nenhuma dúvida nos paira de que permanece coesa e ativa a unidade nacional.

É ainda o fogo cívico de brasilidade — aceso por JOSÉ BONFACIO DE ANDRADA E SILVA, JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, ANUARIO BARBOSA DA CUNHA, GONÇALVES LEDO e tantos outros lutadores da Independência — que continua crepitante a ardear os brasileiros de hoje, no destino da Pátria, pelo mesmo lema da campina famosa "INDEPENDÊNCIA OU MORTE!".

Embora a intransigência das Côrtes portuguesas, visando a manutenção do BRASIL à simples posição de colônia, possa ser apon-

tada como o fator máximo do desmembramento da monarquia lusitana, jamais poder-se-á esquecer que desde a retirada de D. João VI começou JOSÉ BONIFÁCIO o árduo labor de preparar o ambiente que culminaria com o gesto dramático do Ipiranga.

De grande alcance foram :

- a desobediência às Côrtes que resultou no "FICO";
- o decreto pelo qual nenhuma lei das Côrtes portuguesas poderia ser executada sem o "Cumpra-se" do Príncipe Regente;
- a convocação de uma Constituinte Brasileira, a 3 de julho de 1822.

Todos êsses atos de inspiração do grande homem público que foi êsse ANDRADA E SILVA.

Justo é compreender que o ato decisivo da concretização da emancipação política êle não podia fazer sozinho. Cabera incondicionalmente ao jovem príncipe D. PEDRO, já então "Defensor Perpétuo do Brasil". E de fato, houve uma solidariedade entre D. PEDRO e o BRASIL, cujas conseqüências jamais podem ser anuladas. Assim manda a verdade histórica que, neste dia máximo, rendam-se homenagens também a êsse príncipe hercúleo, impetuoso, audacioso e sobretudo ávido de glória D. PEDRO, PRIMEIRO IMPERADOR DO BRASIL.

\* \* \*

Já temos tido oportunidades de evidenciar que compreendemos plenamente o que representamos perante o mundo na face do nosso patrimônio moral e geográfico.

Vivemos num regimen democrático que nos permite usufruir o conforto da liberdade, pela qual jamais trepidaríamos a ir aos sacrifícios supremos.

Será, pois, para nós sempre grato comemorar este dia exultante, que nos deu um lugar no conceito dos povos definidos.

Jamais esqueceremos que todo o surto da energia poluente de idéias que nos conduziu até agora e há de guiar-nos no futuro dos séculos brota do instante histórico em que D. PEDRO riscou no céu de nossa terra com a lâmina de sua espada, selando um compromisso eterno para nós :

**"INDEPENDÊNCIA OU MORTE !"**

# HOMENAGEM



Comemorando a passagem da data magna da nacionalidade brasileira, reproduzimos acima magnífica tela que constitui motivo central da ornamentação do Salão de Honra do Clube Militar.

São 6 x 5 metros de uma pintura vigorosa do consagrado mestre da arte contemporânea brasileira: MANOEL MADRUGA.

Não temos dúvida que em breve este precioso trabalho será enrolado pelo Patrimônio Nacional, dadas as excepcionais qualidades de arrôjo e beleza da composição.

# UM DISPOSITIVO DE TIRO DE DUELO (1)

Pelo Ten.-Cel. LE GOUVELLO  
DE LA PORTE

Trad. Cel. RENATO BAPTISTA NUNES

*N. da R. — Este interessante processo de adestramento dos atiradores de escol, se bem que ideado para a guerra de montanha, em período de estabilização, pode servir para aprimorar as qualidades de certos atiradores escolhidos, cuja utilização será de grande proveito noutras circunstâncias de guerra.*

*Por isso, julgamos interessante divulgá-lo, recomendando-o, notadamente, aos instrutores de tiro dos nossos corpos de tropa.*

Um dos ensinamentos da Guerra de Montanha, na Itália, na 4ª D.M.M., e no decorrer do período de estabilização da cabeça de ponte do Garigliano, em março e abril de 1944, foi a importância do Tiro de precisão contra os observadores inimigos.

Um atirador de escol, o Cap. Montell, do 6º R.T.M., morto durante o ataque de 11 de maio de 1944, tinha a seu favor mais de 4 vitórias, conquistadas no Cera-kola, contra atiradores adversos, emboscados nos contrafortes do Faito.

A fim de seleccionar e exercitar atiradores de escol, em circunstâncias o mais possível semelhantes às do combate, organizou-se em Zaghuan, no P.C. da Direcção, durante o estágio de montanha das secções de esclarecedores do C.S.T.T., um dispositivo que, pelo interesse que suscitou, vamos descrever :

## I — PRINCIPIO

Trata-se de colocar os atiradores em situação idêntica à que se encontrarão em face de um observador adverso emboscado num amontoado de rochedos.

Cada concorrente, colocado no local do tiro, atrás dos rochedos (2), deve ter à sua frente, como num espelho, a reprodução fiel de tudo quanto fizer seu camarada postado a seu lado. Se este mostrar a cabeça num intervalo das pedras, deverá aparecer uma cabeça diante do atirador, e no intervalo correspondente. Se ele se ocultar, a cabeça deverá desaparecer imediatamente. Se, por descuido, mostrar o busto, um busto se apresentará, nas mesmas condições, aos tiros do atirador que o espreita.

Enfim, como a questão do tempo tem valor primordial, é necessário cronometrar o número de segundos escoados, antes que um dos adversários seja atingido. Todo impacto por tiro directo, por ricochete, ou mesmo por estilhaço de pedra que fira o alvo deve ser logo assinalado pelo marcador.

## II — REALIZAÇÃO

### 1º) Disposições materiais :

— Dois grupos de rochedos A e B (Fig. 1) são colocados no local de tiro ;

— Dois grupos de rochedos semelhantes A' e B' são instalados

(1) Extraído do n. 118, de "Informations Militaires" revista do Ministério das Forças Armadas (Guerra), da França.

(2) Ou de outras cobertas, no nosso caso (N. do T.).

na frente da trincheira dos marcadores.

Esses rochedos são simétricos em relação ao ponto O, situado no centro do campo de tiro, como está na fig. 1;

— Duas linhas telefônicas ligam o verificador C1, colocado atrás dos rochedos A, ao marcador M1 que está na trincheira, atrás de A', assim como o verificador C2, postado atrás de B, ao marcador M2, atrás de B' ;

— Os marcadores são providos de um capacete telefônico, para lhes deixar as mãos livres ;

— São munidos, respectivamente, de duas silhuetas de busto, S1 e S2 ;

— Na trincheira dos marcadores (Fig. 2), traça-se com cal uma linha branca que reproduza o contorno de cada grupo de rochedos, numerando-se as seteiras da esquerda para a direita.

De distância a distância traçam-se linhas verticais na parede da trincheira, a fim de facilitar a boa apresentação da silhueta.

Além disso, pinta-se um traço T (cabeça) no cabo da silhueta, e um outro B (busto) ; essas marcas são colocadas sobre a linha que reproduz o contorno dos rochedos, de maneira que a cabeça ou o busto, conforme o caso, se apresentem bem localizados.

### 2º. Armamento :

Será interessante dar aos atiradores fuzis semi-automáticos providos de luneta.

Para o estágio de Montanha do C.S.T.T., a direção obteve 4 fuzis americanos semi-automáticos, modelo "Garrant", de alça derivável, sem luneta.

A distância de tiro, que pode ser aumentada progressivamente quando se dispõe de fuzil com luneta, — deve ser de 100 ou 200 metros, no começo. A essas distâncias uma cabeça que se mostre furtivamente entre dois rochedos, já é um alvo bem difícil de atingir.

### 3º. Funcionamento :

Os dois concorrentes, T1 e T2, com as armas carregadas, ocultam-se atrás dos grupos de roche-

dos A e B ; dois controladores C1 e C2, colocam-se respectivamente à retaguarda dos atiradores T1 e T2.

O oficial, diretor, com o cronômetro em punho, dá o sinal para iniciar o tiro.

Desde que um atirador mostra a cabeça, o seu controlador telefona ao marcador correspondente (C1 ao M1 e C2 ao M2), indicando os movimentos do homem que ele observa, por meio do código seguinte :

- "T1" : cabeça na seteira 1 ;
- "T2" : cabeça na seteira 2 ;
- "T3" : cabeça na seteira 3 ;
- "T4" : cabeça na seteira 4 ;

ou

- "B1" : busto na seteira 1 ;
- "B2" : busto na seteira 2 ;

etc.

O marcador executa a ordem dada, fazendo aparecer a silhueta da cabeça ou busto, na seteira indicada, com a rapidez e o automatismo adquiridos à custa de um treinamento prévio rigoroso.

Se o atirador se ocultar inteiramente atrás dos rochedos, o seu controlador comanda "Zero", e a cabeça deve desaparecer imediatamente.

Exemplo : Na fig. 1, o atirador T1 mostra a cabeça na seteira número 3 (à direita da pedra postada) — O controlador C1 dá ao marcador M1 a indicação : "T3".

Uma cabeça aparece logo na seteira 3' do grupo de rochedos A, à frente do atirador T2. Se o atirador T1 se esconde, o controlador comanda "Zero". A cabeça desaparece logo.

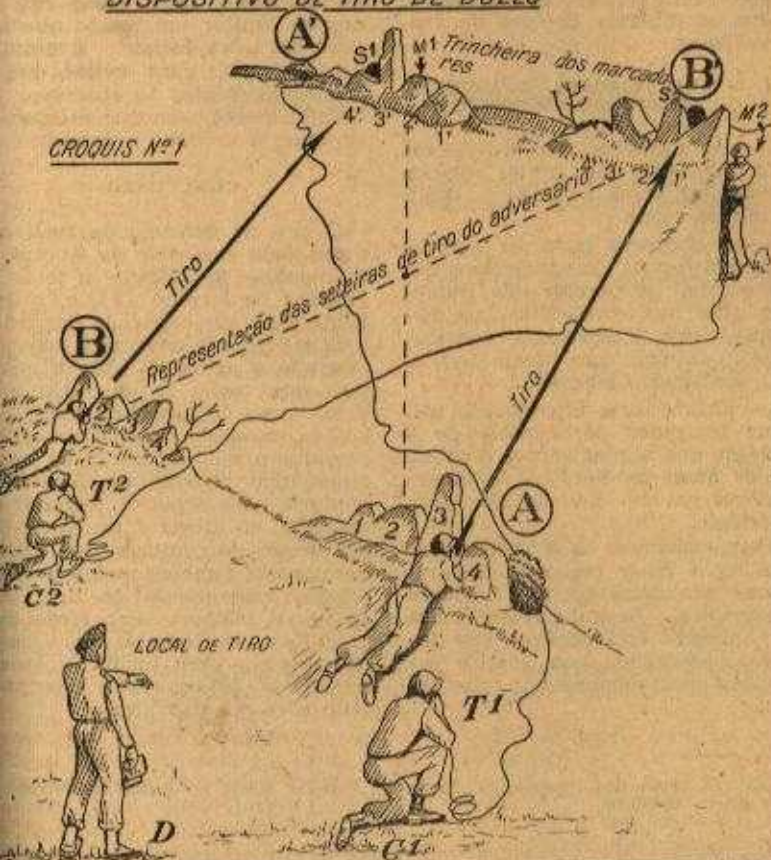
N.B. — Há sempre um ligeiro atraso entre o movimento efetuado pelo atirador e sua reprodução na trincheira dos marcadores. Esse atraso poderá ser desprezado se os controladores e os marcadores forem perfeitamente exercitados. Em todo caso, o atraso é sensivelmente o mesmo para os dois concorrentes, e não influi de maneira notável nas condições do concurso.

### 4º. Resultados obtidos :

Durante o estágio, efetuaram-se dois concursos de tiro. Cada co-

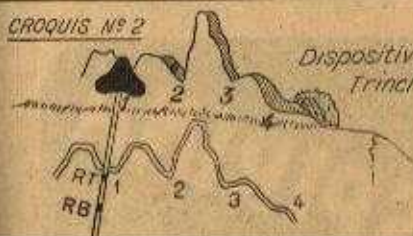
DISPOSITIVO DE TIRO DE DUELO

CROQUIS Nº 1



CROQUIS Nº 2

Dispositivo e tracado do interior da Trincheira dos marcadores.



ção de observadores fêz-se representar por dois atiradores de escol, dispondo, cada um, de 5 cartuchos. O tempo gasto para atingir o adversário variou de 12" a 2" e 10".

Depois de alguns ensaios de funcionamento, com as armas descarregadas, os atiradores compreenderam o mecanismo do dispositivo e logo, desde a primeira vitória obtida, apaixonaram-se por esse



desporto que muito se aproxima do combate real. Foi extraordinário o estímulo que se manifestou entre as diversas Secções de Observadores.

### III — MODIFICAÇÕES E APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO

— As silhuetas, em vez de serem pintadas de preto, podem apresentar côres naturais: cáqui e côr de carne;

— A distância pode ser aumentada em função dos progressos dos atiradores. É preciso não esquecer que, nas montanhas, as distâncias têm importância considerável. O fuzil com luneta tem aí seu verdadeiro emprêgo;

— Enfim, seria interessante utilizar binóculos periscópicos de 8 x 24 de que alguns corpos dispõem e dos quais as Secções de observadores haviam sido dotadas para o estágio.

Para convencer os atiradores das vantagens desse material, bastaria munir um deles de um binóculo periscópico. Reconheceriam todos a vantagem considerável que teriam, observando com inteira segurança seu adversário, antes de atirar.

Poder-se-á, igualmente, mostrar os dois adversários com esse tipo de binóculos, mas, nesse caso, é preciso limitar um tempo que não pode ser ultrapassado: 3 minutos, por exemplo, para evitar que os dois concorrentes se observem definitivamente, sem que nenhum arrisque a mostrar a cabeça.

### CONCLUSÃO

O tiro de precisão de fuzil é apanágio exclusivo da Guerra de Montanha. É aplicável a todos os gêneros de terreno (3), e, a esse título, deve ser cultivado por todos.

Se o fuzil não deve mais ser considerado a arma de toda a guerra, pois que tende a ser substituído pela arma automática leve, a carabina semi-automática continua a ser — como fuzil — a arma automática provido de luneta e pontaria — a arma do atirador de precisão, do atirador de escol, e do grupo de combate, em montanha. Permanece, também, como um excelente instrumento de tiro, sem dúvida o melhor. Por esses títulos, conservará, por muito tempo ainda, seu lugar no armamento da Infantaria e nas ocupações dos instrutores.

(3) O papel dos "Snippers" tanto na Europa como no Extremo Oriente é uma prova absoluta.

*Contra dores*

**ASPIRINA**

*O remedio de confiança*



# CAVALARIA DIVISIONÁRIA

Palestra realizada no Q. G. da 1ª D. I. pelo  
Ten.-Cel. A. FRANCO FERREIRA

## 1 — APRESENTAÇÃO

A necessidade da Informação é indiscutível; ela deve assegurar o tempo e o espaço necessários para decidir, manobrar ou tomar dispositivo adequado.

A Cavalaria é, sabidamente, a arma por excelência da BUSCA DE INFORMES, e o Esq. Rec. Mec. é, atualmente, o órgão de Cavalaria Divisionário. Conhecer as possibilidades e as servidões desse órgão de informações é saber com o que pode contar a D. I. nesse setor, e, bem assim, o quanto precisa a D. I. ajudar àquele órgão para que forneça boas e valiosas informações.

Por tudo isso, parece fora de dúvida a necessidade de um estudo, de certo modo detalhado, do Esq. Rec. Mec., das suas possibilidades, de algumas de suas facetas de atuação e do apoio de que necessita para bem cumprir sua honrosa missão de informar, no concerto geral de cooperação das armas e serviços.

## 2 — DEFINIÇÃO DE ESQ. REC. MEC. DIVISIONÁRIO

(C-2-20, Par. 2, letra "b")

"O Esquadrão de Reconhecimento da D. I. é o órgão móvel de reconhecimento à disposição do Comandante da D. I. e é empregado por esse Comando para obter informes sobre organização, efetivo e dispositivo do inimigo, sobre as características do terreno e outros informes indispensáveis à elaboração de um plano de ação. Opera dentro da Zona de ação atribuída à Divisão, em coordenação com os ór-

gãos de reconhecimento terrestres dos escalões superiores e inferiores."

## 3 — ORGANIZAÇÃO SUMARIA DO ESQ. REC. MEC.

(C-2-20, Par. 3 e 4)

a) Ver ORGANOGRAMA, Anexo n. 1.

b) Ver QUADRO RECAPITULATIVO DO MATERIAL, Anexo n. 2.

c) Valor tático das viaturas.

(1) Carro Blindado Leve M 8 :

E A VIATURA BÁSICA DE COMANDO E DE TRANSMISSÕES

— Pode fazer, sem se reabastecer :

— 150 a 400 km através campo,

— 300 a 600 km em boas estradas, podendo atingir a velocidade de 90 km p.h.

— Possui :

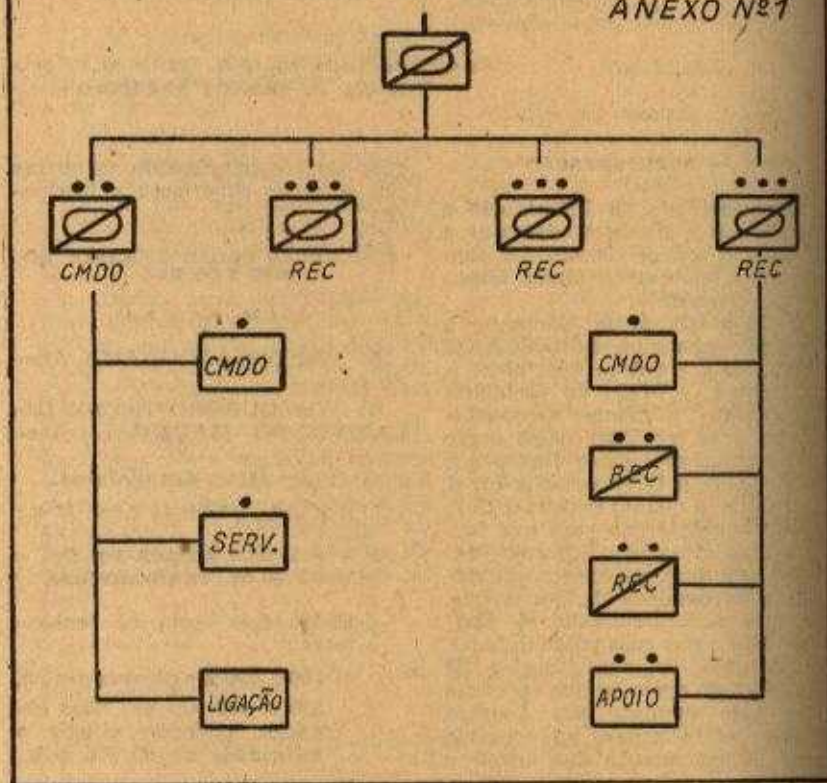
— Um aparelho de rádio de longo alcance, que facilita o Comando e com o qual entra na rede de Cmdo. da D. I. ;

— Um aparelho rádio de pequeno alcance, com duplo receptor, que permite realizar ligações internas com os Pel. ou Ptr., enquanto mantém escuta com outras redes do Esq. ;

— Blindagem que proporciona relativo conforto aos operadores de Rd. nele instalados ;

## ORGANOGRAMA DO ESQ. REC. MEC. DIV.

(C 2-20 PAR 3)  
ANEXO Nº1



— Um canhão de 37 mm que atira granadas perforantes eficazes contra blindagens ligeiras do inimigo, até 400 m; granadas explosivas, contra materiais, até 1.000 m; ou ainda, schrapnel, contra pessoal, suplementando u'a metralhadora Cal. 30, conjugada com a peça.

**NAO É VIATURA INDICADA PARA COMBATE OFENSIVO**

— Apesar de apreciável capacidade de transposição que lhe

fornece razoável mobilidade, não possui facilidades de manobra (Ráio mínimo de curva = 9 metros), o que faz com que seja muito sensível a emboscadas em estradas e desfiladeiros.

(2) Transporte pessoal 1/4 ton., 4 x 4.

**É A VIATURA BÁSICA DE RECONHECIMENTO**

— Sua baixa silhueta, sua velocidade, sua excepcional mobilidade através campo, facilitam

tam-lhe, sobremodo a ocultação e a utilização ao máximo do terreno.

- Equipados com rádios de pequeno alcance, ampliam consideravelmente a ação dos M8.
- Transportam, normalmente, metralhadoras que podem atuar seja das viaturas, seja do solo, dispondo para isso de reparos terrestres, ou outras armas, tais como morteiros ou lança-rojões, conduzindo-as facilmente a grandes distâncias, além do armamento individual e granadas de mão ou de fuzil conduzidos pelos homens das equipagens.

#### 4 — MISSÕES

a) A missão primacial do Esq. Rec. Mec. é a Busca de Informes (C 2-20, Par. 20).

Para isso o Esq. deve procurar, ao menos, ver o inimigo, o mais longe possível, e desde então, não deve mais perder esse contacto tomado.

Todo homem do Esq. deve saber que desempenhando missão de reconhecimento está também contribuindo para a segurança do grosso, fornecendo-lhe as informações de que necessita para sua tomada de dispositivo.

E preciso todavia salientar que as missões de reconhecimento e as de proteção propriamente dita são absolutamente distintas, não se interdependem. Toda missão de cobertura pressupõe reforço para o Esq. que dela fôr incumbido e só pode ser atribuída em zona muito mais restrita que a de reconhecimento.

b) As missões de reconhecimento podem tomar o aspecto de:

- (1) Reconhecer determinada área, zona ou estrada, seja na frente como no flanco dos grossos amigos;
- (2) Observar estradas ou posições defensivas, seja de postos fixos, seja por meio de patrulhas.

c) As missões de proteção podem ser:

- (1) Atuar como parte de força de cobertura na frente ou no flanco dos grossos;

(2) Participar de vanguardas, flancoguardas ou retaguardas;

(3) Participar de elementos encarregados de manter uma cortina de contra-reconhecimentos;

(4) Cobrir uma retirada, se convenientemente reforçado.

d) O Esq. Rec. Mec. pode ainda receber outros tipos de missão, tais como:

(1) Manutenção de um ponto crítico do terreno, por tempo muito limitado;

(2) Constituir reserva móvel de choque contra pára-quadistas inimigos;

(3) Perseguição de tropa inimiga batida ou desorganizada, ou ainda, retomada de contacto rompido.

#### 5 — POSSIBILIDADES E SERVIÇOS DO ESQ. REC. MEC.

a) De marcha:

- 250 a 300 km por dia, em boas estradas, etapa dependente dos limites das possibilidades dos meios de Trns. disponíveis;

b) Quanto a velocidades:

- marchar em estradas, à média de 56 km.p.h.;
- reconhecer uma zona, eixo ou área, num rendimento horário de 5 a 16 km.p.h.;
- esquadrinhar compartimentos num rendimento horário de 2 a 6 km.p.h.;

c) Quanto a frente de emprêgo:

(1) para missões de reconhecimento:

- 16 km para o Esq. Rec., sobre 4 a 6 eixos, mantendo inicialmente um Pel. em reserva;
- 6 km para o Pel., sobre 2 eixos;

(2) para ações de combate defensivo: 4.000 metros;

(3) para ações ofensivas: 1.250 metros;

d) Quanto a capacidade de transposição:

- Operar, mesmo em terrenos que apresentem cortes com vaus de fundo firme, até 0,50 m de profundidade;
- Galgar rampas até de 60 %;
- Vencer degraus até 30 cm.

## e) Servidões do Esq.:

- Ao aspecto topográfico do terreno :
  - Bosques ou matas cerradas
  - Cortes profundos
  - Acidente orográficos
 que exigem desbordamentos que obrigam a estudos e planos feitos a priori, na carta.
- As condições atmosféricas :
  - Chuvas intensas
  - Nevoeiros densos
 que diminuem a visibilidade e aproximam as patrulhas umas das outras.
- À natureza do piso em que se movimenta :
  - Lama
  - Areias
  - Terrenos pedregosos e entocados
  - Minas
 que retardam, quando não paralisam completamente o movimento das viaturas.

## 6 — MODO DE AÇÃO DO ESQ. REC. MEC.

## a) Ambiente :

Normalmente o Esq. age em terreno já percorrido pela Cav. C.Ex. que se encarrega, portanto, do chamado RECONHECIMENTO AFASTADO, geralmente dirigido sobre áreas, senão pontos, distantes, fornecendo, em cooperação com a Aviação os primeiros elementos essenciais de informações (E.E.I.).

Haverá todavia ocasiões em que, na cobertura de flancos em particular, ou excepcionalmente em determinadas frentes, o Esq. terá que agir isolado, fazendo simultaneamente o reconhecimento afastado e o aproximado.

Visa o reconhecimento afastado localizar os grossos, precisar direções de colunas ou delimitar frentes de defesa do inimigo, trabalhando exclusivamente em proveito da segurança do chefe. Fácil será concluir que pelas malhas largas do reconhecimento afastado, muitos elementos ligeiros, senão mesmo alguns destacamentos de porte sensível, logram passar despercebidos ou são apenas assinalados, pôsto que não interferem nas decisões do Chefe.

O reconhecimento aproximado vasculha o terreno da proximidade imediata da zona de ação do elemento para quem trabalha e visa localizar, em tempo útil, a fim de

permitir uma decisão do Chefe, os elementos capazes de perturbar a segurança da tropa.

O ambiente, portanto, no reconhecimento aproximado, talvez seja mais hostil que o do afastado, ainda que este aja mais no desconhecido; mas o inimigo, no primeiro caso, já tendo ultrapassado a trama da Cav. C. Ex. leva a deliberada vontade de ver ou de perturbar os grossos amigos, ainda que para tal, tenha que combater.

## b) Conduta :

De qualquer forma o que diferencia o Esq. Rec. Mec. dos elementos de segurança é que aquele:

- emprega normalmente a infiltração;
- age excepcionalmente pelo fogo, para não arriscar-se a revelar sua presença;
- manobra constantemente, para melhor realizar a infiltração;
- só utiliza o combate se indispensável para o cumprimento das missões, ou para evitar sua própria destruição ou captura, o que não exclui as ações individuais, os tiros felizes, sempre tão eficazes quando aconselhados pelas circunstâncias;
- mantém constantemente atitude agressiva, o que não significa atacar mesmo em inferioridade de meios, e sim, perturbar, atacando de surpresa ou armando emboscadas.

O Esq. informa o Cmdo. da D.I., e todos os contactos com forças inimigas (C-2-20, Par. 26, letra g).

c) **Dospositivo** (C-2-20, Par. 26, letra d).  
Normalmente o Esq. trabalha na busca de informes com dois Pels. em primeiro escalão e outro em reserva; assim sendo, necessário se faz amarrar a missão de cada Pel., em como se compreende a necessidade de definir a do próprio Esq., que se pode fazer, restringindo-as:

- normalmente a uma ZONA, cujos limites, evidentemente, jamais serão rígidos, inutáveis ou indevassáveis;
- a um EIXO, quando se quer ter a certeza de que por êle o inimigo se orienta ou o utiliza;
- a uma ÁREA, quando se quer informação precisa de determinado local ou objetivo topográfico.

Por outro lado, é preciso controlar o avanço dos elementos de primeiro escalão, para que não se aventurem em ponta ou se retardem perigosamente, e êsse contrôle obtido pelo estabelecimento próximo de:

- linhas ou objetivos a atingir, de onde, no mínimo, se transmite a hora em que foram ultrapassadas, ou eventualmente, onde se aguardam condições de prosseguimento do avanço; tais linhas ou objetivos marcam, pois, os lances a dar, os quais se encurtam à medida que a unidade vai se aproximando do inimigo.

Ao Pel. reserva podem ser dadas, a qualquer momento, missões como:

- infiltração através de uma brecha ou forçamento de um ponto fraco, ou desbordamento do dispositivo inimigo;
- auxiliar qualquer dos Pels. de 1º escalão;
- realizar nova missão de reconhecimento em direção ainda não explorada;
- estabelecer ligação.

Normalmente as viaturas do Grupo de Manutenção acompanham as do Grupo de Comando do Esq.

d) **Efetivos.**

O Esq. é organizado, equipado e instruído para executar missões de Busca de Informes, seu armamento é relativamente fraco e, sobretudo, muito especializado, com conseqüente dificuldades de remunicação; por tudo isso, quando lhe for dada u'a missão de duração mais demorada, ou que, sabidamente apresente evidentes dificuldades para seu cumprimento, deve ser "a priori" convenientemente reforçado.

Esse reforço, pode ser:

- se a idéia dominante for ofensiva: Pels. D.T., Pels. C.C., Pels. de Cn.Ass., ou ainda Pels. de E.C., ou em outras palavras, elementos capazes de facilitar o movimento;
- se a idéia for defensiva, elementos de ocupação do terreno (Clas. Inf., blindada ou simplesmente transportada, Esq. Cav. Moto, ou eventualmente Pels. Mtr. Hipo) ou de destruição (Pels. de E.C.).

No caso creoulo, em vista do estado atual da nossa rede rodoviária, não de constituir elemento obrigatório de reforço dos Esq. Rec. Mec. os reconhecimentos técnicos da E. Div. que completarão o reconhecimento do terreno e em particular as vias de acesso, por onde não se se aproximar as numerosas viaturas orgânicas da D.I.

e) **Operações à noite** (C-2-20, Par. 29).

São operações muito sensíveis posto que são denunciadas desde muito longe pelo ruído dos motores e por isso, devem ser muito cuidadosamente preparadas pela Carta, onde os itinerários devem ser estudados com grande minúcia, estabelecendo-se pontos de referência inconfundíveis, utilizando frequentemente fotografias modernas e recentes; estabelecem-se sinais e medidas de identificação, fixam-se códigos simples e procuram-se seguir, com redobrada disciplina, tô-

das as normas de camuflagem que o caso comportar. Nas proximidades imediatas do inimigo, as viaturas devem se fazer preceder de patrulhas a pé, o que torna a operação lenta e de pequeno rendimento.

Tal tipo de reconhecimento é sem dúvida operação difícil, pelo que deve constituir assunto de elevado treinamento, para que seu rendimento aumente, apesar de alta sensibilidade ao terreno de que ficam tomadas as viaturas; por outro lado, e não raro, constituirá ele a forma normal de atuação dos nossos Esq. Rec. Mec., precedendo as D.I. em deslocamentos noturnos que, talvez não possam ser denunciados pela presença prematura dos Esq. Rec. correspondentes.

## 2 — TRANSMISSÕES NO ESQ. REC. MEC.

(C-2-20, Par. 74/83)

### a) Missão.

Assegurar ligação rápida, segura e ininterrupta entre os elementos de reconhecimento e os escalões superiores. É, como sempre, uma responsabilidade do Cmt. do Esq.

### b) Meios.

São meios orgânicos do Esq. (segundo ordem de urgência)

- o Rádio (fonia ou eventualmente telegrafia);
- os Agentes de Transmissão, transportados em "jeeps";
- os pirotécnicos, compreendendo artificiais e fumaças;
- os painéis (fosforescentes, para identificação com a Av.);
- a sinalização a braços, as bandeirolas e os sinais acústicos, de muito pequeno alcance, apenas para ligações internas.

Eventualmente pode o Esq. utilizar o Telégrafo ou o Telefone, pelo que as equipes de Trns. devem-lhes conhecer os segredos do emprégo e estar em condições de utilizar ou interromper circuitos telegráficos ou telefônicos de campanha, interpretar diagramas, quer de circuitos de campanha, como dos das rédes civis encontradas.

### c) O meio rádio.

O meio rádio é o principal do Esq. Rec. Mec. Só ele permite realizar as possibilidades totais do Esq. pôsto que seu alcance excede de muito ao dos demais meios.

Todos os oficiais do Esq. devem conhecer perfeitamente as características dos aparelhos do Esq. e, em particular as possibilidades e limites de cada tipo de aparelho. Tanto os rádio-operadores como os oficiais devem saber com segurança a significação de MF (FM), MA (AM) e OC (CW) ou seja conhecer a aplicação dos dados ionosféricos no aparelho utilizado.

Embora os rádios dos elementos mais avançados sejam de modulação em frequência, deve-se ensinar a só transmitir as mensagens em código e éstes devem ser extremamente simples e curtos, seja num sistema de frases pré-combinadas, seja num sistema de grupos de letras. Os sistemas criptográficos são reservados para as transmissões com a retaguarda e devem ser considerados como demorados e de pouco rendimento.

O pessoal do Esq. deve estar prático na utilização da Linha Bandas coordenadas Polares, dos Teletypes, para designação de pontos nas Cartas e Fotocartas, conhecer perfeitamente e de memória o código de designação de pontos em vigor e saber até que ponto vão as restrições de silêncio do Rádio.

## B — COMANDO

O Cmdo. do Esq. Rec. Mec. tanto deve desempenhar suas funções normais de Comando, como participar do E.M. Especial (embora atuando quase sempre junto ao G-2) funcionando como conselheiro no que diz respeito aos assuntos de reconhecimento. Deve ele constituir elemento de inteira confiança do Alto Cmdo. para quem trabalha, e ser ouvido sempre se tiverem de ser formulados ou modificados os Planos de Informação e os de Busca correspondentes. Deve, por outro lado, estar em condições de sugerir missões para os próprios elementos e propor métodos de coordenação de esforços.

dos os demais agentes de coleta informes; por tudo isso, deve ser conhecido profundo e em primeira mão das decisões do Alto Comando, a fim de colaborar conscientemente nos Planos de emprego futuros.

Durante a fase da preparação de qualquer operação, o P.C. do Esq. deve ser localizado próximo ao da D.I., mas, tão logo comecem os trabalhos de reconhecimento, deve-se deslocar o mais para frente possível.

O oficial de ligação, com os melhores meios de transmissões, devendo estar plenamente informado da atuação do Esq. de um lado, e das decisões do Cmt. da D.I. por outro, permanecendo constantemente no P.C. do Cmt. D.I., levará a este as informações emanadas daquele e facilitará o trabalho do Esq. transmitindo-lhe as últimas decisões deste. Por esta razão, exige-se do Oficial de ligação, muita ponderação e personalidade, profundo conhecimento do "metier" aliado a qualidades de discrição e honestidade profissional.

## 9 — PLANOS E ORDENS

### a) Decisão básica.

A decisão básica de emprego da unidade de Cav. de Reconhecimento é da responsabilidade do Alto Comando. As missões dela decorrentes serão baseadas nos elementos essenciais de informações que o Cmdo. quer obter para concluir sobre as possibilidades do inimigo e visarão, em via de regra, precisar informes fornecidos pela Av. ou pela Cav. C. Ex.

O Cmt. do Esq. deve estar preparado, desde esse instante, para propor o emprego de sua unidade, antes mesmo de ouvir o Chefe e, se for completa a disciplina intelectual, e sólida a cultura do Cap., essa proposta coincidirá, ou superará em detalhes, à decisão do General.

Para estar materialmente em condições de assim agir, o Cmt. do Esq. e seu pequeno E.M. devem manter rigorosamente em dia uma detalhada estimativa da situação sob o ponto de vista reconheci-

mento, a qual deve coincidir com o estudo da situação geral organizado pelo E.M. da Div.

### b) Planos.

O Cmt. da D.I. para agir, precisa ser informado sobre onde, quando e como, e, se possível qual o inimigo que deverá defrontar, redigindo de seu próprio punho as questões que devem ser esclarecidas. Estas questões serão pelo E.M. (G-2), desdobradas em outras e, por vezes completadas, por alguns outros pontos que, não influenciando diretamente na decisão do Gen., podem ser úteis à segurança da tropa (N.G.A.), esses são os chamados elementos essenciais de informações (E.E.I.) e esclarecê-los, deve constituir ponto de honra de todos quantos deles tenham conhecimento.

Os E.E.I. são desdobrados em indícios simples, perguntas fáceis de responder, devendo-se saber a hora e onde devem ser dadas as respostas correspondentes, é o PLANO DE INFORMAÇÕES.

As perguntas do plano de Informações distribuídas pelos elementos de Busca, com o esclarecimento de onde podem ser colhidos os indícios correspondentes e até quando devem chegar as informações relativas constituem o PLANO DE BUSCA, que muitas vezes na D.I. e quase sempre nas unidades menores, aparece junto com o Plano de Informações.

Do Plano de Busca tiram-se as missões para as unidades de reconhecimento que são específicas e detalhadas. Se, para a manobra for preciso manter um ponto forte do terreno ou realizar o retardamento do inimigo até determinada linha, esse complemento decorrerá de pedidos da G-3, daí poder se compreender que só convenientemente reforçado poderá o Esq. bem cumpri-la.

O Cmt. do Esq., por sua vez, ao receber sua MISSÃO organiza o Plano de emprego de seu Esq., levando em conta:

- seus próprios meios;
- o terreno em que terá de agir;



- as condições atmosféricas reinantes;
- as possibilidades do inimigo.

c) *Ordens de reconhecimento.*  
(FM 101-5, Forms 13A e 13B)

O Alto Cmdo. que recebe informes de várias fontes, como sejam a Aviação, intercepção de rádio, elementos de localização pelo som e pelo clarão, o radar, o serviço de espionagem e de contra-espionagem, a troca de informes com as unidades adjacentes, mapas e outros meios, tem o dever de fornecer ao Esq. Rec. Mec. tôdas as informações disponíveis sôbre os locais ou áreas suspeitos de estarem ocupados pelo inimigo e cujos detalhes de ocupação pretende encarrregar o Esq. de procurar.

Os modelos indicados se referem às instruções que podem ser baixadas para formular o Plano de informações e as ordens de reconhecimento reduzidas à sua expressão mais simples, isto é, dizendo especificamente:

- O QUE procurar;
- QUANDO informar;
- ONDE colher o informe.

Uma ordem estará completa, se contiver, nos diversos itens:

- (1) Informações adequadas sôbre o inimigo ainda mal conhecido;
- (2) Informações sôbre a localização das tropas amigas e algumas indicações relativas à idéia de manobra do Cmt. D.I.;
- (3) Especificação dos informes desejados, inclusive o ONDE e QUANDO poderão êles ser obtidos;
- (4) Limites de Zona (área, eixos ou estrada);
- (5) Objetivos ou linhas a atingir, discriminando o tempo (hora) em que devam ser alcançados;
- (6) Horas e locais para onde devem ser enviadas as mensagens;
- (7) Duração provável da missão, discriminando, se fôr o caso, o local para onde se deverá deslocar o Esq. depois de terminada a missão;
- (8) Detalhes administrativos;
- (9) Ligações e Transmissões (C.M. avançados, P.C. das unidades superiores, e outros detalhes sôbre o assunto).

d) *Subparágrafo "Esq. Rec. Mec." da O. Op. da D.I.*

Além da ordem específica com os detalhes lembrados acima, pode aparecer o subparágrafo do Esq. na O. Op. da D.I., o qual basta conter algumas indicações suficientes para esclarecer aos escalões superiores e para coordenar os esforços dos agentes de reconhecimento.

e) *Ordens do Cmt. do Esq.*

A cada Pel., ou inicialmente a tôdos os Pels. reunidos, são dadas ordens ainda mais específicas que atendam rigorosamente ao o QUE, QUANDO e ONDE, passando por vêzes pelo POR ONDE, pelo COMO e pelo ATÉ QUANDO, fixando conduta em caso de encontro com o inimigo e atitude em fim de missão.

Poderão ser dadas por escrito (quase sempre as iniciais) ou sob a forma de um "Mapa de Operações", porém o mais freqüente será revestirem-se do aspecto de ordens particulares, dadas oralmente, ou em mensagens de estilo telegráfico ou calcos muito simples.

10 — CONSELHOS AO CMT. DO ESQ. REC. MEC.

- a) O seu reconhecimento deve ser baseado em E.E.I. e em Plano de Busca que atendam às possibilidades do inimigo;
- b) Suas ordens e as de seus subordinados, devem ser específicas e decorrer diretamente do Plano de Busca;
- c) Sua unidade foi organizada, equipada e instruída para missões de Busca; a qualquer momento deve ela estar suficientemente forte para se desincumbir de tais missões;
- d) Só empenhe sua unidade em combate, se absolutamente indispensável para cumprimento de sua missão ou para evitar seu aniquilamento ou furtar-se à sua captura;
- e) Mantenha, desde início, uma reserva de relativa força e recomende a seus subordinados que façam o mesmo;
- f) Seus elementos avançados devem ser tão rápidos quanto o permita o inimigo;

g) Quando a situação ou a atitude de resistência inimiga lhe façam a abandonar a estrada, abandone-a prontamente e continue sua missão através campo;

h) Lembre-se de que sua missão só estará bem cumprida só pela QUANTIDADE de informes captados, e sim, pelo valor de informações transmitidas em TEMPO UTIL. Cmdo. da D.I.;

i) Trate de treinar seu pessoal para o desempenho de missões de CAVALARIA; não perca de vista o fato de que é um simples soldado sem conduz os veículos de seu Esq. em velocidade, e que é um subalterno quem transmite ou encaminha mensagens em missão; eles devem saber que sua atividade ou sua inércia podem ser fatais para a missão do Esq. que muitas vezes, para cumprí-la, muito sacrifício pode ser exigido;

j) Seu pessoal de reconhecimento deve ser hábil na arte de paulear a pé; na guerra, mais de 90% das missões de reconhecimento são cumpridas a pé;

k) Seu Esq. deve trabalhar à noite com a mesma eficiência que de dia; a escuridão oferece, frequentemente, grandes vantagens a uma tropa que esteja treinada a fazer de noite tudo quanto faz de dia; esteja, em qualquer caso, bem conhecidos os seus homens, prontos para agir agressivamente e inteligentemente;

l) Por fim, lembre-se sempre de que: Chefes agressivos e com firme determinação, porém calmos e ponderados, serão sempre capazes de abordar qualquer situação com inteligência e bom senso. Eles são indispensáveis. É dever do Cmt. do Esq. Rec. Mec. preparar e treinar chefes dêsse quilate e, isso conseguido, poderá se vangloriar de ter obtido o seu mais honorífico sucesso.

## 11 — CONCLUSÕES

a) Pode a D.I. esperar de seu Esq. Rec. Mec.:

(1) As informações de detalhe sobre o inimigo e sobre o terreno

de que necessita para sua manobra, em frentes que não excedem de 16 km;

(2) Uma cortina ativa de contra-reconhecimento em frente que não ultrapasse dos 4.000 metros;

(3) Uma cobertura em frente reduzida (2.000 m) e segundo uma única direção, mantendo, se necessário, um ponto crítico por tempo limitado;

(4) A segurança de um dos flancos, compreendendo a busca de informes e a manutenção de pontos sensíveis;

(5) A segurança de sua retaguarda imediata, principalmente a vigilância e cobertura contra ações de pára-quedistas;

(6) A retomada rápida de contacto rompido pelo inimigo;

(7) A perseguição de elementos batidos e desorganizados do inimigo, impedindo-lhes a retirada, seja barrando-lhes itinerários de retraimento, seja "harcelando" suas colunas em marcha;

(8) Retardamento do inimigo segundo uma direção, mediante a execução de hábil e flexível manobra retardadora sobre posições sucessivas.

b) O Esq. Rec. Mec. Div. para bem cumprir suas missões precisa que a D.I.:

(1) Dê suas ordens de modo conciso, claro e preciso, indicando com segurança.

O QUE — quer do Esq.,

ONDE — deve o Esq. ir para encontrar, o que quer,

QUANDO — deve o Esq. cumprir sua missão,

COMO — portar-se ANTES, DURANTE e DEPOIS de executada a missão;

(2) Forneça reforços adequados sempre que a missão atribuída ao Esq. for outra, além da busca de informes, ou quando se preveja que esta prometa revestir-se de excepcional dificuldade;

(3) Evite desgatá-lo em missões que não sejam as específicas ou que não atendam à sua complexa e custosa organização e à demorada instrução de seus componentes;

(4) Evite empregá-lo por partes, a fim de conservar sua excepcional capacidade de manobra; dê a missão ao Esq., e ele se desincumbirá dela da melhor maneira;

(5) Evite empregá-lo contra inimigo desconhecido, a fim de que sua desejada manobra de surpresa não o faça ser surpreendido pelo inimigo de força esmagadora.

QUADRO RECAPITULATIVO DO MATERIAL DO ESQ. REC. MEC. DV.

Anexo n. 2

MATERIAL	Sec. Cmndo.	Peł. Rec.	Esq. Rec.	OBSERVAÇÕES
<b>Veículos :</b>				
Transp. 1/4 T. 4x4.....	6	7	27	As Mtr. 30 são orgânicos de viaturas, mas podem ser utilizados em terra firme.
Transp. 3/4 T. 4x4.....	1		1	
Transp. 2 1/2 T. 6x6.....	1		1	As Mtr. 50 equipam as viaturas 1/2 lagarta e só adram as viaturas.
1/2 Lagarta M5.....	5		6	
Blindada M8.....	4	3	13	
<b>Armamento :</b>				
Mtr. 39.....	6	7	27	Os Mrt. e L. Rojão 90 são de terra firme.
Mtr. 50.....	5		5	
L. Rojão 2"38.....	4	1	7	Os Canhões 37 mm 90 podem ser utilizados nos carros M8.
Mrt. 81 mm.....		1	3	
Canhão 37 mm.....	4	3	13	
<b>Rádio :</b>				
RAD. 8 km 194.....	2	3	11	
RAD. 11 km 106.....	6	3	15	
RAD. 60 km 302.....	4	2	13	

### NIQUEL CROMO UNIVERSO

Oficina especializada em galvanoplastia com banhos de cromo, cobre, níquel, latão e oxidação em geral — Serviço em tambores para peças molas

**RICCI & CINCOTTO**

RUA MARIA MARCOLINA, 663 (FUNDOS) — FONE, 9-5329 — S. PAULO

### REPUCHAÇÃO SÃO JOÃO

**PEDRO ARBOLEDA**

RUA MARIA MARCOLINA, 663 (FUNDOS) — FONE, 9-5329 — S. PAULO

# O CONCURSO DE ADMISSÃO À E.T.E.

## UMA QUESTÃO PROVÁVEL

Ten.-Cel. ARY QUINTELLA

ADMITIRÁ SOLUÇÃO A EQUAÇÃO  $\frac{\cos x}{\sin x} = 2 \operatorname{sen} x + \frac{1}{\sin x}$  ?

...

Para eliminar o denominador sen x, devemos estabelecer a restrição:

$$\operatorname{sen} x \neq 0 \quad (1)$$

que, satisfeita, conduz à equação equivalente:

$$\cos x = 2 \operatorname{sen}^2 x + 1$$

Pela substituição do seno, resulta: (+)

$$\cos x = 2 - 2 \cos^2 x + 1 \quad (3)$$

ou, para  $\cos x = t$ :

$$2t^2 + t - 3 = 0, \text{ cujas raízes são:}$$

$$\begin{cases} t' = 1 \\ t'' = -\frac{3}{2} \end{cases}$$

A única raiz do intervalo

$$-1 \leq t \leq 1$$

é 1; logo, temos a única solução de (3):

$$\cos x = 1$$

e o grupo único de arcos côngruos:

$$x = 2k\pi$$

Para  $x = 2k\pi$ , a restrição (1) não é satisfeita e, segundo opinião de grande número de autores, somos forçados a concluir a impossibilidade da equação proposta, pois a única solução encontrada deve ser rejeitada.

É o que afirma Th. Caronnet (Ex. de Trigonometrie, 3ª ed., pg. 163, ex 176).

Opina o Prof. Roberto Peixoto pela obrigatoriedade de rejeição da raiz (Matemática-2ª ciclo-2ª série-pg 391) e, consequentemente, pela impossibilidade da equação.

Ainda do mesmo modo pensa E. Humbert (Trigonometrie-Pg. 174-problema V).

Em F.G.M. (Compléments de Trigonométrie-pg. 90, ex. 128) encontramos uma solução do mesmo tipo, aceita sem qualquer restrição, o que não nos parece correto e, se o citamos, temos em vista esclarecer que não é unânime, nos bons autores, o desprezo da solução obtida.

Grande número de autores não se detém na análise das restrições quanto aos valores que anulam o denominador expelido, naturalmente por considerarem a questão já suficientemente tratada no estudo das equações algébricas (++). Todavia podemos concluir suas opiniões, pelos resultados que apresentam nas solu-

(+)-Victalino Alves e Ary Quintella, Questões de Concurso, página 255.

(++)-Autores consultados: F.T.D., Paul Granz (Ebene Trigonometrie zum Selbatunterricht); André Muxart (Trigonométrie); Paul Chenevier; A. Nunes Serrão; Alphonse Rebière; G. Wentworth; Serrasqueiro; Ch. de Combersusse; Carlo Bourlet; Arthur Weeks; Gray Funkhouser.

ções dos exercícios propostos.

Assim, o Professor Thales de Mello Carvalho aceita a solução em certos casos, como, por exemplo, o do exercício 17 da 2ª série do livro Matemática para os Cursos Clássico e Científico, análogo à da equação do nosso exemplo.

O Professor Sinésio de Farias também a aceita em seu magnífico trabalho Equações Trigonométricas—página 76—exercício 28.

Carlo Bourlet (Leçons d'Algèbre Élémentaire—página 146—Application II) recomenda conduzir a equação fracionária à forma:

$$\frac{A}{B} = 0 \quad (1)$$

E, da exposição de Bourlet, depreende-se:

a) — Se não existirem valores da incógnita que anulem simultaneamente  $A$  e  $B$ , a equação (1) é equivalente a

$$A = 0$$

b) — Se existirem valores da incógnita que anulem ao mesmo tempo  $A$  e  $B$ , resta verificar o verdadeiro valor (palavras de Bourlet) da fração indeterminada

$$\frac{A}{B}$$

Se este for diferente de zero, a equação (1) é impossível.

Aplicaremos, então, este modo de pensar do autor citado à equação do nosso exemplo e obteremos:

$$\frac{\cos x - 2 \operatorname{sen}^2 x - 1}{\operatorname{sen} x} = 0$$

Para  $x = 2k\pi$ , o valor numérico do primeiro membro assume a forma indeterminada:

$$\frac{0}{0}$$

Calculamos o limite do primeiro membro (verdadeiro valor da expressão de Bourlet) pela regra de L'Hôpital e teremos:

$$\lim_{x=2k\pi} \left| \frac{\cos x - 2 \operatorname{sen}^2 x - 1}{\operatorname{sen} x} \right| = \lim_{x=2k\pi} \left| \frac{-\operatorname{sen} x - 2 \operatorname{sen} x \cos x}{\cos x} \right|$$

Assim, pelo critério de Bourlet,  $x = 2k\pi$  é solução da equação proposta, embora não satisfaça à restrição (1).

E voltamos à pergunta:

" TERÁ SOLUÇÃO A EQUAÇÃO  $\frac{\cos x}{\operatorname{sen} x} = 2 \operatorname{sen} x + \frac{1}{\operatorname{sen} x}$  ? "

## PONTOS SENSÍVEIS

Ten.-Cel. MANOEL IGNACIO CARNEIRO  
DA FONTOURA

Pode dizer-se que o ponto de partida da evolução da noção de ponto sensível está na revolução industrial, que se operou na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII.

Com efeito: o aperfeiçoamento da técnica industrial veio possibilitar a criação de novas armas, cujo resultado foi o de estender cada vez mais os limites do campo de batalha.

Depois, a arte militar com Napoleão é colocada em nova base e, conseqüentemente, a preparação para a guerra assume proporções antes desconhecidas.

Mais tarde, já no século XIX, o aperfeiçoamento dos meios de transporte, com a introdução, primeiramente, da máquina a vapor e, posteriormente, do motor a explosão, veio permitir a reunião dos recursos para a batalha, em condições de tempo cada vez menores.

Contemporaneamente, o advento da arma aérea aumentou em extensão a vulnerabilidade do território e a defesa nacional passou a interessar-se por todos os recantos.

O outrora, o ponto sensível era considerado uma posição-chave da linha de combate, no próprio campo de batalha. Modernamente, o ponto sensível é constituído, principalmente, por centros de direcção política ou militar, zonas de instalações industriais, fontes de matérias primas, linhas de comunicação, meios de transporte, áreas de reunião ou de distribuição de recursos, etc., situados no Teatro de Operações, como na Zona do Interior.

Sabe-se que o território de um país, para efeito de guerra, é dividido em Teatro de Operações e Zona do Interior. No Teatro de Operações é que se fará a reunião de todos os recursos, em pessoal e material, que se jogarão na luta pela soberania nacional. Na Zona

do Interior estão localizados os recursos com os quais a Nação em armas sustentará a guerra, isto é, depósitos em geral, silos de cereais, arsenais, fábricas, usinas elétricas, refinarias, laboratórios, jazidas minerais, oficinas de manutenção, hospitais, centros de instrução, recursos em transportes, portos, aeroportos, estações, ferry-boats, tesouro e governo, expressões do poderio de um país.

É óbvio que a integridade de todos esses órgãos, tanto os do Teatro de Operações, como os da Zona do Interior, principalmente os centros de direcção, assegurará o funcionamento da máquina estatal e militar, o que é absolutamente necessário para manter o apóio moral e material ininterrupto às forças armadas, em operações de guerra.

A noção de ponto sensível não é restrita, mas ampla, por isso que poderá abranger uma zona de extensão apreciável — a zona vital, cuja importância é considerada essencial ao esforço de guerra.

Vejamos, a título de esclarecimento, alguns exemplos do período post-napoleónico da História Militar:

— em 1866, a Prússia imobiliza a Áustria numa só batalha Sadowa, que lhe abre as portas da Boémia (zona carbonífera e industrial);

— em 1870, ainda a Prússia, na batalha de Sedan, que lhe permite a ocupação de Picardia (zona carbonífera e industrial), tira à França toda sua capacidade de resistência;

— em 1879, a ocupação das ilhas oceânicas, produtoras de guano, por forças chilenas, na Guerra do Pacífico, priva o Perú da principal fonte de ingressos fiscais de sua receita pública, o que lhe acarreta sérias dificuldades financeiras para prosseguir na guerra;

— em 1914, a França só resistiu em face de nova ocupação de sua zona industrial, pelo fato de a principal fonte de produção bélica da Aliança, de que fazia parte, achar-se localizada nas ilhas Britânicas;

— em 1917, a derrubada do governo imperial de S. Petersburgo, instigada por agentes alemães, leva a Rússia à derrocada, antes de ser invadido o território propriamente russo;

— em 1918, ante a iminência da ocupação da zona industrial do Rhur pelos Aliados, a Alemanha solicita o armistício;

— em 1943, a partir do momento em que a superioridade aérea passa para as Nações Unidas, os bombardeamentos pela aviação anglo-americana das zonas industriais da Europa ocupada, enfraquece a tal ponto o poderio dos alemães, que ocasiona a reviravolta da situação iniciada na frente oriental.

Tal é a importância militar que esses centros políticos ou zonas industriais assumem no quadro da guerra moderna, que sua ocupação por forças terrestres, ou, então, sua destruição, quer por forças aéreas, quer por outros meios, constitui o objetivo estratégico que se procura alcançar desde o início da guerra.

Todavia, quando se tratar de zonas industriais, nem sempre se poderá atingir esse "calcanhar de Aquiles", por ser inexistente, como ocorre em alguns estados sul-americanos; ou só dificilmente, por intermédio da arma aérea, por sua localização em ponto afastado da Zona do Interior, como acontece com os grandes estados modernos (U. R. S. S., E. E. U. U., etc.).

Só o conhecimento da estrutura econômico-política, bem como o da ideologia do governo de um estado considerado inimigo provável, poderá revelar a existência de tal ponto sensível por excelência, cuja eliminação deverá paralisar sua ação militar.

Além desse ponto nevrálgico, existirão outros, espalhados por todo o território, seja no Teatro de Operações, seja na Zona do Interior, que, uma vez atingidos e con-

seqüentemente eliminados, criarão dificuldades ao Comando e cuja destruição repercutirá nas operações militares, quer no âmbito estratégico, quer no âmbito tático.

Aos comandos de escalão estratégico, por deverem dispor de meios especializados, poderá ser atribuída a missão assaz importante do estudo dos indícios, tendo em vista a fixação dos pontos sensíveis do território do inimigo provável.

No escalão estratégico, por exemplo, que, segundo a estrutura em vigor, tem existência real desde o tempo de paz, no que diz respeito a esse assunto, o método de trabalho a seguir, poderá ser o do esquema abaixo:

A) Dados fornecidos pelo escalão superior:

1º) Definição das atribuições do Comando, em face de determinadas hipóteses de guerra;

2º) Definição da área do território do inimigo provável;

3º) Fixação dos meios de investigação necessários.

B) Elaboração no escalão considerado:

1º) Estudo da estrutura militar inimiga, na área considerada, que compreenderá:

a) a conduta das operações e a direção administrativa, bem como o dispositivo inicial provável das forças e dos serviços;

b) o equipamento do território, que será encarado de diferentes ângulos, tais como: mobilização militar, mobilização industrial, concentração, operações, etc.

2º) Levantamento de todos os pontos sensíveis da área atribuída;

3º) Relacionamento, em função do Plano de Manobra, do repertório dos pontos sensíveis julgados de interesse para o Comando;

4º) Estabelecimento, em face dos meios e das necessidades da manobra, de uma prioridade de destruição dos pontos sensíveis;

5º) Conseqüentemente, estabelecimento do projeto do Plano de Destruição dos Pontos Sensíveis, encarando as necessidades do Comando terrestre, nas diferentes fases do Plano de Operações.

# VIGILÂNCIA DO AR

Major JOSE CAMPOS DE ARAGÃO  
Instrutor da E.E.M.

## 1 — RESUMO HISTÓRICO

As primeiras transposições feitas pela aviação alemã e francesa sobre as linhas de contacto terrestre, na Guerra de 1914, vieram mostrar, desde então, a necessidade de um serviço organizado, à base de espreitadores do céu e que, assim, denunciasses a aproximação dos aviões adversários, visando não só o acionamento dos meios antiaéreos, como proporcionar as possibilidades de alguns elementos se ocultarem ou se disseminarem no terreno, procurando furtar-se à ação dos aviões.

As faculdades visuais foram estudadas por cientistas e a prática impôs uma distância máxima a intervalar estes espreitadores do céu, de modo a que, se empregando o mais reduzido número de homens, se tivesse o máximo de rendimento.

Chegaram os técnicos em anti-aérea, à conclusão de que uma distância de 10 km entre os postos de vigilância do ar seria a maior a se aceitar na distribuição dos mesmos, em condições meteorológicas normais.

Assim, tanto do lado francês, como do alemão, uma rede de vigilantes, constituída de malhas de 10 km de lado aproximadamente, passou a cobrir toda a parte do território acessível à aviação adversa.

Desde os primeiros dias sentiu-se também a necessidade de uma centralização dos informes prestados pelos diversos vigilantes. Centros de informação de Defesa Antiaérea foram criados.

Nestes Centros apareciam elementos para interpretar os informes e outros destinados à difusão dos alarmes aéreos, às regiões momentaneamente ameaçadas. Surgiu,

dêste modo, o Serviço de Alarme Aéreo.

Durante a própria guerra, os técnicos procuraram ampliar a capacidade dos postos de vigilância do ar e apelaram para os recursos acústicos. Houve um acentuado progresso nessa direção. Em pouco tempo foram construídas grandes cornetas acústicas, amplificadores do som, e formados especialistas que permitiam, pelo ruído dos aviões, ainda além de uma dezena de quilômetros, identificar se se tratava de aviões amigos ou inimigos.

No fim da guerra de 1918, êsses localizadores já operavam em ligação elétrica com os projetores e até mesmo com alguns canhões mais evoluídos.

Com o crescente poderio aéreo dos beligerantes e mesmo o aumento do raio de ação da aeronáutica o Serviço de Vigilância do Ar foi se ampliando por toda a França e Alemanha.

Nos grandes centros surgiu a necessidade de uma nova organização, a "Defesa Passiva", visando atenuar os danos causados pela aviação adversa e acionar, posteriormente, as medidas curativas indispensáveis.

Departamentos especiais de Defesa Passiva foram organizados em todas as cidades, subordinados a um órgão centralizador da Defesa Passiva e pertencente ao Ministério da Defesa Nacional.

Foi com êste arcabouço de "vigilância do ar", de "serviço de alarme aéreo" e de "organização da defesa passiva" que chegamos à guerra de 1939. Mas já, nos primeiros instantes as características da aviação altamente evoluídas, mostraram a ineficácia dos locali-



zadores pelo som; crescendo ainda, que se verificavam muitas falhas nos sistemas de transmissão, das malhas, da rede de vigilância do ar, o que acarretava a inoperância dos meios de defesa passiva.

Houve pois, uma corrida para a ciência, buscando soluções que permitissem aos "Serviços de Alarma Aéreo" dar o conhecimento das aproximações dos "raids" ainda a tempo de serem tomadas as medidas de defesa ativa e passiva.

Como primeira solução os técnicos encontraram a de dosar fortemente os postos de vigilância do ar de aparelhos de rádio, para que prontamente o informe chegasse aos Centros de Informação, sem que ficasse sujeito à morosidade das ligações telefônicas. Nas fronteiras marítimas ampliou-se o serviço de vigilância, por meio de barcos com equipes de espreitadores.

Pouco tempo depois, foram criados aviões especiais de vigilância do ar, dos quais o "Catalina" é um dos exemplos bem evoluído.

Mas mesmo assim, continuava a apresentar lacunas o "Sistema de Alerta Aéreo".

Os rumores da propalada invasão aérea à Inglaterra, por parte dos teutos e mesmo as possibilidades de operações aéreas de envergadura, levaram os ingleses a insistir na busca de algo mais aperfeiçoado para localização das aeronaves. Apelaram para os cientistas e técnicos em rádio, que no fim de algum tempo chegaram a resultados surpreendentes com o aproveitamento do reflexo das ondas de rádio, que como sabemos, é assemelhável ao reflexo de ondas sonoras, quando provocam o eco ao se chocarem em edifícios, montanhas, etc.

Numa preocupação constante de aperfeiçoamentos, conseguiram os ingleses, bem antes das investidas maciças da aviação germânica, os famosos aparelhos de "Radar" de longo raio de alcance e de precisão acurada.

Em quase todos os outros países beligerantes houve preocupação do aperfeiçoamento do "Serviço de Alerta Aéreo", entretanto, em nenhum outro os progressos foram tão acentuados como na Gra-Bretanha.

Mantendo em segredo absoluto este maravilhoso engenho, o "Radar", conseguiu o povo inglês levar a melhor na batalha aérea sobre todo o arquipélago.

## 2 — FUNDAMENTOS ATUAIS DO SERVIÇO DE VIGILANCIA DO AR

Hoje em dia, em que se generalizou o emprêgo do "Radar", um serviço eficiente de "alarme aéreo" tem que, obrigatoriamente, ser organizado à base de "Radar".

Com o poder extraordinário dos tipos de longo alcance, que vão buscar a algumas centenas de quilômetros as manifestações aéreas adversas, impõe-se, nas operações modernas, que, pelo menos, toda e teatro de operações seja coberto por uma trama de "Radars", possibilitando, a tempo, acionar os meios de defesa ativa e mesmo a serem desencadeadas as medidas de defesa passiva.

Como se pode compreender, um Serviço de Vigilância do Ar à base de "Radar", apresenta inúmeras vantagens, e entre estas não podemos deixar de citar a possibilidade de alarmes em qualquer condição atmosférica, economia de pessoal e o menor desgaste de material aéreo (que poderá permanecer no solo até o momento das missões de caça).

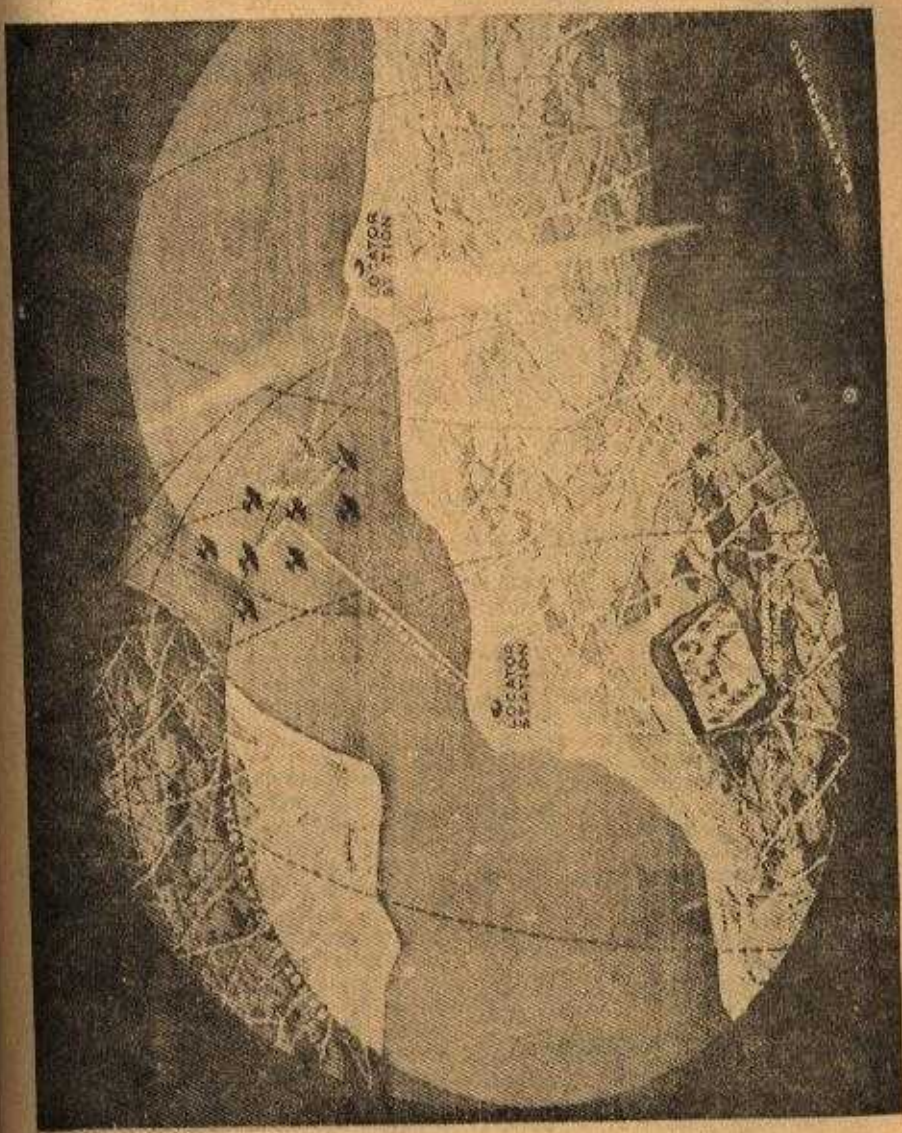
## 3 — ARCABUÇO DA ORGANIZAÇÃO DA VIGILANCIA DO AR NUM TEATRO DE OPERAÇÕES

A Organização do Serviço de Vigilância do Ar no TO é da alçada do Comando da Defesa Aérea do TO.

Como órgão centralizador do Serviço, encontramos o Centro de Direção de Defesa Aérea (CDDA) do TO. Este Centro acionará não somente os meios de defesa ativa como os de defesa passiva organizados no meio civil.

Está claro que a necessidade em "Radar", para equipar um teatro de operações, entre outros fatores, é função:

- das características da aviação do adversário;
- das possibilidades das bases aéreas do inimigo e amigas;



- da área do TO ;
- das disponibilidades de meios.

Quando estamos em face de um TO de grande área, éle necessita um Comando Aéreo Tático, em condições de organizar tantas Forças Aéreas Tácticas quantos forem os Exércitos de primeiras linhas.

Isto significa que nas zonas dos Exércitos o Serviço de Vigilância do Ar é organizado pelo Comando da Força Aérea Tática. E no caso da existência do Comando Aéreo Tático, a coordenação é realizada por intermédio d'êste órgão, através do seu Centro de Contrôlê.

Independente d'êsse Serviço Geral de Vigilância do Ar diretamente subordinado ao Comando de Defesa Aérea do TO, nos Exércitos engajados haverá, por parte de sua Artilharia Antiaérea, a organização de um Sistema de Vigilância do Ar e conseqüente alarme que será calcado nos "Radars" das unidades Antiaéreas do Exército.

Cada unidade de Artilharia Antiaérea organiza um Centro de Informações. Êle tem por fim coletar os informes sôbre a Aviação adversária, interpretar êstes informes e difundir as informações convenientes acêrca de tipos de aviões, tácticas de ataques, etc. Além disso, é o Centro de Informações do Exército o responsável pelos alarmes.

Além dos postos de "Radar", os Grupos de Artilharia Antiaérea dispõem, em seu efetivo, de homens e material necessários à organização de um sistema de vigilância do ar local (na zona de seu desdobramento), à base de postos de vigilantes.

Cada Grupo tem a possibilidade de organizar da ordem de 8 postos.

Caso venha a falhar a intervenção dos "Radars", êsses postos devem estar em condições de atender à difusão dos alertas. Bem assim, poderem informar durante os ataques os pontos mais visados, quando suspendem os aviões adversários as suas ações, números de aeronaves que se apresentam na incursão, número de aviões abatidos, etc.

O esquema anexo sintetiza um moderno sistema de vigilância do ar.

#### 4 -- VARIANTE PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DE VIGILANCIA DO AR NO CASO DE INEXISTÊNCIA DE "RADAR"

Está claro que se terá de organizar uma trama de vigilantes do ar em todo o TO e com o intervalo já citado, isto é, 10 km.

Parece que a melhor solução é a organização de Companhias de Vigilância do Ar. Podendo cada uma destas subunidades cobrir uma área (aproximadamente quadrada) de 100 km de lado.

Além das rédes telefônicas, já existentes no TO (que devem ser aproveitadas ao máximo), um largo emprêgo do rádio na transmissão dos informes e no difusão dos alertas deve ser preocupação constante.

Uma medida interessante é ter o Estado-Maior do Exército o levantamento do número e das instalações dos diferentes rádio-amadores existentes no TO, desde o tempo de paz. O aproveitamento d'êste meio poderá dar um apreciável rendimento à vigilância do ar.

No caso desta solução, com o emprêgo das Companhias de Vigilância, cada uma delas deve organizar um Centro de Informações que coletará os informes dos respectivos postos.

Êstes Centros parciais ficarão permanentemente ligados ao Centro de Defesa Aérea do Comando de Defesa Aérea do TO, dos Centros de Contrôlê das Forças Aéreas, dos Centros de Contrôlê dos Setores ou Regiões de Defesa Aérea e, finalmente, dos Centros de Informações dos Exércitos.

Na fronteira marítima, o problema é resolvido à base de pequenos barcos (constituindo postos de vigilância) ou, se se dispõe de aviões "catalina", êstes permanecem em constante exploração, assinalando a aproximação da aviação adversária. Esta última solução é caríssima, pelo material necessário ao revezamento dos aviões em vôo.

Como se vê, será o rádio o maior fator, preponderante, num sistema de vigilância que não dispuser do aparelhos de "Radar".

# O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO MENTAL DO SOLDADO

VI

(Continuação)

Cap. MOACYR RIBEIRO COELHO

## d) Educação Social:

O programa de "Educação Social" a desenvolver, abrangendo vários aspectos da vida do indivíduo, comporta ensinamentos vários, não apenas de utilidade imediata mas, sobretudo, valiosos na vida prática, de acôrdo com as seguintes idéias gerais:

### 1 — HIGIENE E SAÚDE

O papel do médico na caserna não se limita ao exercício da técnica profissional. Como homem de ciência êle dispõe de um vasto campo de ação social e tem, como instrutor, oportunidade para exercer uma ampla tarefa educativa.

Desde longa data a nossa instrução incorporou com vantagem conhecimentos sôbre socorros de urgência, moléstias venéreas e, mesmo em muitos casos, já se tem cogitado de abordar os problemas referentes à educação sexual.

Devemos ampliar, ainda mais, a obra esboçada, difundindo ensinamentos úteis à vida diária do indivíduo, de modo a proporcionar-lhe uma soma de conhecimentos que o capacitem a defender-se dos numerosos males que assolam as nossas populações, em grande parte carentes de assistência social.

Paralelamente a palestras simples e amenas, poderiam ser distribuídos às praças pequenos folhetos escritos na mesma linguagem, comportando ensinamentos e conselhos.

Basta o conhecimento das condições sociais em que vegeta grande parte das nossas populações para evidenciar a considerável margem de cooperação que se abre às Forças Armadas neste sentido, ministrando aos milhares de jovens que periodicamente se sucedem nas fileiras, o conhecimento sumário dos grandes males que afligem a humanidade, em particular, daqueles que são mais comuns entre nós.

Realmente, como diminuir a propagação das moléstias, combater-lhes os focos de irradiação e impedir-lhes o alastramento, se o povo é incapaz, em grande proporção, de avaliar o perigo de uma tosse duvidosa ou de capacitar-se da importância dos chás ou tisanas para curá-lo? Se desconhece os perigos da sub-alimentação e da falta de higiene?

Como evitar a enorme mortalidade infantil, sangria cruel que a Nação sofre no seu desenvolvimento demográfico se ainda não chegou à zona rural, nem mesmo a certas zonas urbanas menos favorecidas, o lema da higiene, da alimentação infantil adequada, da vacinação generalizada?

Como impedir que o homem se entregue a charlatães ignorantes e criminosos sem evidenciar-lhe o perigo de tal prática?

É freqüente assistir-se ao desespero dos comandantes em face das evidentes provas da falta de higiene pessoal, para com o alojamento, a roupa de cama, etc. demonstradas

pelos soldados de recente incorporação que, em muitos casos, denotam completo desconhecimento das mais comuns instalações sanitárias.

Estes hábitos nada mais são, porém, que o reflexo das precárias condições de vida de grande número de brasileiros e que devemos ter em conta a fim de melhor orientar a nossa tarefa educativa.

Poderá parecer exagero que se pretenda ministrar na caserna noções de puericultura, por exemplo. Observemos todavia que apesar do elevado índice de nossa natalidade, o último recenseamento acusou um aumento de população inferior ao que era previsto, devido à escassa longevidade de nosso povo e às cifras alarmantes de mortalidade infantil.

Precisamos urgentemente povoar o Brasil. Mas de que adianta a grande fecundidade da raça quando são os cemitérios que se cobrem de cruzeiros tóscas?

E, sendo o soldado o melhor elemento eugênico de que pode dispor o país, procuremos fazer com que êle, uma vez reintegrado na vida civil, tornado pai, melhor possa contribuir para o crescimento do nosso patrimônio vital, ministrando-lhe uma pequena soma de conhecimentos capazes de preservar do desaparecimento precoce a legião de vidas que se perdem, ainda em botão, exclusivamente pela ignorância dos progenitores.

## 2 — INSTRUÇÃO RELIGIOSA

Parece-nos que o acentuado espírito místico da nossa gente, herança talvez de sangue negro e índio de que somos portadores, ou fruto da incultura generalizada da massa — requer se ministre ao soldado uma instrução religiosa, mormente agora que incorporamos à vida militar, a prática de atos litúrgicos.

Esta instrução, destinada a orientar o homem segundo normas e princípios filosóficos elevados, viria contribuir, além disso, para libertá-lo de preconceitos e tabus tão arraigados na alma popular, que oprimem o indivíduo, tolhem a iniciativa e enfraquecem a vontade.

## 3 — EDUCAÇÃO ECONÔMICA

A nossa civilização, até ao alvorecer deste século essencialmente agrária, começou a modificar-se com o advento das correntes imigratórias e com a formação da indústria fabril.

Antes dessa época o nosso panorama econômico-social resumia-se em uma pequena aristocracia rural, capitalista, e no braço trabalhador representado até 1888 pela escravidão, e, a partir daí, por um proletariado economicamente inexpressivo.

Desde os últimos 20 anos, porém, vêm os governos realizando uma política social cuja finalidade é o amparo às classes proletárias, mediante a melhoria de suas condições de trabalho e padrão de vida.

Devemos, pois, dar a conhecer ao soldado esta obra que o Estado realiza em benefício do cidadão. Cumpre que o militar de hoje, empregado, empregador ou funcionário de amanhã, não abandone as fileiras sem conhecer, em seus aspectos mais gerais e básicos, a legislação social do país, destinada a acuar o trabalho do povo e os direitos do trabalhador.

Que de mais útil à luta pela vida poderão as Forças Armadas proporcionar aos seus componentes que os ensinamentos capazes de orientá-los, quando de regresso às atividades civis, evitando que sejam fludidos na sua boa fé, explorados no seu esforço ou espoliados nos seus legítimos direitos?

As leis existem para serem cumpridas mas a ignorância generalizada facilita a exploração da massa. Difundamos, pois, devidamente interpretada, a nossa legislação social, para que ela, caindo enfim no domínio público, venha preencher integralmente as finalidades a que se destina e se possa tornar em uma declaração autêntica dos direitos do trabalhador brasileiro e não em uma simples afirmação teórica de justiça social.

Nosso problema social não é de molde a exigir soluções para o desemprego.

Precisamos, isto sim, amparar pela educação o homem de trabalho,

trazendo-o sobre os seus deveres e permitindo-lhe a realização de uma vida melhor e mais

Outro aspecto interessante da instrução econômica consiste na possibilidade de se manter o homem, durante o tempo do serviço militar, em contacto com a sua profissão, por meio de aulas e distribuição de publicações especializadas, capazes de estimularem o interesse profissional e favorecerem assim o aperfeiçoamento de conhecimentos técnicos.

As Forças Armadas constituem, provavelmente, um dos fatores de desenvolvimento das nossas populações rurais, que numerosos dos jovens que o serviço militar retira dos campos, costumam-se ficar pelas cidades, definitivamente.

Seria, portanto, de notável alcance social uma iniciativa que lute por fazer retornar o agricultor ao seu arado, o vaqueiro aos seus campos, o operário ao seu ofício, e os porém dotados de maior consciência nas suas possibilidades individuais, profissionais e econômicas.

Em prosseguimento ao estudo que estamos realizando, damos a seguir o programa da instrução primária capaz de responder às necessidades de educação e instrução da população.

### C) PROGRAMAS

#### a) INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

##### CATEGORIA "A"

##### PRIMEIRA SÉRIE

##### Língua

a) No fim desta série, o homem deve ser capaz de ler e escrever quaisquer palavras. Ler e escrever, com ditado ou de cor, ordens e informações simples, de acordo com o vocabulário militar e a compreensão do soldado.

b) Deverá ser capaz de:

— Prestar informações orais em frases simples, a respeito

de assuntos referentes à vida do indivíduo no lar e no quartel (em correlação com as demais matérias);

— reproduzir com desembaraço ordens e informações simples;

— empregar os acentos nas palavras comuns, a pontuação mais importante, a letra maiúscula em nomes próprios e no início das sentenças;

— conhecer o número de sílabas de uma palavra;

— conhecer a seqüência das letras do alfabeto;

— reproduzir fatos históricos e frases célebres.

Nota — os alunos deverão ler não só tipo comum de imprensa como o manuscrito simples.

### Matemática

Assunto a ser ensinado:

— Noção de unidade e colocação; sinais mais, menos e igual;

— dezenas — emprêgo do zero; meia dezena, etc.

— dobro e metade de coleção (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 40, 60, 80 e 100);

— dúzia, meia dúzia, dúzia e meia;

— noção de centena e contagem dos números até cem;

— noção de milhar; contagem dos números até 1.000;

— números pares e números ímpares até 100;

— contagem de 2 em 2, 3 em 3 e de 5 em 5 até 100;

— formação de número compreendidos entre duas centenas consecutivas;

— leitura e escrita de números de três algarismos;

— composição de números de três algarismos nas diferentes ordens;

— adição de números compostos de três algarismos, sem reservas;

- subtração de números compostos de três algarismos, sem recursos à ordem superior;
- adição com reservas de números compostos de 2 a 3 algarismos;
- subtração com recurso à ordem superior (números compostos de dois a três algarismos);
- adição de colunas de números simples; contagem por grupos; noção de multiplicação;
- numeração romana até XX;
- linha reta e linha curva;
- noção do tempo; divisão do tempo;
- noção sumária dos pesos e medidas mais comuns.

### História

- História da unidade;
- exata noção dos termos: Brasil, brasileiro, pátria, etc.;
- descobrimento do Brasil;
- relato sucinto e ameno a respeito dos povos que o habitavam e suas condições de vida;
- idéia geral da Independência império e República;
- idéia geral da formação do Brasil; Pátria;
- idéia geral sobre a guerra do Paraguai: motivos, homens e ações de guerra de maior relevo;
- conhecimento dos feriados nacionais e os feitos ou datas que eles comemoram.

### Geografia

- Pontos cardiais — noção de orientação.
- terras e águas;
- o quartel — a cidade — o município — o estado — o país, em linhas gerais;
- a terra e o sol. O dia e a noite;
- divisão do tempo — estações do ano;
- forma e movimento da terra.

### Ciências Naturais

- Conhecimento sumário da anatomia humana;

- animais úteis e nocivos — identificação dos animais venenosos; especialmente cobra e aranhas;
- vegetações úteis ao homem;
- o tempo — fases da lua.

### Desenho

- Desenho de animais, objeto, figura humana;
- figuras geométricas mais simples.

### SEGUNDA SÉRIE

#### Linguagem

##### Leitura:

- a) Continuação do aprendizado da leitura oral expressiva de modo que a entonação revele que o assunto está sendo compreendido.
- Interpretação da vírgula, do ponto final, do de interrogação e do de exclamação.

##### b) Composição:

- Composição oral de sentenças ligadas entre si pelo sentido.
- composição escrita nas mesmas condições;
- emprego correto do "m" ante "p" e "b";
- conhecimento das vogais e consoantes.

##### c) Gramática:

- Reconhecer nomes e qualidades em correlação com as outras matérias;
- conhecer gênero e número, pela observação da regra geral de formação do plural e do feminino nos nomes e qualidades;
- observar a concordância dos adjetivos qualificativos com os nomes;
- graus dos substantivos;
- observar sentenças simples cuja composição entrem verbos ativos;
- noção das palavras que exprimem ação;
- distinção de nomes, qualidade e ações;
- noção de antônimos, de sinônimos;
- observação da acentuação sílica das palavras;

- distinção de grupos vocálicos ;
- distinção de grupos consonantais.

d) *Literatura* :

- leitura de livros de narrativas de episódios militares.

*Matemática*

- Numeração até 10.000 ; composição e decomposição de números ;
- meios de números divisíveis por 2 (até 10.000) ;
- terços de números divisíveis por 3 (até 10.000) ;
- quartos de números divisíveis por 4 (até 10.000) ;
- quinta parte dos números divisíveis por 5 (até 10.000) ;
- divisão por 1 e 2, por 3, por 4, por 5 (dividendo até 10.000) ;
- prova real das operações efetuadas ;
- subtração com recurso à ordem superior (minuendo não superior a 10.000) ;
- multiplicação com multiplicador simples ;
- leitura e escrita de quantias até 10.000 ;
- conhecimento prático de metro e do meio metro, litro, quilograma, etc. ;
- superfícies planas e curvas ; linhas retas e curvas ;
- reconhecimento do cone, do cubo e do prisma — faces, bases e arestas ;
- leitura de horas e minutos ; ângulos formados pelos ponteiros sem referências a graus (agudo, reto e obtuso) ;
- leitura e escrita de quaisquer números ;
- conhecimento completo das moedas e cédulas brasileiras.

*História*

- Estudo mais detalhado do mesmo assunto para a primeira série.
- notícia das guerras mais importantes que sustentamos.

*Geografia*

- Estudo mais detalhado do mesmo assunto da primeira série.

- divisão do Brasil em estados — suas capitais e cidades mais importantes — reconhecimento do mapa.

*Ciências Naturais*

- O mesmo assunto da primeira série. Estudo mais detalhado.
- Estado dos corpos.

*Desenho*

- O mesmo assunto da primeira série.

CATEGORIA "B"

PRIMEIRA SÉRIE

*Linguagem*

a) *Leitura* :

- Leitura oral, com preparo prévio ou à primeira vista com expressão que demonstre a compreensão do trecho lido ;
- leitura silenciosa em trechos simples, com perfeita compreensão.

b) *Composição* :

- Organização de sentenças gramaticalmente corretas e concatenadas, sobre passagens da vida do quartel ou episódios militares ;
- redação de partes no tratamento adequado ;
- maior exigência no emprego dos acentos tônicos e pontuação ;
- uso do dicionário ;

c) *Gramática* :

- Gênero e número de substantivos ;
- construção de sentença com verbos ativos ;
- emprego em sentença do modo indicativo dos verbos de uso comum ;
- distinção do singular e plural dos pronomes pessoais (variações pronominais) ;
- concordância do verbo com o sujeito ;
- acentuação tônica ;
- antônimos e sinônimos ;
- gêneros, números e grau dos substantivos e adjetivos ;



- literatura ;
- reprodução de fatos históricos com linguagem própria ;
- leituras patrióticas e militares.

#### Matemática

- Leitura e escrita de quaisquer números. Composição e decomposição nas diferentes ordens ;
- adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros. Provas reais ;
- multiplicação por potência de 10 e por terminados em zeros ;
- conhecimento completo das cédulas brasileiras ;
- leituras e escritas de quantias quaisquer ;
- numeração romana até C. Formação, leitura e escrita de números ;
- divisibilidade por 2, 5, 10, 100 e 1.000 ;
- frações ordinárias — equivalência ;
- conhecimento de pesos e medidas, com múltiplos e submúltiplos ;
- noção de número decimal. Divisão da unidade em décimos, centésimos, milésimos, etc. ;
- leitura e escrita de números decimais ;
- movimento da vírgula ;
- multiplicação e divisão decimais por múltiplos de 10 ;
- adição, subtração, multiplicação e divisão de decimais ;
- cone — pirâmide — círculo ;
- prisma quadrangular, retangular e triangular ;
- domínio completo das tabuadas das quatro operações.

#### História

- Descobrimto do Brasil ;
- idéia geral sobre a gênese das populações brasileiras ;
- independência e República ;
- notícia das guerras que temos sustentado — suas causas ;
- principais episódios da guerra com o Paraguai ;
- feriados nacionais — datas que eles celebram.

#### Geografia

- Pontos cardiais — orientação ;
- a terra — forma — movimento — divisão do tempo ;
- tipos regionais brasileiros : gaúchos, garimpeiros, fazendeiros, vaqueiros, sertanejo ;
- o globo : equador e polos ;
- estados e capitais do país, Distrito Federal e Território Nacional — suas cidades mais importantes — identificação do mapa ;
- principais acidentes geográficos — denominações ;
- os grandes rios brasileiros : Amazonas — São Francisco — Paraná — Paraguai e Uruguai ;
- a situação do Brasil na América (no mapa).

#### Ciências Naturais

- Estudo mais detalhado do assunto ministrado na série anterior ;
- esboço das três grandes funções vitais ;
- animais vertebrados e invertebrados — noções e exemplos ;
- algumas constelações do nosso céu.

#### Desenho

O mesmo assunto mais ampliado, das séries anteriores.

#### SEGUNDA SÉRIE

#### Linguagem

##### a) Leitura :

- Interpretação de trechos escritos em linguagem corrente ;
- boa expressão na leitura de modo a permitir a compreensão dos trechos lidos ;
- uso conveniente de dicionário e de livros didáticos ;
- uso de índice, de questionários e vocabulários dos livros.

##### b) Composição :

- Narrações e interpretações escritas à vista de estampas ;

— partes com uso adequado das formas consagradas e tratamento correto.

### c) Gramática :

- Coletivos mais usados na linguagem comum ;
- emprêgo dos pronomes pessoais ;
- concordância do verbo com o sujeito e do adjetivo com o substantivo ;
- emprêgo correto da pontuação e das notações léxicas ;
- função da aplicação dos adjetivos determinativos ;
- função do pronome ;
- emprêgo das variações pronominais ;
- conjugação dos verbos regulares e auxiliares ;
- observação da maneira por que se apresentam modificados os verbos de predicação completa : palavras que indicam modo, quantidade, tempo e lugar ; noção de advérbio ;
- exercícios para enriquecimento e precisão do vocabulário sobre sinónimos, antónimos, homónimos e parónimos ;
- composição e derivação de palavras ;
- estudo da sentença, sujeito e predicado ;
- concordância do adjetivo com o substantivo e do verbo com o sujeito ;
- emprêgo da crase (casos mais simples) .

### Matemática

- Quatro operações fundamentais sobre inteiros — Provas reais e dos nove ;
- numeração romana completa ;
- sistema métrico ;
- multiplicação abreviada por 11 ;
- divisibilidades por 2, 3, 5, 9, 11, 10, 100, 1.000, etc. ;
- números primos e múltiplos ; fator ou divisor ; decomposição de número em fatores primos ;
- números primos entre si ;
- mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum ;
- frações próprias e impróprias ;

- frações redutíveis e irredutíveis ;
- adição e subtração de frações ordinárias homogêneas e heterogêneas ;
- fração de inteiro ; multiplicação de fração por inteiro ;
- multiplicação e divisão de frações ordinárias ;
- noção de perímetro ; perímetro do quadrado e do retângulo ;
- círculo e circunferência ; raio e diâmetro ; medidas angulares ;
- continuação do estudo do sistema métrico — conversões — triângulos — classificação quanto aos lados ;
- conhecimento completo das quatro operações sobre inteiros e decimais.

### História

#### História Universal :

- Noção de como era o mundo no século XV ; terras conhecidas e desconhecidas ; grandes invenções e descobrimentos portugueses e espanhóis ;
- descobrimento da América ;
- revolução francesa e o Império Napoleônico ;
- vinda de D. João VI ;
- história do Brasil ;
- Brasil-Colônia ;
- Brasil-Reino ;
- Brasil-República.

### Geografia

#### Do Brasil :

- Divisão do Brasil em zonas, quanto a aspecto físico, clima e produções ;
- principais acidentes físicos — representação cartográfica ;
- os estados, capitais e cidades mais importantes ; centros agrícolas e pastoris ; centros de indústria e comércio ;
- vias de comunicações, terrestres, fluviais, marítimas e aéreas ;
- nossa raça e nossa língua ; notícia sobre os nossos costumes característicos, vestuário, habitações, alimentação e festividades.

### Geografia Geral

- Países limítrofes com o Brasil:
- Países que mantêm comércio intenso com o Brasil;
- terra; forma e movimento — linhas e círculos — continentes e oceanos — zonas e climas;
- mapa-múndi e planisfério.

### Ciências Naturais

- Vertebrados, mamíferos, aves e réptis; batráquios e peixes, especialmente do Brasil.
- os insetos em face da agricultura e da saúde do país;
- o homem: órgãos, aparelhos e funções.
- plantas; funções dos vegetais;
- produções características das regiões brasileiras — lavouras empíricas e racionalizadas;
- temperatura e termômetro — pressão atmosférica — barômetro;
- metais preciosos e metais úteis;
- tipos de rochas.

### Desenho

Desenho de paisagens com a aplicação de noções fundamentais de perspectivas.

#### CATEGORIA "B"

#### TERCEIRA SÉRIE

#### PRIMEIRA PARTE

#### Linguagem

##### a) Leitura:

O mesmo assunto porém mais desenvolvido ministrado à série anterior.

b) O mesmo da série anterior e mais:

- Relatório, requerimento, recibos, faturas;
- resumo de informações contidas em partes ou outros documentos;
- emprego correto dos sinais de pontuação e da ortografia.

##### c) Gramática:

- Classificação das palavras em variáveis e invariáveis;

- estudo da sentença — verbos de predicção completa e incompleta — objeto direto e indireto — função da preposição — predicativo;
- estudo do período;
- verbos regulares, irregulares, aparentemente irregulares, defectivos, abundantes;
- concordância do adjetivo com o substantivo e do verbo com o sujeito;
- preposições simples;
- verbos de predicção completa; advérbio;
- função dos pronomes;
- composição e derivação de palavras; significados de prefixos e sufixos.

##### d) Literatura:

- leitura de livros patrióticos e históricos.

### Matemática

- Números primos e múltiplos — primos entre si;
- máximo divisor comum e menor múltiplo comum;
- fração própria e imprópria — número misto — conversão;
- percentagem;
- operações fundamentais sobre inteiros, decimais e frações ordinárias;
- potência e raiz — quadrado dos números até 12 e raiz quadrada dos quadrados perfeitos até 144;
- divisibilidade por 2, 3, 9, 11, 4, 6, 10, 100, 1.000, etc.;
- noção de periódicas;
- fração ordinária como razão entre duas quantidades;
- proporções, regra de três simples e composta;
- cálculos de juros;
- noção de câmbio; sistema monetário e conversão; Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Paraguai;
- sistema métrico;
- polígonos regulares; reconhecimento;
- ângulos complementares e suplementares, ângulos em torno de um ponto;
- área e perímetro do paralelogramo, do losango e do tri-

pézio; circunferência; círculo; noção de arco e corda, etc.

### História

#### História Universal:

- Idéia sumária da evolução histórica da humanidade, grandes períodos históricos;
- povos da antiguidade;
- idade média — invasão dos bárbaros — Árabes — formação das nações modernas;
- tempos modernos — grandes invenções — grandes descobrimentos;
- tempos contemporâneos;
- história da América;
- referências pré-colombianas e idéia sumária da formação de independência dos países americanos;
- América de hoje: suas possibilidades: a União Panamericana;

#### História do Brasil:

- fatos capitais ocorridos:
- no Brasil-Colônia;
- no Brasil-Reino;
- no Brasil-Império;
- na República.

### Geografia

- 1 — Estudo sumário das cinco partes do mundo.

#### 2 — Geografia Geral:

- A terra, forma e movimento; linhas e círculos; continentes e oceanos; zonas e climas;
- mapa-múndi e planisfério; coordenadas geográficas.

#### 3 — Brasil:

- Divisão em zonas quanto ao aspecto físico — representação cartográfica;
- os estados, capitais e principais cidades; centros agrícolas e pastoris; centros de indústria e comércio;
- vias de comunicação;
- Nossa raça e nossa língua, usos e costumes.

### Ciências Naturais

- O mesmo assunto da série anterior, mais detalhado;
- explicação de certos fenômenos naturais; tempestades, relâmpagos, trovões, etc.;
- calor e máquina a vapor — motor a explosão;
- som;
- Eletricidade e magnetismo (noções gerais).

### Desenho

- O mesmo da série anterior;
- conhecer o emprêgo de qualquer material de desenho.

(Continua)

## Estabelecimento Científico Orthopedico Brasileiro

### DOMINGOS GIOVANNINI

Ex-chefe das oficinas de prothese orthopedica da Cruz Vermelha Italiana para os mutilados de guerra e trabalho. Aparelhos orthopedicos para paralisias infantis-coxalgias e pseudo artroses — Coletes de celuloide para mal de Pott e desvios da espinha — Pernas e braços artificiais — Botinas orthopedicas para qualquer deformidade — Goteiras fundas, cintas, meias para amputados de perna, etc. — Executa-se qualquer espécie de aparelhos orthopedicos que os Srs. Médicos indicarem e garantimos a sua perfeição  
Rua Consolação, 1689 — Fone 4-1616 — Caixa Postal, 3364 — S. PAULO

## USINAS REUNIDAS NOSSA SENHORA DO CARMO

CAFÉ — Benefício, Rebenefício, Catação, Compra e Venda — ARROZ

### JUVENTINO MIGUEL

Rua Cel. Dionísio Barbosa Sandoval, 600 — Caixa Postal, 49 — Telef. 4-4

ITUVERAVA

EST. DE S. PAULO

L. MOGIANA

# CANHÃO CONTRA-CARRO DE 37 MM

2º Ten. GUSTAVO LISBÔA BRAGA

## CAPÍTULO III

(Continuação)

Aos exercícios em que empregamos as figuras anteriores, damos o nome de *Exercícios de acompanhamento*; êles se destinam a ensinar ao atirador a acompanhar um alvo móvel e a simular o fogo sem desviar a pontaria correta.

Nota-se, nessas figuras, uma série de môscas; elas significam que no momento em que o atirador as vem visado e ao comando de fogo do instrutor, há o acionamento do gatilho automático. É preciso observar que os principiantes têm a tendência para cessar o acompanhamento tôdas as vêzes que

atuam no gatilho, o que só pode ser vencido por uma grande prática e uma instrução cuidadosa.

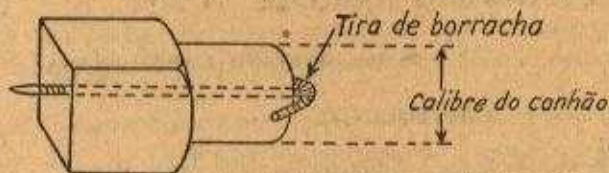
Usam-se, também, como exercício de acompanhamento, alvos que se deslocam sobre uma reta e se assemelham aos que serão encontrados no combate real na sua velocidade, direção e nas irregularidades da aproximação e movimento.

Como contrôle da instrução, utilizamos o esquema de exercício semelhante ao que se segue e que nos mostra o processo mais eficaz para o contrôle de acompanhamento.



Fig. 41 — Execução: O apontador, visando com a luneta, procura acompanhar a linha sinuosa desenhada para alvo, manejando os volantes de direção e elevação. O simples confronto entre o registro dos movimentos do canhão e o alvo mostra a precisão e firmeza de seu trabalho.

## II) MATERIAL NECESSARIO



A) PEÇA DE MADEIRA (PORTA-LAPIS)

Fig. 43 A

## TIRO A DISTANCIA REDUZIDA

Como meio auxiliar da instrução, contamos ainda com o Tubo Redutor, que é empregado na prática do tiro a distância reduzida.

Para executar o tiro a distância reduzida, os homens deverão ter

passado por tôdas as fases da instrução preparatória. Antes de iniciar, pois, o tiro a distância reduzida, o soldado deverá ter sua ficha de controle da instrução preparatória, alterada pelo registro da data da verificação em que tenha sido julgado "apto" pelo Cmt. da Cia.

FICHA DE CONTROLE DO APROVEITAMENTO INDIVIDUAL  
NA INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA

NOMES	Ex. de Pont. sobre alvos fixos			Ex. de Pont. sobre alvos móveis		
	Pontaria Alcance	Pontaria com com- pensações	Pontaria combinada	Pontaria Alcance	Pontaria com com- pensações	Pontaria combinada
	RESULTADOS					

## CONVENÇÕES PARA INDICAR OS RESULTADOS

INSUFICIENTE



REGULAR



BOM



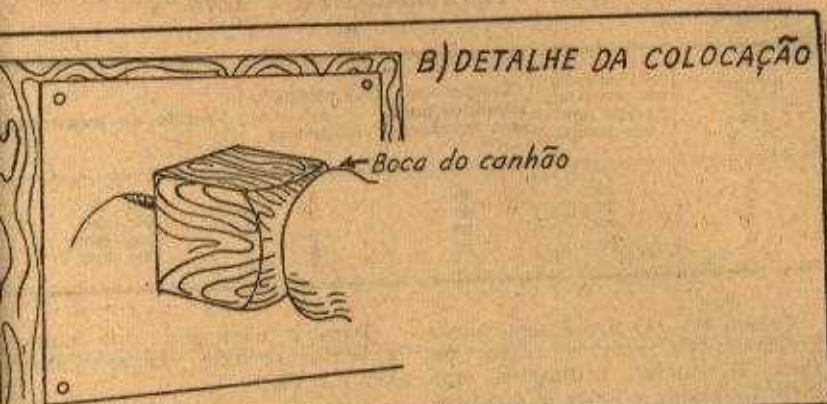


Fig. 42 B

Todos os tiros a distância reduzida serão executados com a alça 800 m (Ponto central), sendo, assim, as compensações serão tomadas sobre as próprias graduações de compensação da luneta.

Série A — 25 metros — Alvos "A" e "B".

Tiros de instrução: Executar as Tabelas I, II e III — três vezes.

TABELA I — PISTA HORIZONTAL — ALVO "A"

Número de tiros	Velocidade em centímetros por segundo	Tempo em segundo para uma passagem	Compensação em milésimos	Sentido do movimento
5	30	40	0	Esq.-Dir.
5	30	40	0	Dir.-Esq.
5	40	30	5	Esq.-Dir.
5	40	30	5	Dir.-Esq.
5	60	20	10	Esq.-Dir.
5	60	20	10	Dir.-Esq.

Tabela II — O tiro é semelhante à Tabela I, mas no lugar da Pista Horizontal, utilizamos uma Pista Ondulada.

Tabela III — O tiro é semelhante à Tabela I, mas no lugar do alvo "A" utilizamos o alvo "B" e só executamos os quatro primeiros tiros.

Para a contagem de pontos, executaremos uma vez as Tabelas I, II e III.

Série B — 25 metros — Alvos "A" e "B".

Tiros de instrução: Executar as Tabelas IV, V e VI, três vezes cada uma.

TABELA IV — PISTA HORIZONTAL — ALVO "A"

Número de tiros	Velocidade em centímetros por segundo	Tempo em segundos para uma passagem	Compensação em milésimos	Sentido do movimento
5	30	40	0	Esq.-Dir.
5	30	40	0	Dir.-Esq.
5	40	30	5	Esq.-Dir.
5	40	30	5	Dir.-Esq.

Tabela V — O tiro é semelhante à Tabela IV, mas no lugar de Pista Horizontal, utilizamos uma Pista Ondulada e tôdas as compensações, são Zero.

Tabela VI — O tiro é semelhante à Tabela IV, mas no lugar do alvo "A", utilizamos o alvo "B".

Para a contagem dos pontos, executamos uma vez as Tabelas IV, V e VI.

Série C — 25 metros — Alvo "A" e "B".

Tiros de instrução: Executar as Tabelas VII, VIII e IX, três vezes cada uma.

TABELA VII — PISTA HORIZONTAL — ALVO "A"

Número de tiros	Velocidade em centímetros por segundo	Tempo em segundos para uma passagem	Compensação em milésimos	Sentido do movimento
5	30	40	0	Esq.-Dir.
5	30	40	0	Dir.-Esq.
5	40	30	5	Esq.-Dir.
5	40	30	5	Dir.-Esq.

TABELA VIII — PISTA ONDULADA — ALVO "A"

Número de tiros	Velocidade em centímetros por segundo	Tempo em segundos para uma passagem	Compensação em milésimos	Sentido do movimento
5	40	30	5	Esq.-Dir.
5	40	30	5	Dir.-Esq.

Tabela IX — O tiro é semelhante ao da Tabela VII, mas no lugar do alvo "A", utilizamos o alvo "B" e só executamos os dois primeiros tiros.

Para a contagem de pontos, executaremos, uma vez, as Tabelas VII, VIII e IX.

Contagem dos pontos — Cada impacto será computado como valendo cinco pontos.

O quadro seguinte indica o total de pontos possíveis para as três séries "A", "B" e "C";



Séries	Tabela I	Tabela II	Tabela III	Total possível
A	150	150	100	400
B	Tabela IV	Tabela V	Tabela VI	Total possível
	100	100	100	300
C	Tabela VII	Tabela VIII	Tabela IX	Total possível
	50	50	50	150

#### ALVO PARA O TIRO A DISTANCIA REDUZIDA

Armação para qualquer dos alvos mede 1,05 m por 0,75. Depois de coberta com pano de saco, a armação estará em condições de receber o alvo.

O alvo "A" é utilizado para os exercícios das Tabelas I, II, IV, V, VII e VIII, e o alvo "B" para os das Tabelas III, VI e IX. Ambos os alvos permitem sua utilização por dois atiradores.

O alvo "A" apresenta seis silhuetas pretas, cada uma para um exercício (passagem dupla). O número por baixo da silhueta indica qual a peça que deve atirar nela.

Em cada coluna, a silhueta superior constitui o ponto a visar, sendo, ao mesmo tempo, o espaço para a contagem dos pontos nos exercícios sem compensação.

A silhueta seguinte, é o ponto a

visar, nos exercícios com compensação de cinco milésimos, sendo os espaços para a contagem dos pontos desenhados logo à direita e à esquerda da silhueta. A silhueta inferior da coluna, com os respectivos espaços para a contagem dos pontos, destina-se aos exercícios com a compensação 10 Mil.

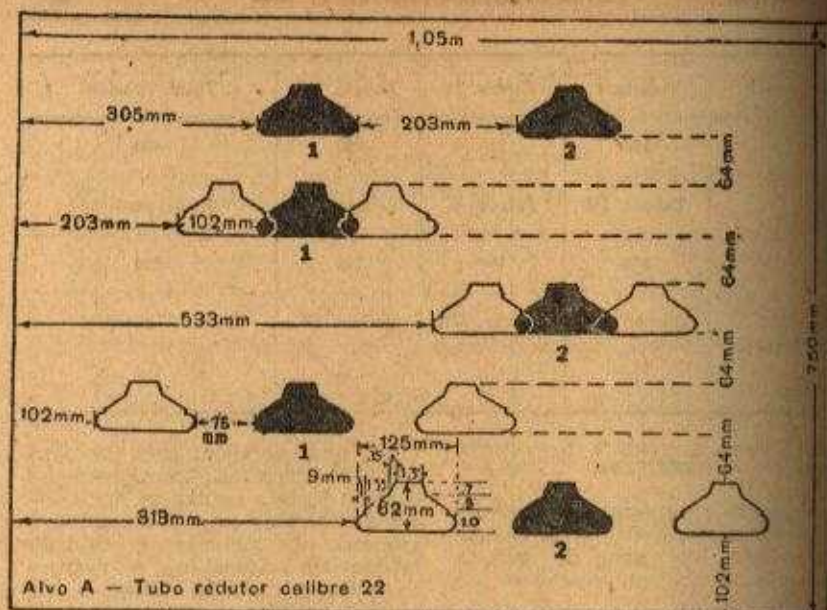
O alvo "B" contém 10 silhuetas para a contagem de pontos correspondentes à compensação de 5 Mil., à direita e à esquerda. As silhuetas são os espaços de contagem de pontos, para os exercícios de compensação 0 (zero).

A primeira peça atira sobre as silhuetas da coluna da esquerda e a segunda sobre as da coluna da direita, como indicam os números escritos por baixo de cada silhueta.

Em cada passagem do alvo nos exercícios das Tabelas III, VI e IX, o atirador dá um tiro contra cada silhueta da coluna que lhe cabe.

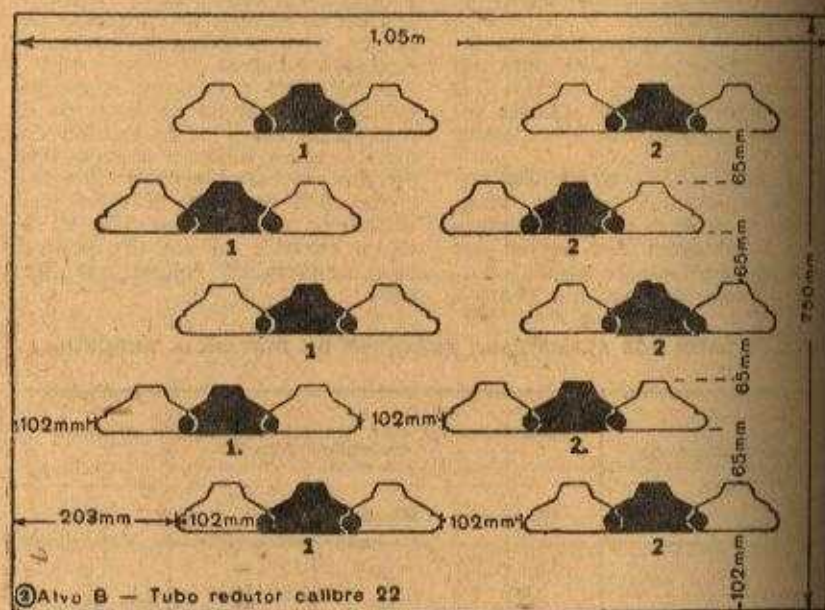
#### VELOCIDADE DOS ALVOS PARA ESTANDES DE DISTANCIA REDUZIDA

Velocidades reais km/h	Velocidades do alvo, em centímetros, por segundo, correspondentes a :			
	300 m	600 m	900 m	1.200 m
10.....	30	15	10	7
10.....	30	15	10	7
15.....	40	20	13	10
25.....	60	30	20	15
30.....	80	40	27	20
50.....	120	60	40	30



① Alvo A

Fig. 43 - Linha de tiro para distâncias reduzidas



② Alvo B

Fig. 43-A

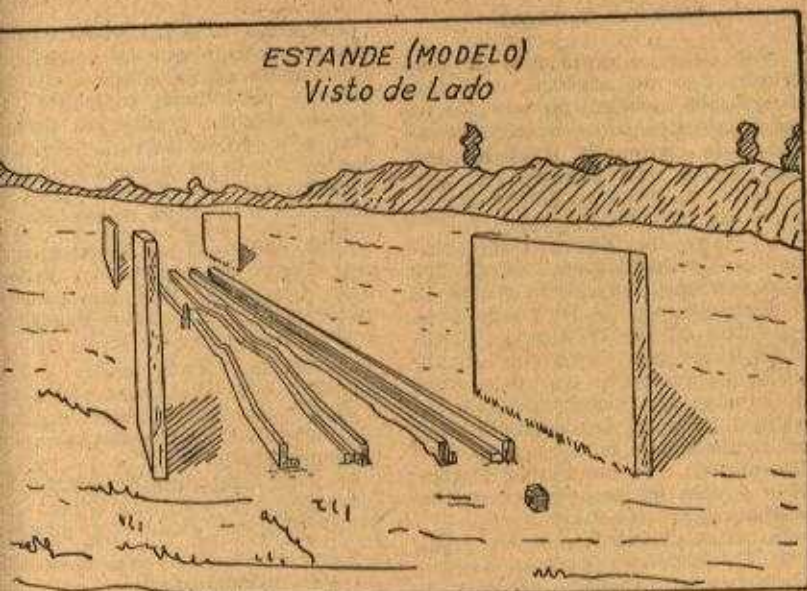


Fig. 44 A

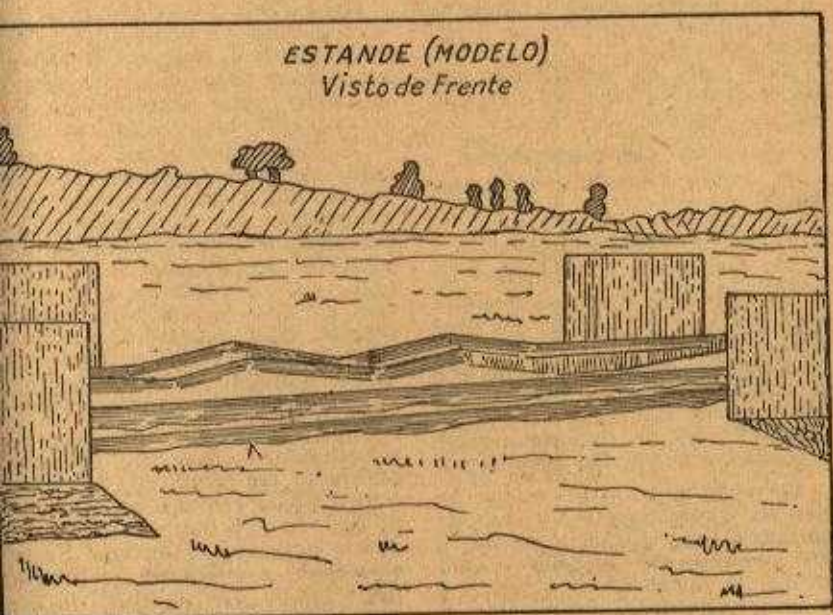


Fig. 44 B

## TIRO DE COMBATE

O objetivo desta fase de instrução é o de adestrar os Cmts. dos vários escalões, no controle de suas unidades, sob condições simuladas de campanha e os homens das peças, na execução de suas missões, de modo a obter o máximo da eficiência no tiro.

Os exercícios de tiros de combate se destinam, pois, a combinar a rapidez na entrada de posição e o conhecimento da Instrução Preparatória e da Técnica do Tiro. Estes exercícios são o coroamento de toda a instrução com esta arma e devem ser conduzidos, tanto quanto possível, em condições semelhantes às de combate e os chefes de peça e comandantes de seções devem ter sempre em mente a importância do fator tempo.

O instrutor funciona como árbitro de todos os exercícios; ele apresenta a situação, observa a execução do exercício e faz a crítica. Cumpre-me salientar, aqui, que uma crítica construtiva, inteligente é feita com tato, constitui um grande fator de êxito nesta situação; a crítica deve ser feita no terreno imediatamente após o término do exercício.

Esta parte da instrução — tiro de combate —, deve se desenvolver na seguinte seqüência:

I — Exercícios preparatórios;

II — Exercícios de tiro de combate:

a) tiro contra alvos fixos;

b) tiro contra alvos móveis.

Os exercícios preparatórios devem preceder à execução dos tiros de combate.

O objetivo desses exercícios é o de treinar todos os homens na avaliação de distâncias e da velocidade do veículo, para determinar a compensação correta a empregar.

**Exercício n. 1** — Um veículo se desloca paralelamente à frente da turma, a uma distância de 200 a 300 metros. Os homens devem avaliar a distância ao objetivo e a sua velocidade, procurando a compensação correspondente na tabela.

**Exercício n. 2** — Neste exercício, faz-se com que os veículos se aproximem ou se afastem em ângulos e velocidades diferentes. Os homens devem avaliar as distâncias e a velocidade do objetivo, determinando as correções a serem introduzidas em alcance e direção, enquanto o objetivo se desloca.

**Exercício n. 3** — Neste exercício, a peça é colocada em posição e os veículos se deslocam sucessivamente das maneiras prescritas nos exercícios ns. 1 e 2.

O chefe da peça avalia a distância e a velocidade do objetivo e dá a conseqüente ordem de tiro.

O atirador aponta devidamente e acompanha o objetivo.

O chefe da peça determina as correções necessárias a serem introduzidas em alcance e direção.

**Exercício n. 4** — Neste exercício são utilizados vários veículos. Deve-se fazer com que estes surjam inesperadamente de várias direções. O chefe da peça determinará freqüentemente o transporte de tiro para outros objetivos.

**Exercício n. 5** — Os homens devem preparar roteiros de tiro em vários tipos de terreno. O instrutor recolhe estes roteiros, aponta quaisquer erros cometidos e faz com que os homens os corrijam.

Os exercícios de tiro de combate, como já frisamos anteriormente, são o coroamento de toda a instrução com esta arma e devem ser sempre conduzidos em condições semelhantes às de combate; em conseqüência, os exercícios de tiro de combate, devem sempre estar enquadrados numa situação tática simples e devem ter por objetivo instruir a guarnição da peça para agir em conjunto.

**Tiros contra objetivos fixos ou imobilizados** — Este tiro, deve ser realizado em terrenos variados, contra alvos comuns do tamanho de um carro de combate e em acidentes naturais do terreno. Se se empregar a munição explosiva neste último tipo de objetivo, devem-se respeitar todas as medidas de segurança prescritas para o caso dessa munição.

**Tiros contra objetivos móveis** — O objetivo dessa instrução é o de formar guarnições bem adestradas. O chefe da peça, o atirador, o primeiro municionador e o segundo municionador, ficam juntos à peça. Após o aparecimento do alvo ou o início de seu deslocamento, o chefe da peça deve dar as suas ordens de tiro, devendo bater o alvo, com uma quantidade determinada de munição. Durante este tiro, deve-se frisar a importância de uma técnica de tiro correta e do serviço da peça.

Os exercícios devem ser realizados, de preferência, em terrenos pouco conhecidos e enquadrados numa situação tática simples.

**Exercício n. 1** — A peça é trazida à zona de posição pela viatura-armão. O instrutor indica a direção provável de ataque blindado e a zona de posição para a peça. A guarnição desembarca e entra em posição imediatamente. Quando o canhão estiver preparado para o tiro, o instrutor faz com que surja o alvo.

**Exercício n. 2** — O canhão é colocado em posição com o reparo e o cano apontando numa direção tal que seja preciso modificar a posição do reparo após o primeiro tiro, para se continuar a acompanhar os deslocamentos do alvo. Com a peça na posição de tiro, o alvo é acionado, o atirador informa quando não puder mais acompanhar o alvo, a posição do reparo é alterada, a comando do chefe da peça, e o tiro continua.

**Exercício n. 3** — É dada uma posição que exija o transporte da peça a braço até a posição de tiro, numa distância de 25 a 50 metros. O alvo é acionado quando o canhão está preparado para o tiro.

**Exercício n. 4** — A peça (com a viatura-armão e o canhão) faz alto em uma zona desafiada, a uns 100 metros à retaguarda da zona de posições. O chefe da peça é chamado à frente e recebe instruções para a entrada da peça em posição, a fim de fazer face a um ataque iminente; a direção do ataque é indicada pelo instrutor.

**Exercício n. 5** — O chefe da peça recebe uma situação, em que seja preciso preparar uma posição de tiro e uma posição de espera, nas suas proximidades. Fixa-se o limite do tempo para preparação das posições.

O canhão fica na posição de espera, pronto para entrar em ação.

Enquanto se está preparando a posição de espera surge a iminência de um ataque de carros de combate e a guarnição se vê obrigada a colocar o canhão na posição de tiro, para bater o objetivo. O alvo aparecerá quando a posição de tiro estiver ocupada e o canhão em condições de atirar. Deve-se chamar a atenção para a continuidade da observação do setor, durante a preparação das posições e para a necessidade da camuflagem e aproveitamento dos abrigos e cobertas.

**Exercício n. 6** — É a mesma situação do exercício n. 5, com exceção de que a zona de posições oferece pouca proteção e o canhão deve ser transportado a braço numa distância considerada.

**Exercício n. 7** — O Cmt. da Secção é chamado à frente e recebe uma zona de operações e um setor de tiro para a Secção. Ele é informado de que há probabilidade de ataques de carros de combate, numa certa direção, dentro dos próximos 10 ou 15 minutos. Esta situação obriga o Cmt. da Secção a escolher as posições, a determinar a preparação e ocupação pelas peças das posições de tiro e exige ainda que os chefes de peça dêem as suas ordens de tiro. Os Cmts. de Secções dispõem de 15 minutos, desde o recebimento da ordem até o momento em que aparece o alvo. Quando se está desenvolvendo o trabalho, o alvo aparece, deslocando-se, de início, muito lentamente.

**NOTA** — Após cada exercício, faz-se uma crítica para analisar o desempenho da peça. Deve-se procurar realçar os cuidados a ter com a peça e a direção de tiro, bem como a necessidade de se trabalhar rápida e conjuntamente.

## C) PARTES VULNERÁVEIS DOS CARROS

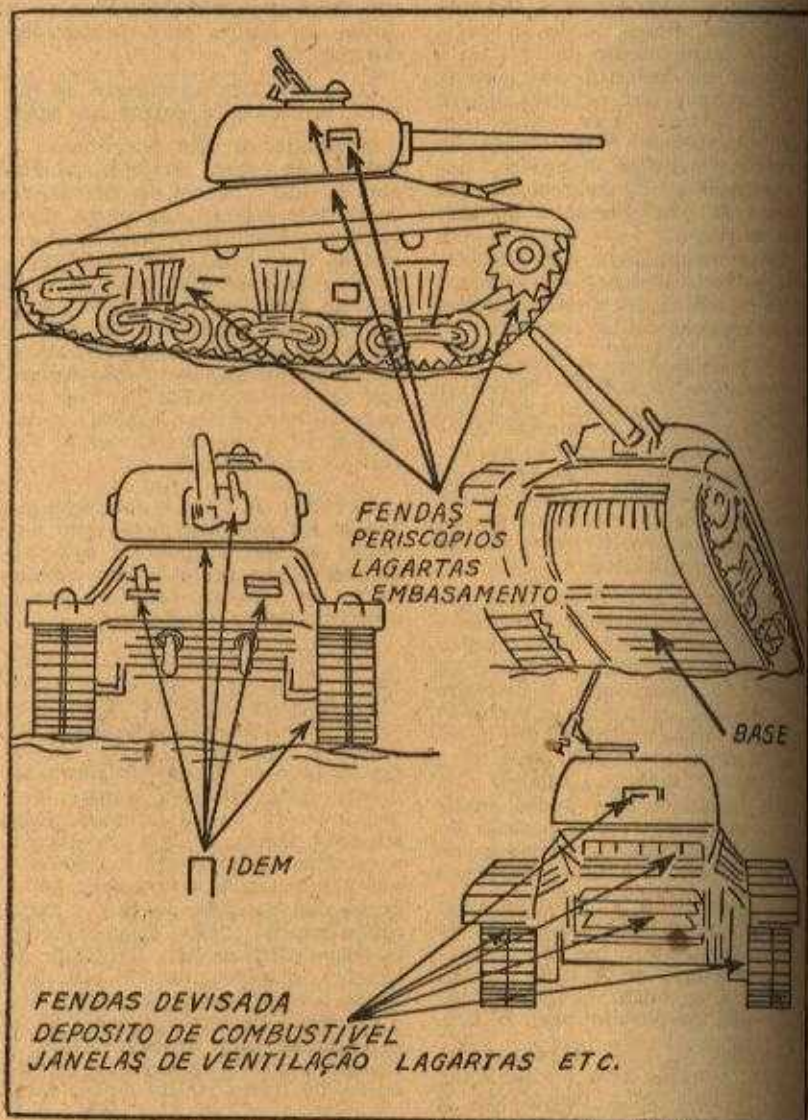


Fig. 45

É de grande importância para o atrador de uma peça C/C o conhecimento das partes vulneráveis dos carros inimigos, para que possa obter um melhor resultado no tiro.

Procurando tornar mais objetiva esta importante parte da instrução, passo a citar as partes vulneráveis dos carros apresentando a gravura 45 com estas mesmas partes já citadas.

Cumprê-me lembrar, ainda, que é de todo interesse para o bom andamento da instrução, uma ampliação da gravura anexa, a fim de tornar mais objetiva esta instrução na Cia.

#### Partes vulneráveis :

- 1) Seteiras de visada (na torre e no corpo);
- 2) Fendas de refrigeração (da tripulação e do motor);
- 3) Motor e depósito de gasolina (parte baixa);
- 4) Lagarta;
- 5) Base ou ventre;
- 6) Zona de fixação da torre.

### MANEABILIDADE

#### Objetivo :

- 1 — Preparar para o combate.
- 2 — Preparar os quadros e a tropa para, em ações coordenadas, colocar o canhão em posição com precisão e rapidez e cumprir uma determinada missão.
- 3 — Habituar os homens a uma execução rápida, coordenada e metódica.

#### Fases de treinamento :

##### Elementar :

- Sem viatura-armão.
- Com viatura-armão.

**Avançada** — Destinada a desenvolver na guarnição um procedimento semelhante às condições de campanha (Aplicação de exercícios táticos).

#### Normas gerais de ação :

- 1 — Rapidez na preparação para a ação e velocidade de tiro, requeiram esforços coordenados de todos

os homens da Secção — deverá ser este o principal ponto a frisar, à medida que a instrução progride.

2 — O trabalho de conjunto será perfeito, quando cada homem da guarnição tiver completa compreensão da importância de suas atribuições.

3 — A precisão se adquire, executando-se cada operação na devida seqüência; a rapidez é desenvolvida por meio da prática — ações reflexas.

4 — Todos os serventes devem estar em condições de estabelecerem um rodízio nas funções.

5 — A progressão do exercício de maneabilidade é regulada de maneira a permitir à Secção, a execução conveniente de diversos exercícios de combate, previstos na instrução tática.

6 — Quando o canhão é transportado a braço, ao comando "Alto" deve se apoiar o reparo no chão.

7 — Nos deslocamentos, as bolsas de munição devem estar penduradas no escudo.

8 — No desenrolar dos exercícios, devem-se figurar elementos fora de combate.

9 — Todos os movimentos (exceto o transporte do canhão a braço), serão em acelerado. A rapidez da execução deve ser gradualmente desenvolvida. No início da instrução os movimentos são cuidadosamente estudados e demonstrados. Os homens executam os movimentos vagarosa e cuidadosamente. A vivacidade é gradualmente aumentada até que todas as posições possam ser executadas em acelerado e todos movimentos sejam realizados rapidamente e sem confusão.

### DEFINIÇÕES

**Viatura-armão** — É a que transporta o canhão, que pode ser hipomóvel (no caso de adaptação do "avant-trem" da cozinha) ou automóvel (Jeep, Dodge, etc.).

**Canhão engatado ou desengatado** — Ligado ou desligado da viatura-armão.

**Frente do canhão engatado** é a direção em que a viatura-armão está voltada; quando desengatado

é a direção que aponta a bôca da peça.

**Posição do tiro** — Ocupada pela peça para bater um determinado setor de tiro ou uma possível via de acesso.

**Posição de espera** — O canhão está próximo à posição de tiro que está reconhecida e preparada. O canhão está preparado para atirar conforme a situação tática e mantido sob coberta, de modo que o inimigo não possa reconhecer ou descobrir a posição de tiro antes da abertura do fogo. Essa posição em geral é situada em encosta, dentro de valas, moitas etc. Somente se recorre a essa posição quando não se encontrar uma coberta na posição de tiro ou não se pode prepará-la nesta posição.

**Posição de desengate** — A escolha do comandante da (Secção Peça) com as mesmas características da posição de descarregamento de uma metralhadora, onde se separa o canhão da viatura-armão. Lugar desafiado, de fácil acesso, deve estar balizado pela posição de tiro.

#### ORGANIZAÇÃO MATERIAL

Cmt. — Asp. a Of., 2º ou 1º Ten.  
Grupo de comando — 1 3º Sgt.  
auxiliar e 1 Sd. estafeta motorizado.  
2 peças — Cada uma com a seguinte constituição:

Cp — Cabo chefe de peça;  
At — Atirador;  
M1 — 1º Muniçador;  
M2 — 2º Muniçador ou RC1  
(1º Rem. conteirador);  
R — Condutor ou RC2 (2º Rem. conteirador);  
Motorista (ou condutor).

**Material** — 2 viaturas-armões e 1 viatura para o Cmt. de Secção (transporta a munição e é também 1 viatura-armão de reserva).

**Armamento** — 2 canhões contra carros de 37 mm (com acessórios).  
Pistola para o Cp — At — M1 — M2 e R.F.M. para o motorista (para o tiro contra avião).

**Equipamento:**

Cmt. Sec. — Pistola — lanterna elétrica — binóculo — caderneta de ordens e partes;

Cp — binóculo — bússula — alicate — caderneta de ordens e partes;

M1 e At — 2 picaretas portáteis;

M2 e R — 2 pás portáteis e 2 bolsas de munição;

Motorista — Lanterna elétrica e bússula.

**NOTA** — Cada homem da guarnição tem sua função permanente como está indicado acima, mas deve estar em condições de desempenhar qualquer função na peça. Se o motorista está presente à instrução sem a viatura, trabalha como remuniçador.

#### FORMAÇÕES

a) *De desfile:*

— coluna por um;  
— coluna por dois (segunda peça à esquerda);  
— linha em uma fileira;  
— linha em duas fileiras.

**NOTA** — Distâncias e intervalos de uma viatura.

b) *De maneabilidade:*

— coluna por um;  
— peças juxtapostas;  
— peças sucessivas;  
— peças escalonadas.

**NOTA** — Distâncias e intervalos variáveis. A frente e a profundidade não devem ultrapassar de cinquenta metros.

**Comando:**

A voz, gesto ou apito. Tudo de maneira simples. Exemplo: para um deslocamento: Secção — a braço — comigo; ou: Secção — a braço — marche.

#### DEVERES

**Cmt. da Sec** — É o guia e o modelo da Secção. Dirige a Secção no combate (designa a posição de desengate, locais aproximados para o canhão, prescreve as condições de tiro). Fiscaliza o preparo da posição de tiro e da de espera, as medidas de segurança e distâncias nas peças e nos locais de reunião das viaturas. Assegura se os Cp. compreenderam suas missões e a missão de Secção.



*Sgt. Aux.* — Substituto eventual do Comandante da Secção. Encarregado de missões especiais — remuniamento, aprovisionamento, etc. Auxiliar do Tenente na observação.

*Cp.* — Comanda directamente a guarnição do canhão. Responsável pelo material da peça (inclusive a viatura armão). Controla e comanda o fogo do canhão e é responsável pelo seu disfarce. É o guia da peça. Controla o consumo de munição do canhão.

*At.* — Aponta e dispara o canhão. Substituto eventual do Cp. Coordena as suas ações com as do M1.

*M1* — Carrega e engatilha o canhão (Executa operações inversas). Coordena as suas ações com o At.

*M2* — Passa a munição para o M1.

*R.* — Coloca a munição próxima ao M2. Pode ser usado como observador.

*Motorista* — Responsável pela manutenção e operação da viatura-armão. Pode ser utilizado como remuniador (caso a situação o exija). Atirador de metralhadora para o tiro contra-avião.

*Estafeta Motorizado* — À disposição do Comandante da Secção para transmissão de ordens. Ordenança do Cmt. da Secção, funciona também como observador.

*Observação* — O motorista do Comandante da Secção é o chefe do remuniamento e se não fôr outro designado, controla todas as viaturas da Secção: é o responsável pelo disfarce das viaturas na posição de desengate e verifica a quantidade de óleo e gasolina de todas as viaturas na posição de desengate.

#### Nota

a) Para formar a Peça em qualquer outro local ou frente para qualquer direcção, o C.P. coloca-se com a frente para a direcção desejada e comanda, à voz de "Em forma" num novo local. Assim: Em frente do canhão (Viatura...) "Em forma!"

b) Para tomar a posição junto à Peça, será dado o comando de *Guarnecer*.

c) Para efeito do rodizio nas funções é dado o comando: "Rodizio". A esta ordem, o A.T. toma o lugar do R, este do M2 que passa para o M1, e este fica com o A.T. (os homens gritam os seus novos números). Este comando só é dado depois que os serventes estiverem bem treinados.

#### Deslocamento da Secção

##### Movimento do canhão:

Engatado;

Transportado pelo homem;

Empurrado — só para as pequenas distâncias;

Puxado — auxílio das bandleiras (vêr fig.).

*Observação* — Cuidado: quando se empurrar o canhão não se apoiar na luneta ou no seu suporte, no mecanismo de pontaria em direcção ou na alavanca de manejo. Cano voltado para a frente.

*Comando* — Secção (Peça) — "A braço" — e quando os serventes estão prontos: "Comigo" ou "Siga-me".

O R. toma a secção da haste do escovão e a introduz nos anéis da haste das flexas, de modo que os meios se adaptem ao reforço de bronze.

O Cmt. da Secção (Peça) dirige e auxilia o transporte para a posição desejada, ou vai à frente, dando a direcção de marcha e reconhecendo o caminho.

##### Entrada em posição:

A) Normal — sobre sapatas.

B) Excepcional — sobre rodas.

A) Normal — Pode partir da posição de "Guarnecer" ou não.

Ao comando, "Secção (Peça)" aqui (aponta o logar). Frente para tal ponto. "Em posição!"

*Ação* — Para melhor entendermos a coordenação do trabalho dos serventes, vamos classificá-los nas fases que se seguem:

1ª Fase — At e M1 dirigem-se para a frente do canhão e com o auxílio das mãos e pés, libertam o retém das sapatas e giram-nas para a frente (rtg. do canhão), soltam a parte inferior do escudo, ao passo que, ao mesmo tempo, o

M2 e R libertam as flexas do seu dispositivo de fixação (sem separar as flexas). O Cp coloca a luneta.

2ª Fase — O Cp comanda já... e os serventes colocam o canhão sobre sapatas (M2 e R levantam a conreira e o At e M1, empurram o canhão para trás).

3ª Fase — O At e M1 libertam o cano: At puxa o retem e o M1 a alavanca do fixador do cano (o M1 com a mão direita abre a alça de fixação da secção da haste do escovão), M2 e R separam as flexas, fixam-nas pelos pinos, pegam as bolsas de munição do escudo e retiram as hastes do escovão.

4ª Fase — Os serventes ficam a postos. O R manterá o escovão de acôrdo com as ordens do Cp. O At experimenta os mecanismos de pontaria e de disparo e, em seguida, grita "Pronto".

Nota — Há um recurso de campanha para deslizar a aba do escudo e as sapatas, por meio de um cabo de arame que passa pelo retem das abas do escudo e das sapatas e vai à retaguarda do escudo. Esse expediente economizará o tempo necessário para que o At e M1 venham à frente do escudo, mantendo-os abrigados pelo escudo, durante todo o tempo.

Posição dos serventes — (Peça em posição) — Cp coloca-se a um passo à esquerda do At a fim de ter uma visão do objetivo semelhante ao At e ajudá-lo a regular o tiro.

At — Atrás e à esquerda do escudo, apoia o joelho direito no solo, a mão direita no volante de pontaria em direção e a esquerda no de alcance (à vista cerca de 0,10 m da ocular da luneta). É preciso que o seu braço direito não passe por cima da grade (por causa do recuo do canhão).

Observação — O At precisa ser hábil no manejo da pontaria. Com o reparo M4A1, houve modificações: o At toma a mesma posição, com a barra de pontaria em direção, sobre o braço direito, encostado ao corpo de tal maneira, que movendo-se, possa apontar o

canhão em direção. A mão direita empunha a alavanca do gatilho. A mão esquerda aciona o volante de pontaria em alcance.

M1 — Atrás e à direita do escudo, de joelhos ou sentado sobre a flexa direita (a mão esquerda distendida para trás com a palma da mão para a direita e as costas para a esquerda para receber o cartucho do M2; e com a mão direita segura a alavanca de manejo).

M2 — Ajoelhado, coloca-se atrás do M1 (na altura da conreira); retira a munição dos invólucros de papelão e passa-a ao M1, agarrando o cartucho pela ogiva com a mão direita. Toma a sua posição de modo a se proteger do recuo do canhão e dos estojos ejetados.

R — Deitado, atrás do M2 (cerca de um ou dois passos à direita da pá da conreira direita). Em companhia do M2, escava o buraco para as conreiras da flexa, e em casos de terreno duro, esses serventes (M2 e R) se apoiam sobre as flexas (com as pernas para o interior), tendo o cuidado de não encostar o peito na flexa, e nesse caso a munição é colocada ao alcance do M.

B) Entrada em posição — caso excepcional (sobre rodas).

Caso seja necessário a abertura de fogo rápida e inopinadamente.

Comando — Secção (Peça) aqui. Sobre rodas. Frente para tal ponto. "Em posição".

Ação — At e M1 passam o braço por cima do escudo e soltam a aba do escudo e as sapatas, fazendo-o girar para a frente.

Observação — O canhão tira satisfatoriamente sobre rodas, mas só se emprega este tiro, quando a situação exigir uma presteza extraordinária.

#### Mudança de posição

a) quando a distância é pequena (há idéia de uma mudança de uma posição para outra nas proximidades).

Comando — A braço... Marche!, o canhão é transportado com as flexas abertas. O caso normal,

é o transporte de uma posição de espera (coberta desenhada), para uma posição de tiro escolhida e preparada, que está situada de 20 a 30 metros daquela.

**Observação** — Embora seja previsto esse movimento, não é aconselhável o deslocamento, pela dificuldade da guarnição em movimento, principalmente num terreno acidentado.

b) quando a mudança de posição exigir um grande deslocamento, será dado o comando: "desmontar para transportar!".

**Ação** — Fases para a operação:

1ª Fase — Cp retira a luneta; At e M1 prendem o cano; R separa o escovão; M2 e R colocam as bolsas de munição no escudo; e retiram os pinos das flexas.

2ª Fase — At e M1 suspendem a aba do escudo e separam o retém das sapatas; M2 e R fixam as flexas ao seu dispositivo de fixação e colocam as hastas do escovão.

3ª Fase — O Cp comanda: "já" — é colocado o canhão sobre rodas.

4ª Fase — Os serventes colocam os talabartes para o transporte do canhão.

#### Abertura do fogo

A direção é do Cmt. de Sec. e o comando, do Cp:

**Comando** — Tal tipo de granadas.

**Objetivo** — At — localiza-o.

**Direção e descrição** — M2 — passa um cartucho para o M1.

**Alça:**

At — aponta o canhão;

M1 — carrega a arma e diz "Pronto".

**Contrôle do fogo** — M2 separa o número de cartuchos comandado (tantas granadas).

**Fogo:**

At — Comprime o gatilho automático e abandona-o após o tiro.

M1 — Descarrega a arma com vivacidade (carrega-a novamente se fôr o caso).

**Exemplo** — Granada perfurante, junto à casa branca em frente,

carro do centro, alça 400, deriva 4.10 granadas. Fogo.

**Observação** — O alcance é anunciado apenas pelo alcance da alça (0 — 400 — 800 — 1.200). Pode ser dado o comando de "Fogo" ou "Atenção", conforme se queira abrir fogo imediatamente ou se de-seje acompanhar o objetivo.

*Suspende fogo, cessar e continuar*

**Comando:**

**Suspende fogo** — Empregado em pequenas interrupções do tiro (por exemplo: quando o objetivo desaparece temporariamente, quando sai do alcance do canhão, quando se transporta o tiro para outro objetivo, etc.).

**Ação:**

At — Abandona o gatilho, continua a observar o objetivo.

M1 — Carrega a arma.

**Nota** — A arma fica em condições de recomeçar instantaneamente o tiro. Para continuar o fogo é dado o comando: ambas (tal) peça... Fogo. Seguem-se as prescrições já enunciadas.

**Comando** — Cessar fogo... dado para grandes pausas durante o tiro ou quando se vai fazer uma mudança de posição.

At — .....

M1 — Descarrega a arma.

#### Mudança de frente

Durante a execução do tiro, para se atirar numa nova direção fora do campo de tiro horizontal...

**Comando** — *Suspende fogo:*

Frente para tal ponto:

Cp e R — Seguram as flexas (esquerda e direita) e colocam o canhão na direção comandada.

**Ação** — At e M1 — Deslocam-se no interior da peça sem abandonar suas posições (o At continua a observar o objetivo).

**Nota** — Esse exercício deve ser executado freqüentemente, de modo a se obter a menor interrupção possível no tiro, quando fôr necessário mudar de frente ao bater um objetivo muito móvel.

**Mudança de alça** — Durante a execução do tiro o objetivo pode se movimentar de uma zona de alça para outra ou há a necessidade de ser regulado o tiro.

**Nova alça**... Alça tanto.

**Ação** — O atirador emprega a mósca correspondente à nova alça.

**Observação** — Como vimos na instrução de tiro, há quatro mós-cas correspondentes aos alcances.

Alcance	Alça
0 — 400 metros	0
400 — 800 metros	400
800 — 1200 metros	800
1200 — 1500 metros	1200

**Exemplo** — O alvo está a 300 metros e a alça é zero. O projétil saiu e o Cp viu bater no chão a 50 metros antes do alvo; é dado o comando: "Nova alça — Alça 400".

#### INSTRUÇÃO COM A VIATURA-ARMAO

**Material** — Além do material já conhecido a peça receberá uma viatura para rebocar o canhão e transportar o pessoal, acessórios e munição.

O motorista (que é um dos serventes, dirige a viatura-armão sob a fiscalização do Cp).

Em princípio, o canhão só deve ser rebocado coberto (com a capa de lona). O Cmt. da Sec. dispõe de uma viatura transporte.

#### Engate e carregamento do material

**Comando** — Engatar, carregar o material.

A esse comando, a viatura-armão dirige-se para o local em que está a peça ou para uma coberta próxima.

**Cp** — Dirige a execução.

**At** — M1 — Cobrem o canhão com a capa de lona.

**M1** — Passa ao R o material que a viatura-armão vai transportar.

**R** — Dentro da viatura-armão, recebe e acomoda o material.

**Nota** — O motorista pode ajudar o carregamento da viatura. Os serventes engatam o canhão.

Os homens embarcam e sentam-se na viatura. Cp ao lado do motorista; 1 e 2 no primeiro banco (direita e esquerda), 3 e 4 no segundo banco (direita e esquerda). Ordem para o embarque (4-3) e (1-2).

O desembarque será feito na ordem inversa. O Cp dá ao Cmt. da Sec. o sinal de "Pronto".

#### Desengate e descarregamento do material

Feita uma posição de desengate e ao comando de Secção — Desengatar — Descarregar o material.

#### Ação dos serventes:

O Cp se desloca na direção fixada e a 15 passos do local do desengate (abrigo mais próxima).

**M1 e At** — Realizam o desengate. Retiram do canhão a capa de lona (o Cp indica se a capa deve ficar na viatura-armão ou se a deve levar com o canhão, nesse caso ela é dobrada e pendurada no suporte do escudo) a não ser quando o tempo for inclemente ou a tropa esteja sujeita a ataques de gás.

**M2 e R** — Retiram o material da viatura-armão e colocam as bolsas de munição no escudo.

**Motorista** — Auxilia a operação. Coloca a viatura-armão a coberto das vistas aéreas e terrestres (pode utilizar a rede de disparco). Mantém a ligação com a posição de tiro (ou de espera).

**Nota** — Os serventes colocam a bandoleira para o transporte.

**Observação importante** — Essa execução deve ser treinada em qualquer situação (fora de forma, em pleno deslocamento, etc.).

#### Desembarcar

**Comando (sinal)** — Secção (Peça) — Desembarcar.

**Ação** — Os serventes (exceto o motorista) deixam o veículo e entram em forma, segundo as ordens do comandante da secção (Cp). Se for dado o comando: "Fora de forma", o motorista desembarca. Todos ficarão nas proximidades do veículo.

**Observação** — Caso normal dos "Altos" nas "Marchas".

### Embarcar

**Comando (sinal)** — Secção (Peça) — Embarcar.

**Ação** — O motorista e os serventes tomam os seus lugares na viatura.

## TREINAMENTO AVANÇADO

**Objetivo** — Execução do ensinado no treinamento elementar, nas condições de campanha. Os exercícios serão realizados sob quaisquer condições de visibilidade e ou de tempo. Os exemplos dados servem como guia e podem ser modificados, pela experiência de método peculiar.

**Material** — Em acréscimo ao presente para o treinamento elementar, devem ser utilizadas rédeas de disfarce e munição adicional.

### Canhão engatado

**Manobra** — A manobra da viatura-armão, é feita de acôrdo com as instruções.

Quando o terreno é difícil, os serventes desembarcam prontos para ajudar a viatura-armão e em certas ocasiões pode-se desengatar o veículo. Ensina-se ao motorista que, embora seja importante que a peça chegue rapidamente à sua posição de tiro, é ainda mais importante que o canhão não seja avariado durante a viagem. Para isso é treinado a fim de ter um perfeito juízo sobre as limitações de viagem do seu veículo, quando leva o canhão engatado (como se deve voltar e evitar obstáculos, sem avariar o veículo ou o canhão e o efeito que tem o canhão engatado quando se dá a partida ou quando se pára).

**Cuidados (viatura em marcha):**

- não acelerar a marcha e ligar ou desligar o motor;
- não exceder de 50 km em boas estradas;
- reduzir a velocidade em estradas desconhecidas, escorregadias e sinuosas;

d) precauções ao passar por outros veículos ou tropa;

e) diminuir a marcha quando a visibilidade é fraca;

f) distância entre as viaturas, em metros, deve ser igual à da velocidade em quilômetro por hora.

**Observação** — Sempre que possível deve-se reconhecer antecipadamente a estrada a ser percorrida.

## CONSELHOS AOS INSTRUTORES

### Canhão desengatado

Deve ser feito da maneira mais rápida e o menos frequentemente que fôr possível (o At não pode atuar tão calma e precisamente se o deslocamento do canhão fôr grande; para grandes distâncias, o remuniamento é mais difícil). Daí o princípio: a Sec. progride o maior tempo possível engatada.

### Deslocamento a braço

Da posição de desengate à de espera ou à de tiro.

Mudança de posição de tiro ou de espera.

Da posição de tiro à de desengate.

**Observação importante** — O Cp reconhece o itinerário para a sua peça e é o guia no deslocamento.

### Progressão

**Direção** — Cmt. da Secção (peça).

A progressão da posição de desengate a de tiro (espera) é feita sempre de posição de abrigo a posição de abrigo e é sempre coberta por frações de fogos, que lhe garantem a necessária segurança e certa liberdade para se deslocar. Poderá tomar formações diluídas, escolhendo para progredir caminhamentos convenientes, que a subtraíam das vistas inimigas e lhe permitam atingir rapidamente a posição (o itinerário preferido, deve ser o de mais segurança, embora não seja o mais curto).

### Preparar para o tiro

Na última posição de abrigo, ou numa posição de espera é dado o

comando: "Preparar para o tiro".

**Cp** — Controla a peça e verifica a luneta.

**At** — Verifica os mecanismos de pontaria e liberta o cano.

**M1**:

Verifica a "alma";

Limpa a culatra;

Observa o extrator;

Liberta o cano.

**M2 e R** — Verificam o estado da munição; separam as flechas.

Como se nota, o canhão e a munição são preparados para o tiro o mais completamente possível. O grau de preparação depende da distância da posição de tiro e o terreno.

Quando se fizer o transporte para a posição de tiro, o canhão ficará em condições de atirar rapidamente.

#### *Escolha da posição de tiro*

Feita pelo comandante da seção (peça) e deve permitir o máximo de rendimento e um desenfiação nas melhores condições.

Serão fixados:

— intervalo entre as peças (máximo 3 m);

— missão de cada peça;

— setor de tiro das peças (o canhão deve ter um excelente campo de tiro para ter o maior alcance e a maior direção para os flancos. O **At** observa pela "Alma" do canhão se o setor de tiro está desembaraçado);

— lugar ocupado pelos elementos amigos (principalmente Fuzileiros).

#### *Entrada em posição de tiro*

Vamos considerar três casos:

1º) O canhão sai da última posição de abrigo. Como vimos acima, depois de estar o canhão preparado para o tiro e a posição reconhecida pelo **Cp**, é dado o comando: "Em posição" e a peça executa o determinado.

2º) O canhão está numa posição de espera (próxima da posição de tiro). Nessa posição o canhão está preparado para atirar e os serventes estão abrigados (em

caso do campo aberto, são construídos abrigos individuais). Podemos ainda notar:

a) o alvo é visível da posição de espera. Nesse caso o **Cp** comanda os elementos iniciais de tiro, o deslocamento para a posição de tiro onde se dará o disparo da arma. Assim, na posição de espera, será dado o comando:

"Objetivo tal... Alça ...";

O atirador diz: "Pronto" e o **Cp** comanda: "Em posição".

O canhão é levado rapidamente para a posição de tiro, preparado para a ação, apontado para o alvo (não pode estar carregado).

Inicia o tiro ao comando de "Fogo".

b) o alvo não é visível da posição de espera — Comando: "Em posição".

O canhão é levado para a posição de tiro.

#### *Observação sobre a entrada em posição*

Uma base horizontal para a canteira facilita um desvio de direção rápido para o canhão (ela deve estar enterrada para maior estabilidade durante o tiro).

Os serventes devem estar abrigados (é necessário que os abrigos individuais não embarquem uma mudança de frente do canhão).

A peça deve estar treinada em se deslocar da posição de espera (abrigo) para a de tiro. Os itinerários da posição de desengate à de tiro, devem ser balizados.

Deve ser preocupação constante do **Cp** o disfarce para a sua peça (condições, locais ou rede).

Sempre que possível, deve-se proteger a munição.

O reconhecimento "a priori" e a entrada em posição são feitos tão cuidadosamente quanto possível, tendo em vista furtar-se à observação terrestre.

#### *Observações:*

1. Deve-se escolher uma posição de tiro suplementar para mudança de posição, caso esta tenha sido referenciada pelo inimigo.

2. Deve-se fazer o treinamento a retirada em posição, sob as mais variadas circunstâncias (visões e fogos do inimigo).

3. *Excepcional* — Em qualquer situação, o canhão deve ficar em condições de atirar (e a guarnição deve ser treinada para se dirigir rapidamente para uma posição de tiro).

*Comando* — “Reunir” (dá a ordem de abertura de fogo).

*Ação* — Guarnição fora de posição ou canhão se deslocando por uma estrada, etc., a esse comando o canhão é desengatado, já indicada a posição. Frente para o ponto... Aqui... Em posição! Dados os elementos para a abertura do fogo.

#### MUNIÇÃO E REMUNICIAMENTO

Consideram-se 80 cartuchos o suficiente para o cumprimento de uma missão. Por isso esta quantidade é levada na viatura-tratora da peça. Chama-se a esse número de tiros uma missão. Duas missões (160 tiros) são transportadas na

Viatura Cmt. Secção.....	160 tiros
Viatura-tratora — 1ª peça.....	80 tiros
Viatura-tratora — 2ª peça.....	80 tiros
<b>Total.....</b>	<b>320 tiros</b>

b) *Companhia contracarros do Regimento* — A munição (90 % perforante e 10 % de alto explo-

Primeiro Pelotão — 2 Secções — 320 — peças — 320....	640 tiros
Segundo Pelotão — 2 Secções — 320 — peças — 320....	640 tiros
Terceiro Pelotão — 2 Secções — 320 — peças — 320....	640 tiros
Secção contracarros da Cia. Extra do Regimento (um caminhão munição).....	480 tiros
<b>Total a ser utilizado na Cia.....</b>	<b>2.400 tiros</b>

c) *Reserva* — 100 tiros, por peça contracarros, são transportados no trem divisionário, como reserva.

#### SINAIS PARA A PEÇA

*Espécies* — Os sinais podem ser acústicos ou visuais.

viatura do Cmt. da Secção e levadas para a posição da peça para o consumo inicial. A munição transportada na viatura-tratora da peça e em outras viaturas da Companhia, é utilizada como reserva.

*Remuniciamento* — O Cmt. do pelotão é responsável por que o consumo de munição seja prontamente reposto e que a munição suficiente esteja sempre em condições de ser utilizada na posição das peças, de modo a assegurar um desempenho integral das missões de fogos previstas. O cabo chefe de peça dá conhecimento das necessidades em munição ao Cmt. da Secção que prontamente transmite essa informação ao Cmt. do Pelotão. Quando as peças necessitam imediato remuniciamento, os cabos chefes de peça e Cmt. da Secção o obtêm da viatura da Secção.

#### *Distribuição :*

a) *Secção de canhão contracarros* — A munição (90 % perforante e 10 % de alto explosivo) transportada em cada Secção é distribuída do seguinte modo :

sivo) transportada pela Companhia é distribuída como se segue :

a) Os chefes subordinados recebem os sinais ou dão às suas frações ordens especiais, se necessário.

b) *Sinais de alerta contra aéreo ou contra mecanizado* — Três silvos longos de apito, ou três sinais longos de buzina ou sirene,

repetidos várias vezes, três tiros, igualmente espaçados, de fuzil ou de pistola; ou três rajadas curtas de arma automática. Durante o dia, deve ser apontada a direção da ameaça aérea ou mecanizada; à noite, esta indicação deve ser feita verbalmente.

#### SINAIS DE APITO

**Atenção** — Silvo curto. Este sinal é dado para chamar a atenção da tropa ou dos chefes para o comando ou sinal a ser feito em seguida.

**Cessar fogo** — Silvo longo. Deve ser confirmado por sinal a braço ou a voz.

**Alerta antiaéreo ou antimecanizado** — Três silvos longos, repetidos várias vezes.

#### SINAIS A BRAÇO

**Em frente; à direita; à esquerda** — Deslocar-se na direção desejada, apontando-a com o braço estendido, depois de tê-lo elevado verticalmente (fig. 46).

**Alto** — Colocar a mão à altura do ombro, com a palma para a frente; em seguida, estender vivamente o braço na vertical, mantendo-o nesta posição até que todos tenham entendido o sinal (figura 46).

**Mudança de frente** — Trazer a mão, do lado para o qual se deseja marchar, até a altura do ombro do lado oposto; em seguida, com a palma da mão para baixo e o antebraço na horizontal, descrever um arco, estendendo o braço de modo a apontar na nova direção.

**Inimigo à vista** — Mantém o fuzil horizontalmente acima da cabeça, com os braços estendidos,

como protegendo-se com a arma.

**Carro inimigo à vista** — Baía com o punho fechado, repetir várias vezes, no fuzil ou carabina, entre o zarelho superior da bandedeira e a massa de mira.

**Desenvolvido** — Levantar os dois braços lateralmente, com as palmas da mão voltadas para baixo, até ficarem na horizontal (fig. 46).

**Reunir** — Estender o braço verticalmente, com a mão aberta e descrever grandes círculos horizontais com a mão (fig. 46).

**Está pronto?** — Estender o braço para o chefe com que se deseja ligar, com a mão levantada, dedos unidos e palma voltada para a frente (fig. 46).

**Estou pronto** — Sinal idêntico ao de "Está pronto?".

**Começar fogo** — Estender o braço horizontalmente, à frente do corpo, com a palma da mão voltada para baixo; descrever, várias vezes, um amplo arco horizontal (fig. 46).

**Aumentar a intensidade do fogo** — Executar rapidamente o sinal de "Começar fogo".

**Diminuir a intensidade do fogo** — Executar lentamente o sinal de "Começar fogo".

**Cessar fogo** — Trazer a mão à frente do rosto, com a palma voltada para a frente, e deslocá-la, várias vezes, para cima e para baixo, pela frente do rosto (figura 46).

**Armar baioneta** — Simular o movimento de armar baioneta (figura 46).

**Chefes, comigo!** — Estender o braço para o chefe, ou chefes subordinados, e fazer o sinal de estar chamando (fig. 46).

(Continua)

## MAQUINA SANTO ANTONIO

BENEFICIO DE ARROZ

ANGELO CARAFA & FILHO

AVENIDA LUIZ DRUMONT, 512

SANTA ADELIA — E. F. ARARAQUARA — SÃO PAULO



## CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS SÔBRE A DEFESA DA EUROPA OCIDENTAL

Cap. CARLOS DE MEIRA MATTOS  
(Do Centro Militar de Estudos)

A recente visita dos chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental e o contacto que tiveram com os comandos encarregados da concepção e da organização da defesa das nações signatárias do Pacto de Bruxelas, ultimamente ampliado pelo Pacto do Atlântico Norte, veio trazer muita luz sôbre os problemas estratégicos que estão sendo encarados pelos responsáveis pela segurança do mundo democrático.

Uma idéia fundamental, ao que parece aceita por todos, ficou assentada: a primeira linha de defesa das democracias ocidentais será estabelecida no continente europeu. Esta decisão, veio pôr fim a uma longa polémica entre os chefes militares da Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo, reunidos sob a ação coordenadora de Montgomery, no Castelo de Fontainebleau. Sabe-se que entre eles havia duas correntes: uma que julgava impossível conter, no continente europeu, uma ofensiva dos vermelhos, em vista do que propunha que os principais recursos fossem reunidos nas Ilhas Britânicas; outra que insistia na possibilidade de se apagar o golpe do imperialismo soviético no continente, negando-lhe assim a conquista do ocidente europeu e salvando vários povos dos horrores de nova invasão totalitária. Entre os primeiros, como será fácil de se depreender, figuravam os ingleses e no rol dos segundos os franceses e os povos continentais.

O ponto de vista desposado por vários chefes militares ingleses, de

que seria perdido todo o esforço defensivo concentrado no continente, dada a incapacidade das potências democráticas, ainda não completamente restabelecidas da tormenta nazista, de conter um possível golpe das poderosas forças do militarismo moscovita, reflete a mentalidade militar dos ingleses. A Inglaterra baseou sua estratégia mundial na crença da invencibilidade do poder marítimo. No século passado, mantendo-se fiel a essa crença, alcançou seu apogeu como nação rica e poderosa. Neste século, por ocasião do primeiro conflito mundial, seu poderio naval ainda pôde contribuir ponderavelmente para a vitória final dos aliados, embora não fôsse decisivo. Durante a última guerra, entretanto, ficou sobejamente provado que somente o domínio dos mares não garantirá mais a vitória numa guerra de extensão universal. Os próprios ingleses deviam ter se convencido disso, dado o papel relevante e vital para a nação que coube à sua RAF. Mas a mentalidade do domínio do poder naval, criadora do enorme e riquíssimo Império Britânico, existente há mais de um século e alimentada pelos mais convincentes sucessos políticos e militares do passado, não se pode apagar do espírito dos admiráveis patricios de Churchill da noite para o dia. O inglês criou uma eficientíssima aviação militar com o pensamento na sua grande marinha de guerra. Seu entusiasmo pela aeronáutica era por aquilo que ela representava como força auxiliar e complementar do poder naval. Os acontecimentos, na

última guerra, os obrigaram a pensar de maneira diferente a respeito da aeronáutica, forçando-os a encarar os problemas estratégicos sob outro prisma e, felizmente, êles puderam contar com essa formidável R.A.F. para a defesa de suas Ilhas e depois para o apóio das operações terrestres dos aliados. Entretanto, ainda hoje, a estrutura militar britânica está assentada no predomínio da força naval. Sua qualidade de nação marítima justifica plenamente êste fato. A visão estratégica de seus estadistas e chefes militares não pode deixar de ser influenciada pela mentalidade acentuadamente naval de seu grande povo, produto de sua geografia e de uma tradição gloriosa. Por isso, quando levados a decidir sobre um problema estratégico, é lógico que os ingleses dêem sua preferência a uma solução predominantemente naval — estimam êles qua a única linha de defesa capaz de conter o impulso ofensivo dos vermelhos é o canal da Mancha, e que por isso a totalidade dos recursos de defesa destinados à Europa deve ser acumulada nas Ilhas Britânicas.

Como é natural, tal solução, tipicamente inglesa, não agrada absolutamente aos povos continentais do Ocidente europeu. Eles não a aceitam e nem a poderiam aceitar. Seria, simplesmente, renunciar à defesa de seu território, entregá-lo sem um esforço maior de defesa à voragem dos exércitos comunistas.

Entre os continentais há duas opiniões sobre onde deve ser estabelecida a posição defensiva destinada a barrar o ataque soviético. Uns, os mais otimistas, a querem no Elba; outros, a vêem no Reno. Diz-se que o General De Lattre de Tassigny, Chefe do Estado-Maior das Forças Terrestres da União da Europa Ocidental, é um defensor impertérrio da posição do Elba. E que os norte-americanos, que até então figuravam como meros observadores, mas que agora, depois da assinatura do Pacto do Atlântico Norte, passaram a ter voz ativa no problema estratégico da defesa da Europa, opinam pela posição do Reno.

Pôsto que, como mencionamos acima, já há um acôrdo quanto ao

ponto de vista de que essa linha de defesa deve ser estabelecida no continente europeu (conforme se deduz das declarações do General Bradley depois do seu regresso aos Estados Unidos), vejamos, perfunctóriamente, quais as vantagens e desvantagens apresentadas por essas duas posições do Elba e do Reno.

A posição do Elba está aproximadamente a 500 quilômetros, a leste da do Reno. Situa-se muito próxima à fronteira, entre a zona de ocupação britânica e soviética. Se fôr defendida, assegurará aos aliados ocidentais a posse do vale do Ruhr, a mais rica região industrial da Europa. Sob o ponto de vista estratégico, é a posição que melhor favorece o estabelecimento de um sistema defensivo conjunto que venha englobar os interesses de segurança de tôdas as potências signatárias do Pacto do Atlântico Norte. Deveras, prolongada para o sul, através das montanhas da Bômia e dos Alpes Julianos, a posição do Elba formaria um longo arco de círculo, verdadeiro cinturão defensivo, abrigando no seu interior todos os aliados do Pacto do Atlântico Norte. Êste cinturão, se fôr estendido ainda mais para o sul e leste, poderia englobar no mesmo sistema defensivo, a Grécia, a Turquia e o Irã. Como vemos, sob o ponto de vista estratégico, a posição do Elba é a que oferece a vantagem de poder circunscrever num grande arco todos os aliados ocidentais. Apresenta, porém, graves inconvenientes. É muito longa, portanto vulnerável e difícil de ser mantida na sua integridade; está muito próxima, encostada mesmo, às regiões ocupadas pelos russos, onde ficariam as bases de apóio à sua ofensiva.

A posição do Reno oferece a grande conveniência de estar a 500 quilômetros, aproximadamente, das bases de partida da ofensiva. Se o espaço compreendido entre os vales do Elba e do Reno fôr preparado para uma ação retardadora por meio de resistências locais, destruições de pontes e de ferrovias, lançamentos de obstáculos e de campos minados, o invasor terá na velocidade de progressão limitada e, ao chegar às margens orientais do Reno, será obrigado a fazer uma

parada a fim de concentrar seus meios para o ataque principal. Durante este tempo ganho pela defesa, o efeito da surpresa do ataque teria desaparecido e a aviação aliada contaria com a oportunidade necessária para atuar sobre essas colunas invasoras e grandes concentrações e arrasá-las, inclusive pelo bombardeio atômico. A linha do Reno, entretanto, traz a grande desvantagem de abandonar sem defesa a Dinamarca, entregar ao inimigo a maior parte do território da Holanda e deixar a Noruega com o flanco exposto. Poderia entretanto ser prolongada através dos Alpes suíços, a fim de englobar também a defesa da Itália.

Todas essas considerações, por certo, irão influir no espírito dos chefes militares que no futuro Comitê de Defesa do Pacto do Atlântico Norte, que brevemente estará instalado, terão que optar por uma solução que servirá de base para a estruturação do sistema defensivo ocidental.

\* \* \*

A Grécia, Turquia e Irã formando um território contínuo que se estende do mar Adriático ao mar Cáspio, através dos mares Egeu e Negro, constituem, realmente, o flanco Sul das potências ocidentais. Sua posição, na estratégia política do Ocidente, exige-lhes o desempenho do papel de diques de baragem que, de um lado, protegem o Mediterrâneo, verdadeiro flanco militar da Europa Ocidental e, do outro lado, protegem o Oriente Médio de onde as democracias, atualmente, retiram o máximo de petróleo que podem, a fim de poupar suas reservas continentais para casos de emergência. Eis porque, no quadro da estratégia política do Ocidente, a Grécia, Turquia e Irã nunca deixaram de estar presentes em todas as cogitações e, mesmo antes de terem sido contemplados no Plano Marshall, receberam ajuda financeira através de créditos especiais votados pelo Congresso norte-americano.

No quadro militar, a situação desses três países deve ser encarada sobre dois aspectos: durante

a "guerra fria" e na hipótese do desencadeamento de novo conflito mundial. O primeiro caso está sendo vivido pelos três, desde o fim do ano de 1946. Eles têm sido os alvos mais visados pela "guerra fria". As suas fronteiras com o mundo soviético vivem em estado permanente, ou de agitação, como as da Grécia e do Irã, ou de vigilância rigorosa e de pé de guerra, como as da Turquia. Esses três países, além da ajuda financeira, vêm recebendo material de guerra e auxílio técnico-militar dos Estados Unidos e da Inglaterra. Oficiais ianques e britânicos desempenham funções de instrutores nas forças armadas gregas, turcas e persas e também aconselham seus chefes militares sobre os planos de defesa. Não fora essas providências que se enquadram perfeitamente ao espírito de "política declarada" defendido pelos Estados Unidos, acreditamos que não estariam ainda esses povos resistindo aos incessantes golpes que lhes são desferidos sob inspiração do Kremlin. Suas lindes são legítimas "fronteiras vivas" e muitas vezes regadas com sangue. Mas, se os soviéticos resolverem desencadear a 3ª Guerra Mundial, resistirão esses países? Eis uma pergunta de difícil resposta.

Ao que parece, de acordo com as considerações que já expusemos, a defesa da Europa Ocidental se fará conjugando esforços numa extensa posição que vai do Elba ao Reno. Essa posição se prolongaria para o Sul, através das montanhas da Boêmia e dos Alpes Julianos, procurando proteger a Áustria e a Itália. O prolongamento dessa posição pela Grécia, Turquia e Irã, embora interesse fundamentalmente à estratégia ocidental, não será coisa fácil de se realizar. Em primeiro lugar, a posição se tornaria demasiada extensa, vindo a exigir para a sua defesa meios exagerados. É preciso ainda contar com a hipótese da neutralidade da Iugoslávia, o que não parece provável, mas não é impossível. Essa neutralidade redundaria em vir a Iugoslávia formar ao lado das democracias para poder defender-se,



pois as suas fronteiras não seriam respeitadas pelos seus vizinhos comunistas. Dando-se esta hipótese, a conexão da posição européia de oeste com a do sul, passando pela Grécia, Turquia e Irã, se articularia melhor através da Jugoslávia. Mesmo assim, não cremos na possibilidade de ser defendida toda essa extensa posição que se estenderia do mar do Norte ao Caspio. A sorte dos países do flanco sul, a nosso ver, está na dependência de sua capacidade de resistir durante este período terrível de "guerra fria", porque, na hipótese de uma agressão militar dos soviéticos, não é crível que os russos queiram começar a guerra por aí, pois nesse caso teriam que renunciar o fator surpresa; se realizarem o ataque principal a oeste, con-

forme tudo indica, não disporão de forças suficientes para uma ação poderosa no flanco sul.

Dentro da nossa maneira de compreender o futuro conflito mundial, cujo desencadeamento só julgamos possível se os soviéticos atacarem militarmente os países do ocidente e cuja duração estimamos curta, dado o poder de destruição em massa das armas que serão empregadas, os vermelhos procurariam, na primeira hora, por um ataque de surpresa, dominar a Europa Ocidental, lançando toda força de seu poderio bélico contra a posição de oeste, numa tentativa de atingir as costas atlânticas da França e do Mediterrâneo. Só depois disso poderão se preocupar em limpar o flanco sul. Não acreditamos que os

soviéticos cheguem a completar seu domínio sobre o oeste europeu. Antes disso terão suas retaguardas desmanteladas, suas fábricas destruídas e suas grandes cidades arrasadas pelas bombas atômicas dos ianques. E, tendo essa concepção da 3ª Guerra Mundial é que nos abalançamos a dizer que a Grécia, a Turquia e o Irã estão vivendo, atualmente, talvez os seus

dias mais difíceis e correndo os seus maiores riscos, submetidos às investidas mais violentas da "guerra fria", cuja finalidade não é outra senão a conquista política dos objetivos estratégicos que virão facilitar a ulterior ação militar. Vencido esse período de "guerra fria" acreditamos que a Grécia, a Turquia e o Irã terão se livrado do pior pedaço.

Teleg. "SOEGA"

Caixa Postal 1966

## MAGALHÃES, SUCUPIRA & CIA. LTDA.

TECIDOS, FARDAMENTOS, ESPORTES E CAMPANHA

Tels.

Rua São Bento, 7

Arm. 23-4016

RIO DE JANEIRO

Escrit. 23-6216

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO "UNIVERSAL"

Fábrica de Tamancos e Calçados  
para Crianças

Tipo Ballia — Luxo, conforto, durabilidade — Aceita-se toda e qualquer encomenda e fabricam-se tamancos de todos os tipos e qualidade

Secos e Molhados — Por atacado  
Açúcar, farinha de milho e outros cereais

Grande estoque de vassouras, escovões, chinelos e alpargatas

### ARIDANO MARCHI & IRMÃOS

RESIDENCIA

FÁBRICA

Rua do Patrocínio, 161, 173 e 193  
Telefone, 4-1-5

Rua do Patrocínio ns. 181 e 203  
E. F. Sorocabana

ITU — ESTADO DE SÃO PAULO

# BANCO DO BRASIL S. A.

1808-1949

Sede — Rua Primeiro de Março, 66 — Rio de Janeiro (D.F.)

## Taxas de depósitos

Depósitos sem limite.....	2% a.a.
<b>Depósitos populares :</b>	
Limite de Cr\$ 10.000,00.....	4 1/2% "
<b>Depósitos limitados :</b>	
Limite de Cr\$ 50.000,00.....	4% "
Limite de Cr\$ 100.000,00.....	3% "
<b>Depósitos a prazo fixo :</b>	
Por 6 meses.....	4% "
Por 12 meses.....	5% "
<b>Com retirada mensal de juros :</b>	
Por 6 meses.....	3 1/2% "
Por 12 meses.....	4 1/2% "
<b>Depósitos de aviso prévio :</b>	
30 dias.....	3 1/2% "
60 dias.....	4% "
90 dias.....	4 1/2% "

### Letras a prêmio (selo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, na Rua Primeiro de Março, 66, mais as seguintes :

Praça da Bandeira, Rua Mariz e Barros n. 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria, n. 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande, n. 100 — Copacabana, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n. 122 — Glória, Rua do Catete, n. 238-A — Madureira, Rua Carvalho de Souza, n. 299 — Meier, Avenida Amaro Cavalcanti, n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rêgo, n. 78 — São Cristóvão, Rua Figueira de Melo, n. 360 (esquina da Rua S. Cristóvão) — Saúde, Rua do Livramento, n. 63 — Tijuca, Rua General Roca, n. 661 — Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, n. 52.

Além das operações normais, a Agência Metropolitana da Glória, está habilitada a receber depósitos fora das horas de expediente, quer durante o dia, quer à noite, utilizando-se do Receptor Automático instalado na referida Agência. E a Metropolitana de Copacabana oferece, mediante módico aluguel mensal, cofres de vários tipos para guarda de valores (títulos, jóias, etc.), em casa forte dotada de moderno equipamento.

## A NONA MARAVILHA DO MUNDO

A região do Forte de Coimbra é uma exclamação de NITTI — relativa a uma região de RIBEIRÃO PRETO — consequência de comoções ciclópicas, o desvio do RIO PARAGUAI, o que deixou a descoberto uma série de impressionantes cavernas. Explorando as Furnas à luz de lâmpadas portáteis.

Publicado pelo "Correio da Noite" em 28 de março de 1941. Revisão completa com recentes explorações, inclusive análise das águas minerais encontradas nos depósitos. Cópias enviadas para "A Defesa Nacional", "Vida", "Revista do Clube Militar", "Instituto Geográfico Militar" e "O Oriente".

Pelo Gen. R-1 FRANCISCO PEREIRA DA SILVA FONSECA (diplomado)

Ilustrações fotográficas pelo Major H. GUIMARAES e 1º Ten. FRAGA

Quando NITTI, o vibrante escritor italiano, visitou o nosso País pela última vez, exclamou extrañado ao atravessar a região entre RIBEIRÃO PRETO e CRAVINHOS, um ponto do qual se descortina um quadro de indiscreta beleza panorâmica (enfrentando um vastíssimo oceano de café que, dessa zona, busca em ondulações suaves e notadamente extensas a fronteira mineira): "EIS A OITAVA MARAVILHA DO MUNDO"!

Se me é permitido usar a mesma exclamação do mencionado escritor, afirmo que Coimbra, cuja fortificação contribuiu para que fosse traçada nas páginas de nossa história, a mais bela lição do valor dos brasileiros que pertencem à artilharia de costa, incluindo em seu ambiente as "furnas de Coimbra", também conhecidas como "buraco do Soturno" ou "gruta do Inferno", constitui sem a menor dúvida, a "NONA MARAVILHA DO MUNDO"!

É possível ou talvez certo que por ocasião da comoção cósmica que sacudiu o nosso planeta, resultou o levantamento dos Andes

e nessa ocasião, a bacia do Titi-caca atraio a si diversos alimentadores, como o Desaguadero (que por sua vez serve de canal de escoamento do lago Poopó) e outros de menor importância; nessa mesma ocasião, o leito do Paraguai, que certamente corria a S.E. dessa região, sofreu indiscutivelmente um violento desvio sendo jogado para o oriente e sua massa d'água procurando aqui e acolá, traçar novo caminho, inundou primeiramente as terras baixas, formando o "Pantanal" que na latitude de Porto-Esperança possui cerca de 170 m de altitude ("Trabalhos da Com. Constr. da E.F.N.O."). O Pantanal, que ocupa considerável superfície, é o limite meridional da expansão semi-lacustre do Paraguai superior (entre 19º e 20º de latitude S.). Aí o Pantanal é reduzido sobre a margem esquerda pela avançada da serra da Bodoquena, sobre a margem direita em direção do maciço de Corumbá. Todavia, do jusante de Coimbra, as terras baixas estendem-se ainda sobre a margem esquerda até ao rio Apa, formando uma série de corixas (1). Veado Gordo, do

(1) Canal que liga o Pantanal com o leito do Paraguai quando cessa a enchente.

*Touro, do Tererê, do Rio Branco, da Ema, etc.*, em cujos limites orientais corre o importante acidente fluvial — sobre o ponto de vista militar — o *Nabileque*, em cuja parte central e ao oriente da mesma está situada a grande região do "Nalique", reservada aos índios *Cadiúeos*; sobre a margem direita, as terras baixas, desenvolvem-se numa largura crescente (70 km à altura de *Puerto Pacheco*, hoje *Baía Negra*).

Na direção do norte o limite do terreno alagadiço, desenha uma linha sinuosa por *Cáceres, Poconé e Melgaço*, na frente da serra dos *Paracís*. Em seguida, o rio abriu o atual caixão que dá a impressão, pelo seu trabalho constante de inundações e desbarrancamentos, tratar-se de um jovem rio em plena formação de leito.

Uma consequência geológica desse desvio foi colocar a descoberto, uma série apreciável de furnas ou cavernas que parecem assinalar o antigo curso da corrente d'água que, naquela época, deveria ter sido de semelhante ao *Rhodano* na *França* (mergulhando e desaparecendo pelo solo a dentro, para voltar novamente em curso descoberto, vários km após o seu ponto de imersão).

A grande linha de furnas que começa logo ao S. de *Corumbá*, pela de nome *Paraguá-mirim*, traça visivelmente sua passagem pelo intrincadíssimo meandro constituído pela bacia do rio *Verde*, bem enigmático porque ora suas águas são assinaladas caminhando na direção do maior depósito regional que é constituído pelo *Pantanal* existente ao S. do *Jacadiço* (maciço importante, contendo imensa reserva de ferro), ora buscam a direção do N., permitindo a ligação da região com o *Paraguai*, atravessando a rica zona pastoril do *Aguassu*, da *Pluva* e das *Pitangueiras*; finalmente, enriquecendo de águas pela margem esquerda o *Outuquíez* (*Baía Negra* dos *Paraguaios*), alimenta nessa ocasião o grande corixa *Véra* que

circunda *Coimbra* e a isola na época das chuvas, tornando o maciço *coimbreense*, uma imponente ilha calcárea, ao S.

A linha de furnas nessa região é ainda reforçada com a de nome *furnas do Conselho*, grande maciço calcáreo que ao lado de *Puga*, constituirá, por certo, assinalado marco para a vigilância da região. Estas furnas pouco exploradas, são temidas pela existência nas matas de suas proximidades de felinos de grande porte (onças pintadas). O rosário de furnas, passando agora em *Coimbra*, vai morrer no *Pantanal* que existe entre o corixa *Véra* e a foz do *Outuquíez*.

Em *Coimbra*, a fuma assume proporções agigantadas. Sua entrada (figs. 1, 2 e 3) dista cerca de 3 km da *praça d'armas do Forte de Coimbra* e está mais ou menos a 30 metros acima do nível das águas. Na inspeção que organizei, percorri grosso modo 400 m, chegando a uma pequena sala com capacidade para 10 pessoas, conservando a posição de marcha rastejante. Entre este alojamento e o primeiro, percorremos cinco salas que diminuíam à proporção que avançávamos. A primeira, que fica talvez a 15 m abaixo do nível das águas, pode abrigar facilmente 100 pessoas; dista aproximadamente 80 m da boca da fuma, sendo a descida executada com alguma dificuldade (figs. 4 e 5).

A iluminação é feita com lâmpadas elétricas portáteis, lâmpôes de gasolina e álcool.

Entre as diversas salas e ligando-as, pequenos canais que vão de pouco em pouco dificultando a marcha, deixam perceber em seu piso, pelo enrugamento da camada silicosa o notável trabalho telúrico de desgaste das águas que por aí passam em delicados filetes, após terem sido filtradas na espessa camada calcárea, aproximadamente 15 metros, parecem demandar algum sumidouro com ligação talvez com o próprio leito do *Paraguai* (2).

(2) No primeiro grande salão, as paredes são semelhantes às da caverna "De La Venta Man" (vêde *The NATIONAL GEOG. MAG.*, Febr. 1947), com camada branca brilhante ou âmbar luminoso de estalactites.



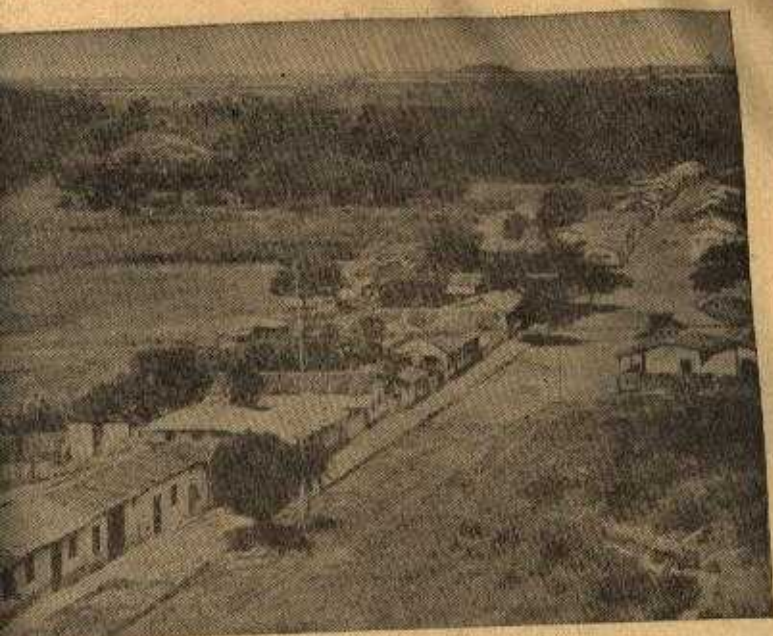


Fig. 1 — Vila Militar de Coimbra

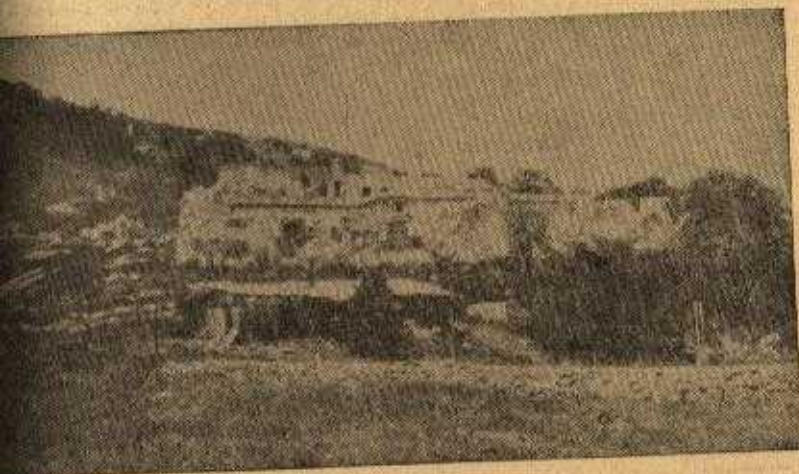


Fig. 2 — Vista da Fortaleza. Vê-se, no primeiro plano, a velha e pequena oficina mecânica. No fundo, a encosta oriental do "Pico da Patrulha"

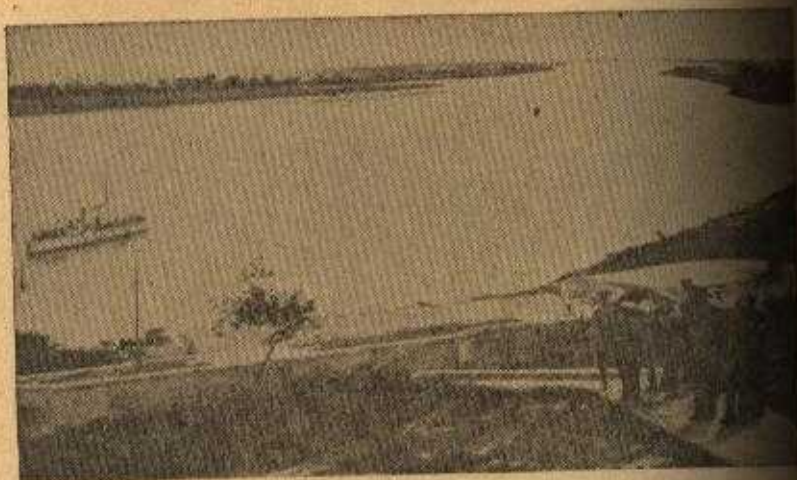


Fig. 3 — O monitor "Otaoque" ancorado ao largo do porto de Coimbra

Desde o primeiro salão, o mais vasto, as formações de estalactites e estalagmites surpreendem o visitante; ornamentando este primeiro, existem duas figuras que chamam bem a atenção: a primeira é constituída por um bloco de mais ou menos 2 m de altura, dando a perfeita semelhança com a Virgem "N. S. de LOURDES"; a segunda é representada por um outro bloco bem maior dando a impressão de um quadro da "SAGRADA FAMÍLIA".

Quando o autor estava ainda no

comando do "Grupamento Comandante Fêcho dos Morros", teve a honra de ser visitado pelos Srs. Heate Wanderer Hope e Espôsa, conhecidos organizadores da expedição que cruzou o Continente Africano de N. para o S. filmando a célebre e instrutiva película "TRADE HORN". Nesta ocasião, amostras da água existente nesta caverna foram colhidas e enviadas para serem examinadas no "Laboratório de Química" (análisis de água) — cujos resultados foram os seguintes:

"Determinaciones	4003
Naturaleza.....	Vertiente
Aspecto.....	transparente e
	deposito
	incolora
Color.....	ligeiramente
	calina;
Reacción al tornasol	alcalina;
} en frio.....	0.130
} en caliente.....	0.083
Residuo a 100° — 105°C.....	muy poco
Alcalinidad en (SO <sub>4</sub> H <sub>2</sub> ).....	0.038
Anhidrido silicico en (SiO <sub>2</sub> ).....	V.
Anhidrido sulfurico en (SO <sub>2</sub> ).....	0.036
Anhidrido nitrico en (N <sub>2</sub> O <sub>3</sub> ).....	0.036
Anhidrido nitroso en (N <sub>2</sub> O <sub>2</sub> ).....	0.036
Anhidrido carbonico combinado en (CO <sub>2</sub> ).....	0.036
Anhidrido carbonico semi-combinado en (CO <sub>2</sub> ).....	0.036

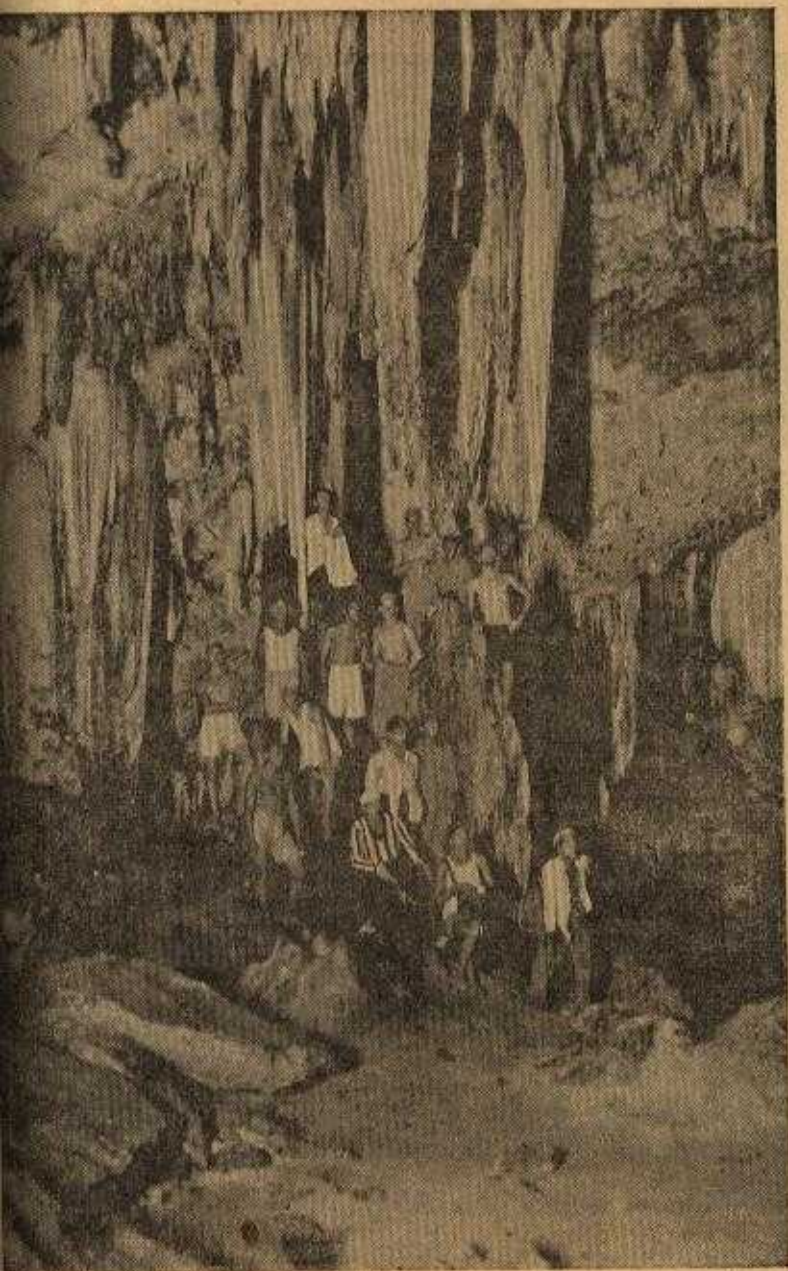


Fig. 4 - O grande "salão" da gruta de Colobres, podendo conter uma centena de pessoas e possuindo excelente piscina



Fig. 5 — A boca da fôrna, verdadeira "dentada de Satanaz" na raiz da árvore.

Cloruros en (Cl).....	V.
Acido sulfidrico.....	0
Oxido cálcio en (OCa).....	0.053
Oxido magnésico en (OMg).....	0.016
Amoniaco salino (NH <sub>3</sub> ).....	0
Materia en suspensión {organica %.....	0
y en deposito {mineral 1 %.....	0

Buenos Aires, Agosto 19 de 1937"

Esta análise foi acompanhada pela seguinte carta:

"B. Aires, september 18, 1937

Caro Coronel.

Os documentos acompanhando esta carta, mostrar-lhe-ão que seu pedido não foi esquecido.

O senhor pode bem calcular, o grande futuro no comércio do BRASIL ter águas minerais iguais às de Evian ou Vittel na FRANÇA. Penso que sua apropriação e exploração deveriam ser feitas pelo Estado, depois da confirmação de suas propriedades pelo Departamento de Química Federal, para o benefício do povo Brasileiro em geral, especialmente para os que sofrem do fígado.

O senhor pode imaginar o prazer de lhe enviar tão valiosas informações da água que o Coronel teve a bondade de nos fazer conhecer, daquela inesquecível *Caverna* nas vizinhanças do famoso *Forte de Coimbra*.

Os nossos melhores desejos para o futuro comercial do seu grande país e seu povo.

Com os melhores votos, seu amigo A. V. Hope."

Algum tempo depois das *Manobras* de nossa D.C., em *Maracajú*, em 1940 (setembro-outubro), no Estado de *Mato Grosso*, pela bondade do General *Eduardo Guedes Alcoforado*, *Coimbra* e sua *Caverna*, foram novamente visitadas. Tive a oportunidade de colher novas amostras das águas e enviá-las para o exame no Instituto Militar de *Biologia* que assim se manifestou: "Numa amostra vinda do *Buraco do Soturno*, situado em terras pertencentes ao *Forte de Coimbra* no Estado de *Mato Grosso* e enviada para exame; o frasco contendo a água para análise estava perfeitamente arrolhado e lacrado



Fig. 6 — Trecho da fronteira Brasil-Bolívia. Os limites do pantanal.

e entregue ao 2º Ten. *Joseph de Almeida Reis*, farmacêutico, pelo autor d'êste artigo de acôrdo com as exigências militares e estava assinado pelo General *Eduardo Guedes Alcoforado*, o autor, Tenente-Coronel *Francisco Pereira da Silva Fonseca*, Capitães *Carlos Augusto Colares de Moraes* e *Anibal*

*de Andrade*, Tenentes *Antônio Saraiva Martins* e *Joseph de Almeida Reis*.

O seguinte resultado foi obtido:  
Propriedades organoléticas:

É um líquido sem cor, límpido, sem cheiro e com paladar próprio.

Composição química:

Reação ao turnesol.....	alcalina
Grau hidrométrico total (Franch).....	45º
Grau hidrométrico permanente (Francês).....	36º
Resíduo a 120º.....	0,40
Resíduo ao vermelho à sombra.....	0,32
Cloruretos expressos em cloro.....	0,284
Cloruretos expressos em cloreto de sódio.....	0,468
Sais de cálcio em carbonato de cálcio.....	2,84
Sais de cálcio em óxido de cálcio.....	0,078
Sais de magnésio em óxido de magnésio.....	0,011
Sais de alumínio e ferro.....	O
Sais de silício em óxido de silício.....	0,009
Sais de sódio.....	O
Gás carbônico livre.....	presença
Gás sulfídrico.....	O
Amônia.....	O
Sais amoniacais.....	O
Nitratos.....	O
Nitratos em ácido nítrico.....	V
Sulfuretos.....	O
Sulfatos.....	O
Fosfatos.....	O
Substâncias orgânicas em oxigênio (semi-ac.).....	O

#### CONCLUSÕES

De acôrdo com a análise química acima, conclui-se que estas águas apresentam alto valor em sais cal-

cáreos e pobreza em relação a outros sais minerais.

Observação — Os algarismos acima, que figuram na análise, são baseados no litro.

#### MOBILIÁRIO CONSTITUÍDO INCLUSIVE DE UMA EXCELENTE PISCINA...

Blocos imitando verdadeiros pedestais, colossais colunas, algumas com mais de 8 m de altura e 5 m de diâmetro, constituem o mobiliário d'êste importante salão. Completando-o, a água filtrada pela camada calcárea e aí acumulada, criou uma inimitável piscina com 8 x 3 x 3, aproximadamente, permitindo a natação subterrânea, apresentando uma agradável e pequenina praia, guarnecida com finíssima e alva areia.

Todo êste conjunto harmonioso, encravado no maciço de Coimbra, ainda coberto de vegetação, protegido pelo carinho da guarnição brasileira aí destacada, constitui certamente a 9ª Maravilha do Mundo!

Coimbra, que como os brasileiros sabem, foi construído (o forte) no "passo de São Francisco", ao invés de o ter sido no "Flecho dos Morros", está localizado em cima de uma jazida de mármore comum; os degraus de acesso, notadamente



Fig. 7 — Panorama do Rio Paraguat



Fig. 8 — A virgem de Nossa Senhora do Rosário de Coimbra. Foi condecorada por D. Pedro II, por ocasião da "Guerra do Paraguai"

cs de N. E., são nitidamente de formação calcárea, irisada de veios pardacentos.

Na margem esquerda do rio, no Morro da Marinha, fronteiro ao de Coimbra, também existem manifestações de mármore, inclusive verde. Nessa margem encontrei uma pequena boca de furna, que me leva a crer na sua ligação com o Buraco do Soturno (por baixo do leito

do rio: este, demanda a direção geral de W. L.), enquanto que aquêle inflete-se logo no início na direção L. W.

Que as forças dirigentes da Nação meditem sobre o valor deste fragmento da nossa lide, em meus ardentes desejos e que as "Empresas turísticas" inventem que — concluirão pela existência de mais uma maravilha no nosso querido solo pátrio!



## O C-21-5 E O R.I.Q.T.

### MANUAL BASICO DE INSTRUÇÃO MILITAR E REGULAMENTO PARA INSTRUÇÃO DOS QUADROS E DA TROPA

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Como o fizemos para o C-21-75 vamos fazer com o manual "Básico da Instrução Militar"; vejamos o que ele contém que modifica o que está em nossos regulamentos de instrução, particularmente no R.I.Q.T.

Começa "toda a Instrução Militar visa a preparação do Ex. para vencer a guerra"; os nossos sempre disseram "para a guerra" embora não deixassem todos os regulamentos e outros documentos de preservar o "espírito ofensivo". Sim, nem todos que lêem os regulamentos são oficiais e para eles há diferença entre aquelas duas expressões.

Confessamos que ficou melhor assim, mais claro o objetivo a atingir.

"A preparação eficiente do Ex. é o melhor penhor para o êxito nacional, desde que se trate de problemas de segurança interna ou externa". É outra esta linguagem; não é só para vencer a guerra que nos devemos preparar, mas sim, para manter a ordem interna, expressão velha, porém, convenhamos, dita de outra forma.

"Para o êxito nacional" amplia a nossa responsabilidade escrita, porque moralmente, independente disto, sempre nos sentimos responsáveis quando está em jogo o conjunto, o nacional.

Isto é da nossa formação e é também uma consequência de fundo cultural e histórico.

"Deve sempre achar-se preparado, eficientemente, para qualquer

tipo de operação de guerra, em qualquer clima e em qualquer terreno" — é outra novidade que, se tomada ao pé da letra, vai trazer grande aumento de trabalho, ao menos que este objetivo, sua amplitude, tenha escapado na tradução.

"Especialistas" na pág. 7 do C-21-5 e soldado de "qualificação particularizada" nos PP; estes são os nossos antigos especialistas, formados na própria unidade; reservou-se o nome de especialista "para os formados em escolas ou órgãos semelhantes, civis ou militares e para os quais são exigidos conhecimentos técnicos-científicos desenvolvidos"; — será que este conjunto final se refere às nossas E.I.E., E.Trans., E.M.M.?

O claro é que pelos PP não há mais especialista oriundo dos corpos de tropa, mas a letra b do n. 7 pág. 7 do C-21-5 continua falando nêles, ligados aos Comandantes.

Com referência às verificações, há modificações, pois acabaram-se os exames de fim de período que eram verificações dos Comandantes; entretanto, leia-se a letra a n. 30 pág. 18 do manual para concluir em que termos ficou a fiscalização da instrução.

Na letra e da pág. seguinte há "inspeção de Comandante de Regimento" quando antes inspeção era somente de general.

O nosso R.I.Q.T. n. 219 a 256, reúne em algumas páginas o que há sobre inspeções, verificações, exames e concursos.

Sobre o início da instrução tática encontramos, na letra b n. 8 pág. 7 do manual, as expressões:

- pequenas unidades;
- unidades maiores;
- unidades elementares;
- unidades superiores;
- unidades subordinadas.

Existiam as grandes unidades:  
as unidades;  
as pequenas unidades;  
as unidades elementares.

"A instrução tática deve ser iniciada no âmbito das pequenas unidades e de unidades maiores concomitantemente" é uma das expressões do manual.

Temos a impressão que o manual original considera o G.C., a Sec. e o Pel. como pequena unidade, enquanto nós as consideramos "unidades elementares" — e é como se pode compreender, porque a instrução tática começa realmente no âmbito destas unidades.

Há nesta letra b n. 8 citada, motivo para interpretação e comparado seu sentido com o que já tínhamos firmado, não fica claro.

"Ordens de instrução" — registramos apenas a expressão nova reservada aos "comandos superiores"; este "comandos superiores" é seguido de "em princípio da G.U. para cima"; esclarecimento que se fazia necessário, enquanto que "comandos de G.U." não deixava dúvidas.

"Os jogos atléticos deverão ser realizados à tarde", — mesmo no verão quando até às 18 horas o sol é tão forte? Não há dúvida de que as melhores horas para pensar são as da manhã.

Manda não computar o tempo gasto nos deslocamentos para os locais dos exercícios; nós sempre aproveitamos este tempo para verificações de assuntos ensinados na véspera, mesmo para ensinar algo que se adaptasse à marcha de estrada, para pedir flexionamentos musculares que exijam despreocupação (estamos nos referindo à instrução na cavalaria), etc.

"A falta de instrutores capazes em assuntos técnicos ou especializados, retarda a instrução". Este fato é muito comum atualmente

com o disfarce, a guerra química, a interpretação de fotografias aéreas, etc.

Os filmes de instrução, que parece não terem ainda dado tudo que podem, já são de grande utilidade, particularmente quando falados em português.

Para os americanos também os serviços internos e as faxinas muito prejudicam a instrução.

"Enunciamos as deficiências de material, etc. Isto sim, devemos protestar, ninguém melhor que nós para dar lições sobre esta matéria.

"Os objetivos sejam atingidos no menor tempo e com o mínimo de sacrifícios" — este "no menor tempo" é muito velho para nós; há muito que os nossos programas de instrução consideravam este fator "ter homens e unidades prontas no menor tempo". Então está de pé esta prescrição que sempre nos orientou na organização das relações das matérias a administrar aos nossos Instruendos.

No n. 26 pág. 16 diz que há programas além dos PP; assim sempre pensamos, que os PP não dispensam os programas, porque há muita diferença entre unidades da mesma arma, suas possibilidades em material, em instrutores, em campos de instrução, no estado intelectual dos seus recrutas, no clima da região, etc., etc.

"A fiscalização diária é despiada de formalidades, não devendo interromper a continuidade da instrução", mas nós temos prescrições em vigor que determinam o que se deve fazer ao se aproximar da turma que estamos instruindo uma autoridade. E então?

O n. 36 pág. 21 diz "a aplicação da doutrina tática, por meio de situações táticas é a parte mais importante da instrução dos corpos". Eis uma das razões porque achamos o novo período "de aplicação" muito curto e o "de formação" muito longo.

A letra d pág. 27 não deixa dúvidas sobre as atribuições dos Comandantes com referência aos programas e aos PP: estes são relações de matérias com seus valores em horas, que vêm dispensar os

Comandantes de organizá-las todos os anos para cada período. Para nós os PP são como vasos que contêm alimentos puros que devem ser deles retirados e misturados em determinadas proporções e aos quais o operador junta condimentos próprios e que dão grande valor às refeições preparadas.

Os PP não possuem vida própria, para viver eles necessitam do sópro dos Comandantes. Mas eles permitem não haver alteração na quantidade e qualidade da matéria a fornecer às máquinas de instrução — ali está o que deve ser ensinado, mas não está na ordem em que deve sê-lo, mesmo porque não há uma única ordem de urgência; até os valores-hora atribuídos aos assuntos não são rígidos como não podiam sê-lo, pois a matéria a trabalhar não é a mesma em tôdas as regiões do país.

A pág. 33 fala em "cooperação" ou melhor, de "emprego combinado das armas..." esboçando uma mistura de cooperação com combinação. Há prescrições sobre o emprego combinado de forças — "exercícios combinados" (Marinha, Aeronáutica e Exército).

"Nunca o Comandante de uma unidade deverá conservar-se no comando da mesma, enquanto estiver como diretor do exercício". Esta é uma novidade do manual, pois em geral o Comandante exercita os outros, comandando e dirigindo o exercício que organizou. Pode, bem sabemos, passar o comando a um de seus oficiais superiores, mas o contrário é novidade.

"Prepara então objetivamente sua ficha (lição) para cada sessão de instrução". Já havíamos, há muito, feito a diferença entre ficha e lição ou sessão de instrução. A ficha estuda ou descreve uma ação ou movimento ou a nomenclatura da peça de uma arma e a sessão pode utilizar uma ou várias fichas. A ficha deve existir nas subunidades em fichários organizados e

mantidos sob a orientação dos Comandantes, das quais os instrutores e monitores se servem para estudar as partes da instrução que devem ministrar; as sessões são organizadas diariamente e mesmo às vezes mais de uma vez por dia; variam com o instrutor, com o que vai ensinar, com o tempo de que dispõe, etc.

A letra c do n. 69 faz-nos apenas pensar: — o dia em que pudermos distribuir livros de instrução para serem estudados pelos nossos recrutas, será um muito grande dia para a Nação.

"A sessão de instrução deve ser "ensaiada"; nós sempre temos insistido no "preparada"; preparada é plano, ensaiada é ação;

Nas letras a e b do n. 104 faz diferença entre "Exercício na carta" e "Tema na carta", como mais adiante faz entre "Exército no terreno" e "Tema no terreno".

Classifica o problema tático em duas categorias: de decisão e de execução. Sempre tivemos isto, mas nunca fizemos esta classificação. Em geral, dado o problema, pedimos a decisão e em seguida sua execução.

O programa de subunidade deste manual é realmente diferente do nosso na forma, mas nele a matéria também está dividida por semana, como em nossos programas-progessão; há a citação dos regulamentos que fazíamos em nossos quadros de trabalho, não citando regulamentos, mas fichas, o que é mais próprio para aspirantes, tenentes e monitores.

Em síntese, comparando o C-21-5 com o R.I.Q.T., concluímos que este é um regulamento para quem, como nós e os franceses, não podíamos ter 3000 ou mais manuais.

Podemos compará-los a duas máquinas que fazem sapatos; não são perfeitamente iguais, mas ambas fazem sapatos.

Dizem as mesmas coisas de modos diferentes...

---

"A guerra moderna é totalitária, abrangendo na sua unidade todos os aspectos da vida nacional." — Marechal da R. A. F. ARTUR TEDDER.

# MECÂNICA E FUNDIÇÃO IRMÃOS GAZZOLA S.A.

**Matriz :**

RUA CAPITÃO SILVIO FLEMING, 245

CAIXA POSTAL, 32 — TELEFONES : 21 e 108

**Filiais :**

PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, 89 — TEL. 450

RUA FLORIANO PEIXOTO, 934 — TEL. 412

ITU — ESTADO DE SÃO PAULO

## JARDIM PRIMAVERA

O NOVO BAIRRO RESIDENCIAL DE ARARAQUARA

Terrenos à vista e a prazo, com pequena entrada e suaves  
prestações mensais

Informações e mais detalhes com o proprietário

**José Tiberio Miskey**

AV. JOSÉ BONIFÁCIO, 612 — FONE, 423 — ARARAQUARA  
ESTADO DE SÃO PAULO

# A INSTRUÇÃO TÉCNICA SUPERIOR NO BRASIL

Engenheiro ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA  
JUNIOR

Professor da Faculdade Nacional de Filosofia

A educação e o bem-estar de largas porções da população de um país, somente pode ser alcançada em nações ricas; a riqueza de um país é produzida pelos seus técnicos; agrônomos, engenheiros, cientistas. Logo, nossa preocupação deve ser preparar êsses especialistas em número suficiente para as necessidades do Brasil.

Um estudo efetuado pelo Professor Richard Smith em 1946, revelou que o Brasil de 1945 tinha a mesma produção industrial que os Estados Unidos de 1890. Sesenta anos de atraso. Nessa data, 1890, os Estados Unidos tinham 600 engenheiros por milhão de habitantes. Para estarmos em igualdade de condições sob o aspecto técnico, deveríamos ter em 1945:

$$\frac{600 \times 50.000.000}{1.000.000} = 30.000$$

engenheiros. Entretanto, segundo dados do General Juarez Távora, subchefe do Estado-Maior do Exército, em novembro de 1947 apenas dispúnhamos de 7.000 engenheiros, dos quais 5.000 trabalhando no triângulo Rio — Belo Horizonte — São Paulo.

Nos Estados Unidos, à medida que se desenvolvia a indústria, crescia o número de engenheiros por milhão de habitantes, do seguinte modo:

1890 —	600
1900 —	800
1910 —	1000
1920 —	1250
1930 —	1750
1940 —	2500

de modo que se apenas desejássemos conservar aquela distância de 60 anos que agora nos separa dos Estados Unidos, deveríamos ter os seguintes números de técnicos nos próximos anos (admitindo que nossa população permanecesse estacionária em 50 milhões de habitantes):

1955 —	40.000
1965 —	50.000
1975 —	63.000
1985 —	87.000
2000 —	125.000

Como seria possível atingir 40.000 engenheiros em 1955? Devíamos preparar no mínimo 4.000 engenheiros por ano.

Entretanto, os números são os seguintes: ingressaram na profissão

em 1944 —	359 engenheiros
em 1945 —	439 engenheiros
em 1946 —	529 engenheiros

A principal razão pela qual a produção brasileira é tão baixa reside na falta de técnicos.

Para os veterinários e os agrônomos seria possível realizar um estudo análogo. Seja porém suficiente aqui apresentar os números de diplomas de agrônomos e veterinários registados na secção competente do Ministério da Agricultura nestes últimos anos:

*Agronomia:*

em 1944 —	41
em 1945 —	60
em 1946 —	71

*Veterinária:*

1944 —	(não tenho dados)
1945 —	20
1946 —	18

Examinando este quadro, qual-quer pessoa imediatamente compreende porque 1.470.675 estabelecimentos agrícolas do Brasil não possuíam sequer um extintor de formigas (1940).

Quer nos parecer, portanto, que o primeiro passo para tornar possível o melhoramento das condições de vida no Brasil consiste em ampliar consideravelmente o quadro de engenheiros e de especialistas do país.

Este preparo, entretanto, custa muito dinheiro, de modo que se impõe um planejamento cuidadoso para evitar delongas e despesas inúteis.

Assistimos neste momento à criação de numerosas escolas de

direito. Os pequenos estados procuram fundá-las e depois transferi-las para o Governo Federal, a fim de aliviarem os seus orçamentos. Entretanto, o bom senso aconselharia criar primeiro uma escola de agronomia e veterinária e após uma escola de engenharia civil, deixando o estudo do direito para os grandes centros que dispõem dos recursos necessários para o cultivo de ciências e técnicas diretamente relacionadas com a produção. O funcionamento dessas escolas de agronomia, veterinária, engenharia civil, deveria ser não somente amparada, mas incentivada e mesmo custeada pelo poder central, como a mais eficiente maneira de desenvolver uma região.

## O EXÉRCITO E A LAVOURA

Ten.-Cel. FELICISSIMO DE AZEVEDO  
AVELINE

Acostumados à cantilena de que o Exército rouba inutilmente homens ao campo, afirmativa essa ainda não provada por ninguém, mas repetida por muitos, por ignorância ou má fé, não podemos deixar de exultar com a entrevista dada ao *Correio do Povo*, o grande jornal da capital riograndense do sul, de 2 de setembro de 1949, pelo Dr. José Lisboa Neto, médico da cidade gaúcha de São Gabriel e entusiástico plantador de trigo.

Nessa entrevista diz sua senhoria:

“As vantagens da mecanização. Só é possível lavoura extensiva, na base da mecanização. As dificuldades de pessoal foram por nós facilmente vencidas, graças aos regimentos mecanizados, que nós prepararam motoristas disciplinados e

capazes. Lembramos, assim, que sejam aproveitados estes jovens bem orientados na caserna, que, depois de dispensados do serviço militar regressam à vida em condições excepcionais para trabalhar na mecanização da lavoura. A questão é simples: colher bem e pagar bem.”

Na franqueza destas palavras vê-se o auxílio que o Exército presta, e não poderia deixar de assim ser, à moderna agricultura brasileira.

A voz deste médico e agricultor deve ecoar nos quartéis da Arma Blindada, para que seus oficiais e sargentos saibam que nos trabalhos seus reservistas estão sendo feitos ao Brasil, e estão treinando os futuros operadores de Agricultura Mecanizada prontos a atenderem assim os nossos carros de combate, se forem chamados em defesa da Pátria.

## A NOVA INTENDÊNCIA

Coronel F. L. BIOSCA

O concurso da Intendência nos últimos conflitos universais é altamente significativo, podendo mesmo afirmar-se que, em vários de seus teatros de operações, o êxito alcançado deve-se também à Intendência.

Profundas linhas de reabastecimento foram lançadas e intercambiadas; grandes cópias de recursos materiais de toda natureza foram dessemeadas à retaguarda; transportes longos e rápidos foram mandados em todos os sentidos pela Intendência, constituindo um sistema perfeito graças ao qual, fossem as operações de defensiva ou de ataque, de retração ou de envolvimento, em qualquer estação do ano, os efetivos eram supridos de maneira a ser-lhes assegurado o necessário de quanto necessitavam para viver e combater.

É que, em última análise, aproveitaram-se com mais perfeição, tecnicamente, as velhas lições de Frederico o Grande, de Napoleão, de Clausewitz, de Laguna e de Caídos, sobre reabastecimentos.

Essa técnica e esse aperfeiçoamento decorreram, naturalmente, dos meios, dos recursos e dos órgãos de que agora se dispõe, quer em qualidade e tipo, quer em número e capacidade, acionados, impulsioneados e distribuídos por pessoal especializado, militarmente instruído, e, portanto, melhor preparado para a missão de prover, taticamente falando.

Aperfeiçoamento notável da Intendência que operou de 1914 a 1918, foi a que funcionou de 1939 a 1945, visto como nesta, ela se apresentou com aspecto inteiramente novo: a sua motorização.

A Intendência moderna tem sob sua gestão direta armas, viaturas, estoques e recursos de alimentação e de equipamento; dispõe de depósitos, de unidades de tropa e de órgãos, próprios; distribui combustível e recupera material; recolhe cadáveres e sepulta-os; age com seus elementos em pleno setor divisionário da Zona de Combate para prover e transportar efetivos, quaisquer que sejam as condições do terreno, as vias de comunicação, o tempo e as circunstâncias táticas, dando lugar a uma perfeita subdivisão da Intendência Divisionária, escalonada, uma parte na frente, outra na retaguarda, esta junto aos Órgãos Provedores do Escalão Superior, aquela junto ao Q.G. avançado da Divisão, ao lado das Secções do E.M. e do próprio Comando.

A concepção da Intendência moderna é a de Serviço que além de prover e transportar como elemento de execução, comanda, dirige, aconselha e decide, deixando de ser aquêlê Serviço inexpressivo de antanho, cuja função era servir não como técnico, e sim secundariamente, como se alguma operação militar de envergadura pudesse desencadear-se e desenvolver-se à margem dos recursos de boca, de vestuário, de equipamento, de aquecimento, de estacionamento, de deslocamento, em uma palavra, de elementos de vida individual e coletiva dos efetivos.

Esses recursos encontram-se em alta proporção em mãos da Intendência, que os adquire, reúne, escalona, emprega e distribui para que a tropa possa deslocar-se, engajar-se, conquistar o terreno, organizá-lo, perseguir o inimigo,

aproveitar o êxito, o que tudo tem de processar-se com o homem tecnicamente alimentado, vestido, equipado, municiado, defendido contra os fatores mesológicos e instalado, de modo a que seu emprêgo se dê com a maior percentagem possível de probabilidades favoráveis.

Outro aspecto da nova Intendência é o que diz respeito ao limite de sua ação, que cessa no escalão Divisionário.

— No Corpo de tropa não há órgão de Intendência, não havendo, portanto, Intendente.

— O Intendente, hierárquica e funcionalmente adstrito ao Corpo de Intendência, comanda, dirige, chefia e executa segundo o seu posto, investido de autoridade militar e técnica equivalente à dos demais oficiais, funcionando somente nos Órgãos do Serviço de Intendência das Grandes Unidades, da Zona de Comunicações e do Interior, desde onde mantém os Corpos de tropa, os Órgãos de Serviço, etc., em condições de, por sua vez, suprirem os respectivos efetivos em fundos, em material e em subsistência, cessando a sua ação naqueles Órgãos, para que no âmbito do Corpo de tropa, Órgão de Serviço, etc., os problemas de suprimento de qualquer espécie sejam resolvidos pelo oficial de Suprimentos por intermédio da Subunidade ou fração de Serviço.

O oficial de Suprimentos é outra evolução de grande interesse para a moderna Intendência.

A sua criação suprime o Fiscal Administrativo.

O Intendente deve conhecer a tática das Armas no que se relaciona com o movimento dos efetivos, a sua velocidade de deslocamento, a sua organização nas ações defensivas, ofensivas, nos recuos e nos envoltimentos.

Deve conhecer topografia, aproveitamento do terreno, fortificação, defesa de combôio contra ataques, inclusive aéreos, disfarces, defesa contra gases, manutenção, motorização e direção de veículos a motor.

O serviço corrente no Corpo de tropa, ainda constituído entre nós

em Unidade Administrativa, onde o oficial de Intendência torna-se responsável por somas em trânsito e por documentos muitas das vezes escriturados do seu próprio punho; contabiliza dinheiro, material, víveres e combustíveis; é responsável pela guarda de infinidade de material desnecessário à vida da unidade mesmo em tempo de paz e muito mais em campanha; adquire nonadas na praça; certifica papéis de entrada de material e de prestação de serviços; tem a ver com o asseio, com o serviço de refeitório, com a ordem e a limpeza das cozinhas, misteres êsses que, não sendo prescindíveis, constituem, todavia, verdadeiro anacronismo de atribuições do Intendente, face à evolução orgânica do Exército, dotado como está de aparelhamento moderno, de quadros especializados, servido por uma infinidade de órgãos de provimento de todos os Serviços, motorizado, selecionado, em suma adaptado às exigências da guerra moderna, que se baseia no aligeiramento das Unidades, dos meios e dos efetivos em geral, na técnica, no material, na maneabilidade dos suprimentos, na racionalização das funções e na presteza dos transportes, o serviço corrente no Corpo de tropa, repito, está a exigir uma simplificação nos seus métodos, na sua entrosagem e nas suas finalidades.

Vale aqui citar o seguinte conceito do General Scarcela Portela, que bem distingue o Intendente Militar do Intendente técnico em administração pública, em legislação, em economia e em finanças, cujas funções são bem distintas, relacionando-se a dos primeiros com a tática dos provimentos e do reabastecimento em campanha, isto é, com o oficial de operações de Intendência tanto em tempo de paz como de guerra; e a dos últimos com os misteres dos ramos contábil, processual e hermenêutico, isto é, com a técnica de administração. Diz êle: "Estou convencido de que precisamos de dois cursos de especialização: Curso Técnico de Provisão e Curso de Administração, Economia e Finanças."



Esta é, de fato, a concepção do moderno Intendente.

A moderna Intendência caracteriza-se pelas suas Unidades móveis de gasolina, de vendas, de padaria, de recuperação, de trabalhadores, de manutenção e de depósito; pelas Companhias, Esquadrões e Batalhões de Intendência; pela sua motorização; pelo perfeito acondicionamento das rações de subsistência de homens e de animais, assim como do material; pela segurança dos seus transportes, enfim, pela sua intervenção direta e permanente na vida dos efetivos, tanto no quartel como em campanha, gerando as suas atribuições nesses órgãos e nesses misteres o moderno Intendente.

Em abono do conceito acima transcrito cabe aqui invocar o anteprojeto da criação do Serviço de Finanças do Exército, da autoria do Cel. Alcebiades Ribeiro dos Santos, a ser por esse oficial apresentado à Diretoria de Intendência do Exército. Nesse trabalho está prevista a especialização de seus oficiais em legislação financeira, administrativa e contábil baseando-se no seguinte conceito do Exmo. Sr. General Carlos Guimarães Cova, atual Diretor de Intendência do Exército, quando Diretor de Fundos, que o teria emitido em 1940 ao próprio autor do anteprojeto em questão: "Enquanto a Diretoria de Fundos não dispuser de um quadro próprio, constituído de profissionais especializados para os encargos que lhes são atribuídos, o império da balbúrdia terá de reinar na Repartição".

Como argumento, o trabalho em aprêço, cujo autor é um dos mais brilhantes oficiais Superiores do Corpo de Intendência, com reais serviços prestados ao País, na paz e na guerra, põe em evidência o descortino e o tirocinio que o inspiraram, traduzidos no seguinte tópico do ofício em que o mesmo sugere a transformação da Subdiretoria de Fundos do Exército em Diretoria de Finanças do Exército: "Em todas as organizações públicas, civil ou militar, o aperfeiçoamento do homem na área da especialização

profissional, é condição que se impõe em benefício do próprio Estado. Sem este salutar princípio, a máquina administrativa perde a sua eficiência, foge à sua finalidade, fica desajustada e ressentida da falta de peças essenciais para o seu perfeito funcionamento. E quando se procura buscá-las em setor algo diferente, nem sempre elas se adaptam ao novo sistema, porque não foram preparadas para ele.

Oficiais Intendentes que servem anos seguidos nas Chefias de Intendência Regional, nos Estabelecimentos de Material e de Subsistência, quando transferidos para o Serviço de Fundos do Exército, carecem de um longo período de adaptação. Ocorre ainda salientar que, quando eles se vão enquadrando nos trabalhos especializados do novo escalão, são logo chamados para o preenchimento de claros existentes em outros ramos da Intendência, com graves inconvenientes para o serviço, sobretudo quando isto se verifica por ocasião do encerramento do exercício financeiro".

Passou em nosso Exército o tempo em que o Intendente era no Corpo de tropa uma figura que se procurava colocar em nível inferior, avelantada e gasta, debruçado a escrever durante o expediente em grandes livros apoiados sobre uma carteira ladeada de velustas prateleiras de um Almoarifado, e de sacos de cereais, de latas de manteiga ou de caixas de banha no interior de uma agência de rancho.

Na paz, o moderno Intendente dirige a instrução de motoristas, de trabalhadores, de graduados, de especialistas e de dactilógrafos nas Unidades de Tropa de Intendência; em determinados Órgãos do Serviço, superintende a disposição dos aprovisionamentos, a impulsão dos transportes, os carregamentos, as distribuições, as estocagens, o aproveitamento dos recipientes e a recuperação do material; fiscaliza a fabricação de uniformes, de calçados, de equipamento, de material de estacionamento. Noutros, planeja a distribuição de créditos, superintende a sua aplicação, movimenta recursos em dinheiro, re-

lacionando-se com a Alta Administração Pública, Civil e Militar.

É, ou um Intendente Militar, ou um Intendente especializado em finanças.

Aquêle que funciona nos Órgãos de Contabilidade, que administra, que gere bens da Fazenda Nacional representados por dinheiro ou por material, que fiscaliza contas, que interpreta Leis para decidir-se sobre direitos de terceiros, é um oficial de finanças, especializado em administração, em economia e em legislação financeira; aquêle que Comanda Unidade de Intendência, que dirige indústria de interesse militar, que funciona nos Órgãos de aprovisionamento do Serviço de Intendência e das Grandes Unidades, é o Intendente Militar.

Bem clara se encontra esta definição no conceito do General Scarcela anteriormente invocado.

Outro aspecto marcante da evolução de Intendência está nas suas Unidades de tropa, particularmente na Cia. de Intendência.

A Cia. de Intendência é outra resultante da nova concepção da Intendência, cuja tarefa é também tática, criando, em consequência, a função tática do Intendente Militar subalterno e Capitão, pois o oficial Superior já integra o Estado-Maior Especial das Grandes Unidades.

A Cia. de Intendência substitui, na Divisão, o antigo Cb. I. D., po-

dendo ser considerada entre os meios de ação tática do Comando para desencadeamento e para o desenvolvimento de uma operação.

Prova esta afirmativa, entre outras que poderiam ser citadas, a 1ª parte da O. G. O. n. 5, de 22-XI-944, emitida de PORRETA TERME, nos Apeninos, pelo Comando da 1ª D. I. E., na qual, entre os meios constituídos por 4 Btls. de Infantaria, 1 Btl. e 1 Pel. de Tanques, 3 Grupos de Artilharia, sendo 1 pesado, 1 Btl. de Engenharia, 1 Cia. de Transmissões e 1 Destacamento do Btl. de Saúde, todos da tropa divisionária, a Cia. de Intendência da Divisão entrou com 2 Pelotões de Caminhões.

Assim poder-se-iam fixar aspectos outros da Intendência moderna, bem diversa daquela rotineira, emperrada e arcaica, que por falta de uma estrutura adequada pela carência de meios técnicos e pela exiguidade em pessoal especializado, deixava de preencher as suas finalidades, sendo por isso olhada com desdém pelos combatentes das Armas, que tratavam de autoprover-se como meio de se garantirem contra as deficiências de aprovisionamento a cargo da Intendência.

A era, porém, da Intendência do Quartel Mestre e do Oficial de Rancho passou, e com ela, a do Intendente burocrata, sem laço húngaro, Almojarife, et cetera.

## MAQUINA CHIMELLO

De beneficio de arroz — Compra e venda de arroz em alta escala

JOÃO CHIMELLO & CIA. LTDA.

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 53-55 — FONE. 388  
CATANDUVA — E.F.A. — ESTADO DE SÃO PAULO

## FUNDIÇÃO GUZZO

FRANCISCO GUZZO & CIA. LTDA.

Rua Alagoas, 370 — Telefone 210 — Caixa Postal, 183  
CATANDUVA — E.F.A. — ESTADO DE SÃO PAULO

# O NOVO PROGRAMA DA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES S. A.

Cel. Av. Eng.º. JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE  
MACEDO

## UM RÁPIDO HISTÓRICO

A FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES foi fundada em 1941, sob os auspícios do Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo sido planejada e equipada para a fabricação de motores de aviação do tipo radial, sob licença WRIGHT. Motivos vários, entretanto, entre eles a adversidade do solo e da região e também a conflagração mundial, retardaram consideravelmente a execução do plano e acarretaram a obsolescência do tipo de motor que não chegou a ser fabricado em série, tendo sido parcialmente usados e entregues ao Ministério da Aeronáutica apenas uma dezena deles, aproximadamente. O Governo verificou a insuficiência do mercado para uma indústria de motores de aviação no Brasil, pois mesmo encarada sob o aspecto puramente militar não conseguiu tal indústria atender às necessidades específicas da Força Aérea Brasileira; de fato, a evolução de um motor de aviação é extremamente rápida e indispensável à eficiência tática da Força Aérea, sendo portanto necessário fabricá-lo em séries muito elevadas a fim de permitir amortizar em prazos relativamente curtos os vultosos capitais invertidos nas licenças e no ferramental (ferramentas especializadas, modelos de fundição, matrizes, gabaritos, calibres, etc). O Decreto-lei n. 8.699, de 16 de janeiro de 1946, regulou a transformação da antiga Autarquia em uma Sociedade Anônima denominada FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES S/A, com o capital de Cr\$ 400.000.000,00, aí incluídos os bens representados pelos terrenos, construções e equipamentos, avaliados em Cr\$ 175.000.000,00. Somente em 17 de dezembro de 1947 foi finalmente constituída a atual Sociedade Anônima e eleita sua Di-

retoria que, obedecendo à orientação do Governo, detentor praticamente exclusivo das ações, traçou um novo programa para a Fábrica, em bases técnico-econômicas.

## O NOVO PROGRAMA

Em época muito anterior à constituição da Sociedade, vinha a Comissão incumbida da sua criação estudando várias propostas de grupos europeus e norte-americanos para a adaptação da Fábrica à produção de auto-veículos; em janeiro de 1948, com a constituição da F.N.M. S/A, estes estudos passaram às mãos da nova Diretoria que, pesando todos os fatores, decidiu adquirir à Isotta Fraschini S/A a licença de fabricação do seu excelente caminhão Diesel IF-D-80, estando abrangidos na licença não somente o motor como todos os órgãos essenciais que compõem o "chassis". A fim de permitir o funcionamento imediato das atividades da Fábrica, o plano previu uma fase preparatória de montagem dos motores e dos "chassis", para o que foi rapidamente construído um amplo Pavilhão de montagem de auto-veículos servido por ponte-rolante ao longo de toda a linha de montagem. Durante a fase preparatória, que absorverá praticamente o ano de 1949, serão reestruturadas as novas linhas de fabricação do motor e do "chassis", adquiridas novas máquinas e equipamentos (máquinas para usinagem do bloco-motor, eixo-manivela, eixo de ressaltos e os bancos de rodagem e prova de motores) e preparados o novo ferramental, modelos de fundição, matrizes, gabaritos de fixação e furação, calibres e inúmeros outros detalhes. A fim de atender às necessidades do programa, estão sendo construídos os Pavilhões de estruturas metálicas

(serralheria e estamparia), Fundição de ferro e aço, Armazéns Gerais e outras obras de menor importância. A Vila Operária, um dos mais delicados problemas da Fábrica, está sendo também progressivamente construída com os recursos próprios e utilizando materiais de extração ou produção local (pedra, areia, tijolos, telhas, manilhas, madeiramento, esquadrias, etc.).

A fabricação completa do motor e do "chassis", prevista dentro do prazo de três anos, utilizará os recursos disponíveis do parque industrial nacional, cuja participação atingirá aproximadamente 40% do caminhão (em valor).

Estão sendo produzidos pela indústria particular, sob controle, as cabines, carrocerias, longarinas e travessas do "chassis", feixes de mola, radiadores, freios, equipamento elétrico, basculantes, rebocos e outras peças de menor significação. Os forjados serão também de fabricação externa (no Brasil). Naturalmente, à medida que o plano for adquirindo corpo, irão surgindo as pequenas indústrias de acessórios, cuja repercussão na economia do país será das mais benéficas. O terceiro e último ano do programa está reservado para a produção dos grandes forjados, como por exemplo: o eixo-manivela, o eixo de ressalto e os eixos dianteiro e trazeiro; estas peças não podem ser ainda produzidas com os recursos atuais das nossas melhores forjarias, dependendo não só de prensas gigantescas, como de técnica muito especializada. Com a rápida industrialização que se vem observando nestes últimos anos em nosso país, é lícito admitir a existência de tais recursos dentro de um ou dois anos, mesmo porque eles são essenciais ao pleno desenvolvimento da grande indústria mecânica (implementos agrícolas, caminhões, tratores, indústria bélica, etc.).

#### O CAMINHÃO FNM-D-7300

Este caminhão é equipado com um motor Diesel de 100 H.P. a 1.850 rotações por minuto, com uma cilindrada total de 7.300 centímetros

cúbicos. A capacidade útil de carga é de 8 toneladas sobre o "chassis" e mais 14 toneladas sobre reboque. Os consumos por 100 km. de percurso, segundo provas oficiais, são de 18 litros sem reboque e 26 litros com reboque. A capacidade de subida, à plena carga, é de 27% sem reboque e 13% com reboque. O "chassis" é extremamente robusto, da mesma forma que os feixes de mola e os eixos trazeiro e dianteiro. O eixo trazeiro é constituído por uma peça maciça, forjada e super dimensionada, a qual absorve a totalidade dos esforços de flexão transmitidos pela carga; por fora desta peça e devidamente protegidos trabalham os dois semi-eixos (bengalas), inteiramente flutuantes e isentos portanto de esforços secundários de flexão. O diferencial é constituído por um par de engrenagens cônicas-helicoidais, havendo uma segunda redução nas rodas trazeiras por meio de engrenagens cilíndricas (redução total de 8:1). A direção é do tipo setor e sem fim, à esquerda. Freios de ar comprimido, tipo Westinghouse, com válvulas de segurança. Pneumáticos 10.00 x 20 sobre aros 9 x 20.

Fazendo parte do equipamento "standard" encontramos ainda no caminhão FNM-D-7300 dispositivos de bloqueamento do diferencial (partida em terrenos de fraca aderência) e freio de montanha (partida em rampa sem recurso do freio de mão).

#### POR QUÊ UM CAMINHÃO DE TONELAGEM MÉDIA?

Esta é uma pergunta que geralmente ocorre sempre que se procura analisar a preferência do tipo médio em lugar do caminhão leve. De fato, ao menos aparentemente pareceria razoável lançar a fabricação de caminhões no Brasil com o tipo pequeno, mais vendável e de fabricação mais fácil. Ocorre, entretanto, que tais caminhões são fabricados nos Estados Unidos pelo sistema de produção em massa e para que pudéssemos fabricá-los no Brasil a preços convenientes, teríamos necessariamente que usar processos semelhantes, o que seria



**- CARGA MÁXIMA - 8 toneladas**  
**- CARGA REBOCÁVEL - 14 toneladas**

Consumo de combustível a plena carga,

por 100 Km. ida e volta com as portas

abertas

- sem reboque ..... 18 litros

- com reboque ..... 25 litros

Desobediência máxima de subida :

- sem reboque ..... 27% aprox.

- com reboque ..... 13% aprox.

Raio mínimo de curvas ..... 7 mts.

absurdo. Poder-se-ia argumentar que os caminhões maiores obedecem também à produção em grandes séries, o que em parte é verdadeiro; entretanto, o volume dessa produção já é bem inferior ao dos pequenos caminhões, perdendo assim boa parte dos característicos da produção em massa. Por outro lado, o problema crucial dos transportes no Brasil é o que se relaciona com o escoamento da produção entre os centros afastados de produção e os grandes centros de consumo. Ora, o transporte à longa distância somente é econômico a partir de certa capacidade de carga, pois o custo da tonelada-quilômetro é excessivamente elevado no caso dos pequenos caminhões. Evidentemente, sob este aspecto, o caminhão mais econômico é o de maior capacidade, porém o nosso sistema rodoviário ainda não oferece facilidades de tráfego para viaturas excessivamente pesadas; além disso, tais caminhões encontram um mercado muito restrito, quer pelas dificuldades de utilização, quer pelo seu alto preço. O caminhão FNM-D-7300 é um transportador de capacidade média (8 toneladas de carga útil) compatível com as nossas estradas de penetração e permitindo elevar sua capacidade para 22 toneladas mediante o emprego de reboque, única solução para o transporte econômico em estradas não pavimentadas. Como se vê, o problema foi convenientemente situado pela F.N.M. S/A.

#### GASOLINA OU DIESEL?

Esta alternativa tem sido objeto de opiniões às mais diversas, pois é preciso considerar cada caso em particular a fim de que se possa verificar realmente a indicação deste ou daquele tipo; um e outro têm vantagens e inconvenientes que não serão aqui lembrados por serem de conhecimento corrente, porém onde o Diesel se impõe destacadamente sobre o motor à gasolina é no transporte à longa distância. O gráfico que ilustra estas notas dá uma perfeita idéia da economia que se pode obter com o caminhão FNM-D-7300 em compa-

ração com outro de igual capacidade, equipado com motor a gasolina. As vantagens do emprego de reboque estão também ali evidenciadas. Os motores a gasolina oferecem realmente certas vantagens sobre o Diesel, porém somente para as pequenas cargas ou serviços intermitentes (transportes locais). Quanto ao que representa para a economia nacional a divulgação do Diesel nos nossos transportes, este é um assunto que dispensa comentários.

#### APROVEITAMENTO DA MAQUINÁRIA

O aproveitamento da maquinaria existente na F.N.M. S/A, sempre constituiu o ponto de maior importância no problema da readaptação da Fábrica; as possibilidades maiores dessa maquinaria estão evidentemente na fabricação do motor, porém elas são inexistentes no caso da usinagem do bloco-motor, eixo-manivela e eixo de ressaltos, pois estes órgãos diferem profundamente dos seus correspondentes nos motores radiais. Assim, para a fabricação destas peças, que são as de maior importância no motor, terá a Fábrica que adquirir máquinas especializadas com o respectivo ferramental e gabaritos, assunto que já foi apresentado às boas Fábricas de máquinas-ferramenta norte-americanas. Todo o equipamento da Fábrica é constituído de máquinas universais e por este motivo foi possível empregá-lo totalmente nas novas linhas de fabricação; entretanto, é natural que o equipamento não tenha resultado perfeitamente equilibrado dentro das novas linhas, pois o planejamento teve que se acomodar a uma situação de fato. Este desequilíbrio tem sido corrigido em parte por meio de alterações radicais nos métodos e processos de operação, com novos desenhos de ferramental e gabaritos, tarefa bastante árdua que tem acarretado considerável perda de tempo; outras máquinas têm potência demasiada para os trabalhos da linha, inconveniente que embora de pouca monta, poderia ter sido evitado no caso de um planejamento normal. Aliás, como

## ESTUDO COMPARATIVO DO TRANSPORTE EM CAMINHÕES DIESEL E GASOLINA

A) Caminhão à gasolina de 8 Ton. de carga útil.



Costo de transporte de 1000 Ton. de carga, em 500 Km. aproximadamente (Rio-São Paulo)

### BASES ADOPTADAS

A) Preço do caminhão e gasolina: 500.000 Res. (9 anos)

B) Preço do caminhão Diesel: 600.000 Res. (9 anos)

C) Custo da gasolina: Cr\$ 1,25

D) Custo do óleo Diesel: Cr\$ 0,95

E) Manutenção média anual, para ambos os veículos: 50.000 Res.

F) Equipagem dos caminhões: normal

G) Reserva-baseada média de 20.000 Res.

H) Juros e amortização: 6% de capital

I) Manutenção e conserto: 10% sobre o preço do veículo

Caminhão Diesel de 8 Ton. com reserva de 11 Ton. de carga útil.



Caminhão Diesel de 8 Ton. de carga útil



Caminhão à gasolina de 8 Ton. de carga útil



Toneladas transportadas em 500 Km. aproximadamente (Rio-São Paulo) com uma despesa de Cr\$ 100.000,00

em toda adaptação, tais dificuldades já eram de esperar.

As linhas que poderão ter início imediato, dependendo somente do ferramental e dos gabaritos, são as de camisas de cilindro, pistões, bie-las, engrenagens do motor, carter superior e inferior, rodas, tambores de freio e miscelânea de aço e ferro fundido; quanto às estruturas metálicas, já estão sendo feitas na F.N.M. S/A. as seguintes peças: coberta do radiador e do motor, pósto de comando e painel de instrumentos, reservatórios de combustível e de ar comprimido, caixa de baterias, pára-lamas, pára-choques, canalizações e comandos diversos; as cabines e as carroce-rias estão sendo fabricadas na indústria particular, sob desenho e controle da F.N.M. S/A., o mesmo acontecendo com os feixes de mola. A linha de fabricação do motor exigiu ainda a aquisição de certo número de bancos de ro-dagem e freios dinâmofreios, equipamentos que estão encomen-dados no exterior.

O reequipamento da F.N.M. S/A foi meticulosamente estudado dentro do rigoroso critério de economia; assim, sempre que o par-que industrial nacional oferece vantagens técnico-econômicas na fabricação de certas peças e con-juntos para os quais não existem máquinas adequadas ou em nú-mero suficiente na F.N.M. S/A, esta confere àquela a sua fabri-cação sob controle. Nas linhas de equipamentos mais numerosos ou custosos, adotou-se o sistema de operação em turno adicional a fim de reduzir as inversões de capital sem prejuízo do equilíbrio da pro-dução.

### CONCLUSÃO

Como se pode verificar, tem atualmente a FABRICA NACIONAL DE MOTORES S/A um árduo mas bellissimo programa, de profunda repercussão na economia nacional e, porque não dizer, tam-bém na economia de guerra, pois os transportes automóveis estão in-timamente ligados com a mobili-dade tática e o importantíssimo

problema dos abastecimentos; a motorização das Fôrças Armadas, realizada com o material fabri-cado no País, dispendo da ga-rantia de peças sobressalentes, ad-quirirá uma feição inteiramente nova e de excepcional importância, pois não será afetada com a even-tualidade de bloqueios ou outras dificuldades de importação.

A solução do problema dos transportes entre os centros de produção e os mercados consumi-dores terá incalculável alcance na vida do País, e sua prioridade sobre o problema da mecanização da lavoura é até certo ponto razoável: sem transportes fáceis e econômicos não adianta aumentar a produção. Durante os anos da última guerra a desorganização do nosso aparelhamento de trans-portes, principalmente o rodoviário, acarretou o paradoxo da abun-dância nas fazendas do interior e mercado negro nas grandes cidades, isto antes mesmo da mecanização da lavoura.

O novo programa da F.N.M. S/A, embora calcado em bases perfeitamente econômicas, não es-tará isento de dificuldades muito sérias.

Além das que são peculiares a indústrias tão avançadas e com-plexas, como a fabricação de mo-tores e caminhões, existem ainda as que decorrem da falta de agro-das chamadas indústrias subsidi-árias, tão importantes à sua eco-nomia e eficiência e que consti-tuem realmente o segrêdo da pro-dução econômica. Por outro lado, perturbações externas poderão al-terar o ritmo das nossas atividades industriais e até mesmo o funcio-namento de indústrias menos espe-cializadas e supostamente auto-suficientes; basta que atentemos ao fato de que a falta de um simples rolamento de esferas poderá acar-retar a paralisação da mais bem or-ganizada linha de fabricação. Estes fatos não nos devem descor-ajar, sendo antes um precioso estímulo no sentido da mais rápida e completa industrialização do nosso país.



# A ORIGEM DOS POSTOS MILITARES

Cap. LEOPOLDO FREIRE

1) **CONDESTÁVEL** — Do latim, *comes stabuli*, o que governa a casa. Em tempos remotos, na Europa, designava o escudeiro mor, ou o intendente geral das cavaliarias reais, que mais tarde se tornou o Chefe da Cavalaria. A partir do século XI, em França, elevou-se na gerarquia da corte, tornando-se o 1º oficial da Coroa, 1º dignitário do Reino, e 1º Conselheiro do Rei, em tempo de paz. Desde então, na guerra, era o chefe natural de todos os Exércitos, os quais comandava com poderes absolutos. Mesmo as ordens reais, careciam de seu *referendum*, para ter execução em assuntos bélicos. Foram grandes Condestáveis de França: CHÂTILLON, BOURBON, MONT-MORENCY. O título foi abolido em 1627 e restabelecido, nominalmente por Napoleão em 1804. Em Portugal, o Condestável — foi sempre o mais alto dignitário da Coroa, de função exclusivamente militar. O 1º Condestável português foi D. ALVARO PIRES DE CASTRO, ao tempo de D. FERNANDO. No Brasil, honorificamente, tem-se chamado ao grande CAXIAS, de Condestável do Império.

2) **MARECHAL** — Não obstante ser o mais elevado grau da hierarquia militar, em todos os Exércitos civilizados de hoje, a palavra *Marechal*, teve origem humilde, ao que contam os entendidos. Assim, palavra de sabor germânico remonta ao antigo alemão *MARAHSCALC*, o encarregado dos cavalos do Rei. Em França ainda agora se registra o vestígio funcional do étimo. Em *Marechal des logis*, sargentos das

unidades montadas e *Marechal-ferrant*, o mestre ferrador. A partir do século X, todavia, a palavra surge para designar alta patente militar: *Marechal de Campo de Batalha* e *Marechal de Campo de Hoste*.

3) **GENERALÍSSIMO** — Do latim, *generalissimus*, superlativo, significando o comandante singular, ou comandante de comandantes em chefe. Designa o Cmt. de várias forças, navais e terrestres, etc. ou o Cmt. dos Exércitos de várias nações: Caxias, Foch, Eisenhower, etc.

4) **GENERAL** — Do latim, *generalis*, general. Designa o Cmt. geral de grande unidade. Com a articulação atual das grandes Unidades em outras maiores, houve necessidade de criar escalões também nesse alto posto. Assim os Generais de Brigada, de Divisão e de Exército, o primeiro em substituição ao antigo Brigadeiro.

5) **BRIGADEIRO** — De Brigada, grande Unidade. O Posto de Brigadeiro, ou Brigadeiro-General, surgiu no século XVI. Entre nós existiu desde a Colônia até o Tempo de Império: Brigadeiro Luiz Antônio, etc. Na organização de seus postos, a F.A.B., buscou nessa tradição a designação de seus oficiais generais.

6) **MESTRE DE CAMPO** — Existiu entre nós, no período colonial, para designar o mais graduado oficial superior. Dizia-se também, o *Mestre de Campo General*, como o mestre de campo general Francisco Barreto, herói de Guararapes. O nome parece ter vindo de Bizâncio, através de

Roma, com *magister militum*, Cmt. das milícias, tropa a pé e *magister equitum*, Cmt. de Cavalaria.

7) **CORONEL** — Do italiano *Colona*, coluna e *colonello*, o Cmt. da Coluna, veio substituir o mestre de campo e designava o Cmt. de coluna de várias unidades, subordinadas ao mesmo Brigadeiro.

8) **TENENTE-CORONEL** — Ver a origem dos 2 elementos coronel e tenente. Tenente-Coronel, aquêle que tem o lugar vago de Coronel, ou que o substitui.

9) **MAJOR** — Comparativo latino de grande, isto é, maior. Apareceu primeiro na expressão sargento-major, depois sargento-maior e finalmente, sargento-mor. Nessa última forma pertenceu à nossa hierarquia militar, no período colonial, no grau acima de Capitão. Existiu antes, o sargento de batalha. A forma atual, *Major*, representa a volta ao elemento latino, desprezando-se o outro elemento.

10) **CAPITÃO** — Do baixo latim. *Capitanus*, o chefe, oriundo do latim *caput*, cabeça, o principal, o guia. *Capitão-mor de ordenanças*, ou simplesmente *Capitão-mor*, foi até o fim do século passado, a autoridade que comandava, numa vila, a milícia local, denominada *ordenanças*. *Capitão* significa também chefe militar, no sentido lato, "Aprendemos a guerra, lendo a vida dos grandes Capitães".

11) **TENENTE** — Do latim, *tenens*, *tenentis*. Aquêle que tem alguma coisa, ou seja, o *Comando* em lugar do chefe. A forma antiga era *lugar-tenente*, o que aparece ainda no Inglês, Alemão e Francês: *lieutenant*. Aquêle que mantém o lugar vago, ou que substitui o chefe.

12) **ALFERES** — A palavra tem origem dúbria, seria proveniente do Árabe *Al furis*, o porta-estandarte, ou do latim *aquila-feris*, o porta-águia das legiões romanas. É possível tratar-se de uma herança romana através da dominação moura na Ibéria. De qualquer forma, era o oficial menos graduado que o Tenente e que conduzia a bandeira nas formações e guerras. O *Alferes-mor*,

conduzia o estandarte ou as insignias do Rei. Entre nós, esse posto chegou até os primeiros tempos da República. É provável que a prescrição regulamentar, ainda hoje vigente, de ser o porta-bandeira da tropa o subalterno mais moderno, revele um vestígio do *Alferes*, mais moderno que o tenente, e o porta-estandarte.

13) **CADETE** — Do baixo latim, *capitettus* (diminutivo de *caput*), chefe menor, pequeno chefe. Enquanto o primogênito de um titular qualquer era herdeiro do título do pai, o filho segundo tinha esse título de... consolação, talvez. Era também designação de soldado nobre e privilegiado do Exército Português, a partir da 2ª metade do século XVIII. Os filhos dos oficiais, assentavam praça, como 2º cadete e os dos generais como 1º cadete. Em certo tempo mesmo o título era mais honraria que graduação militar. Caxias, cadete aos 5 anos, só pode ser uma honraria. No Exército Brasileiro de hoje a graduação de cadete firmou-se e tornou-se regulamentar no Cmt. do Gen. José Pessoa, na Escola Militar do Realengo, em 1921.

14) **SUBTENENTE** — S. 2.º, prefixo latino, abaixo. Aquêle que está abaixo do Tenente da Hierarquia.

15) **BRIGADAS** — Era o antigo oficial comissionado, encarregado da distribuição do serviço das praças nos corpos de tropa. Essa denominação designou depois o sargento mais antigo encarregado do mesmo serviço, mais tarde sargento-ajudante da Unidade, hoje apenas função do principal auxiliar do S. 1.

16) **SARGENTO** — Do latim, *servientes armorum*, serventes das armas, escudeiros, cavaleiros subordinados dos Exércitos da Idade Média.

17) **FURRIEL** — Do Francês *fourrage*, forragem e, daí, *fournir*, o encarregado de forragem nas esquadras. Do cálculo de ração de forragem, passou às de roupa e tornou-se o auxiliar imediato do Subtenente. *Furriel*, foi uma graduação correspondente à de 3.º

e desde a colônia até os primeiros tempos da República. Hoje é uma função, da Subunidade por ele exercida, normalmente por um 3º sgt.

18) CABO — Do latim, *caput*, cabeça, chefe. Designa o chefe, o Cmt. da menor fração de tropa. Significa também alto chefe na expressão CABO DE GUERRA. Houve uma antiga organização, correspondente à Companhia e composta de 100 homens; seu Cmt. era o *cabo do cento*. Para não haver dúvida, o cabo de hoje era chamado *cabo de esquadra*.

19) ANSPESSADA OU ASPES-SADA — Do italiano *lanca-spez-zata*. Essa graduação é antiga, do século XVI e nos faz lembrar com tristeza, que, desde essa remota época, a infantaria tem sido a Arma eleita para a acolhida do refúgio e dos compulsados. Se o seu maior efetivo e características explicam essa escolha, nem por isso

a nobre Arma, deixa de ressentir-se do peso morto que conduz, pagando por ser a mais numerosa, o injusto tributo de recolher os fracos, os desfibrados ou os não bafejados pela sorte e, por isso mesmo, revoltados ou vencidos. Desculpem-nos a digressão, o assunto em foco é a origem de *anspessada*. O cabo de cavalaria, a partir do século XVI, quando não procedia bem, ou não correspondia à expectativa dos chefes, perdia a graduação e tinha a sua lança quebrada (*lanca-spez-zata*). Era compulsado para a infantaria, aí, não sendo cabo, o *anspessada*, lança-quebrada, continuava a ter certas regalias, como herança da antiga graduação; assim não era escalado para o serviço de faxina e cavaliçadas. Só dava sentinela no posto das armas e era substituído do cabo.

20) SOLDADO — De *sôldo*, aquele que se contratava por um *sôldo*, que ganha *sôldo*.

#### EVOLUÇÃO DA HIERARQUIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Colônia	Império	República
1) Marechal do Ex.	Marechal do Ex.	Marechal
2) Ten. General	Ten.-General	—
3) Marechal de Campo	Marechal de Campo	Gen. de Divisão
4) Brigadeiro	Brigadeiro	Gen. de Brigada
5) Mestre de Campo	Coronel	Coronel
6)	Ten.-Coronel	Ten.-Coronel
7) Sgt. mor	Major	Major
8) Capitão	Capitão	Capitão
9) Tenente	Tenente	1º e 2º Tenente
10) Alferes	Alferes	Alferes — 2º Ten. Asp.
11) 1º e 2º cadete	1º e 2º Cadete	Alf. aluno — Cadete
12)	—	Subtenente
13) Brigadas	Sgt.-ajudante	Sgt.-Ajudante (Sup.)
14) 1º e 2º Sargento	1º e 2º sargento	1º e 2º Sargento
15) Furriel	Furriel	3º Sargento
16) Cabo de esquadra	Cabo de esquadra	Cabo
17) Aspessada	Aspessada	Aspessada (Sup.)
18) Soldado	Soldado	Soldado

## CERÂMICA SANTA ROZA

DE

IRMAOS RAVANELLI

TAMBAÚ — Linha Mogiana — ESTADO DE SÃO PAULO

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" recebeu, no período de 20 de julho a 20 de agosto de 1949, as seguintes publicações :

- 1 — Revista da Cavalaria — Jan./49 e Março/49 — Portugal.
- 2 — Ejército — N. 113 (Junio/49) — Espanha.
- 3 — Guión — N. 85 (Junio/49) — Espanha.
- 4 — Revista de la oficialidad de complemento — N. 62 (Junio/49) — Espanha.
- 5 — Revista Militar — N. 16 — Guatemala.
- 6 — Revista Militar — Ns. 5 e 6 (Maio e Junho/49) — Portugal.
- 7 — Revista de la mutua militar uruguaya — Ns. 4 e 5 (Enero/Febrero e Marzo/Abril/49) — Uruguai.
- 8 — Memorial del ejército — N. 229 (Marzo/Abril/1949) — Chile.
- 9 — Memorial del Estado-Mayor (Enero/Febrero/Marzo/1949) — Colômbia.
- 10 — Endeavour — N. 30 (Abril/1949) — Imperial Chemical Industries — Londres — Grã-Bretanha.
- 11 — Military Review (ed. brasileira) — N. 4 (Julho/1949) — U.S.A.
- 12 — Revista aérea latino-americana (Junio/49 e Julio/49) — U.S.A.
- 13 — Revista del Suboficial — N. 365 (Julio/49) — Argentina.
- 14 — Libertas — N. 2 (Julho/49) — Polícia Militar do Estado de Minas Gerais — Minas Gerais.
- 15 — Revista do Clube de Aeronáutica — N. 7 (Março/Abril/1949) — Clube de Aeronáutica — Rio (D.F.).
- 16 — Boletim Geográfico — N. 73 (Abril/1949) — Conselho Nacional de Geografia — Rio (D.F.).
- 17 — Brasil Açucareiro — N. 5 (Maio/1949) — Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio (D.F.).

AGRADECEMOS

# REFORMA E TEMPO DE SERVIÇO NO EXÉRCITO

## LEGISLAÇÃO SOBRE A MATÉRIA

1º Ten. CANDIDO JOSÉ DE SIQUEIRA,  
Do Q.A.O.

Sobre reforma e tempo de serviço no Exército, conseguimos a seguinte Legislação, publicada em Boletins do Exército. Dados extraídos de casos concretos em concessões de reforma, e jurisprudência firmada em Decretos, Leis, Decretos-leis e Avisos Ministeriais, deverão ser estudados em cada caso particular, consultando-se sempre que possível, o inteiro teor, tanto das Leis como dos Avisos. "Outros fariam ou farão melhor. Eu fiz o que pude".

### A partir de 1938

1. Decreto-lei n. 197, de 22-I-938 (Regulamenta a Inatividade dos Militares do Exército e da Armada). "Boletim do Exército número 7, de 5-II-938, página 361.

2. Art. 215, letra d) do Decreto-lei n. 2.186, de 13-V-940 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército). "Boletim do Exército" n. 22, de 1 de junho de 1940.

3. Art. 73, letra a), parágrafo único e art. 76, letra d), § 1º do Decreto-lei n. 3.940, de 16-XII-941 (Inatividade dos Militares do Exército, que revogou a Lei n. 197 acima). "Boletim do Exército" n. 52, de 27-XII-941. Suplemento.

4. Art. 6º, § 4º do Decreto-lei n. 5.625, de 28-VI-943 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército). "Boletim do Exército número 27, de 3-VII-943. Supl. n. 3.

5. Art. 1º, letra a) do Decreto-

lei n. 6.584, de 7-VI-944. (Reforma por incapacidade física de alunos da Escola Militar, Escola de Intendência e das Escolas Preparatórias). "Boletim do Exército" n. 24, de 10-VI-944.

6. Arts. 1º, letra b) e 4º inciso B ns. 1 e 4, do Decreto-lei n. 7.270, de 25 de janeiro de 1945 (Regula os casos de invalidez e de incapacidade física para o Serviço Militar). "Boletim do Exército" n. 5, de 3 de fevereiro de 1945, Suplemento.

7. Art. 4º do Decreto-lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1946 (Vantagens a que têm direito os Militares da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) incapacitados fisicamente). "Boletim do Exército" n. 4, de 26-I-946, página 187.

8. Art. 51, letra b) do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares). "Boletim do Exército" n. 39, de 28 de setembro de 1946. Suplemento n. 1.

### AVISOS SOBRE REFORMA

(Esclarecimentos, recomendações, interpretações, docier, etc.)

I — Aviso n. 3.577-Invi 1 de 19 de setembro de 1940 (Asilamento, prazo, etc.). "Boletim do Exército" n. 38, de 21-IX-940, página 2.741.

II — Aviso n. 219, de 18-I-940 (Sgt. que atingiu a idade de reforma e está sub-judice). "Boletim do Exército" n. 5, de 20-I-940, página 179.

III — Aviso n. 571, de 3-III-944 (Praça recém-incorporada julgada incapaz; como proceder). "Boletim do Exército" n. 11, de 11 de março de 1944, página 951.

IV — Aviso n. 1.548, de 14 de junho de 1945 (Processo de reforma por incapacidade física dos Militares (Instruções sobre — Organização e estudo sobre a aplicação das Leis a respeito). "Boletim do Exército" n. 24, de 16 de junho de 1945, pág. 1.834.

V — Aviso n. 519, de 29-VI-948 (Reforma por incapacidade física (Vencimentos integrais). "Boletim do Exército" n. 27, de 3 de julho de 1948, pág. 1.625.

### TEMPO DE SERVIÇO

#### (Legislação sobre)

1. Decreto n. 23.825, de 3-II-934 (1ª Lei de Movimento dos Quadros). "Boletim do Exército" n. 8, de 10-II-934.

2. Decreto n. 52, de 18-II-935 (Regulamentação da Lei acima). "Boletim do Exército" n. 11, de 25-II-935.

3. Decreto-lei n. 624, de 18 de agosto de 1938 (Segunda Lei do Movimento dos Quadros de Oficiais em tempo de Paz). "Boletim do Exército" n. 22, de 20 de agosto de 1938, pág. 1.115.

4. Decreto-lei n. 1.958, de 10 de janeiro de 1940 (Terceira Lei do Movimento dos Quadros dos Oficiais do Exército em tempo de paz). "Boletim do Exército" número 3 (Supl.), de 20 de janeiro de 1940, pág. 229.

5. Decreto-lei n. 3.752, de 23 de outubro de 1941 (Quarta Lei do Movimento dos Quadros de Oficiais em tempo de paz). "Boletim do Exército" n. 44 (Supl.), de 1-XI-941, pág. 3.209.

6. Decreto-lei n. 7.039 (§ 5º do art. 4º), de 10-XI-944 (Quinta Lei do Movimento dos Quadros (Regula a movimentação dos Quadros e dá outras providências). "Boletim do Exército" n. 47 (Supl. n. 2), de 18-XI-944, pág. 4.361.

7. Decreto n. 17.402, de 21 de dezembro de 1944 (Classificação das Guarnições espec.) "Boletim

do Exército" n. 53, de 30-XII-944, pág. 4.907.

8. Decreto n. 21.800, de 3 de setembro de 1946 (Classificação das Guarn. esp. Altera o art. 1º do Decreto n. 17.402 acima). "Boletim do Exército" n. 36, de 7 de setembro de 1946, pág. 2.746.

### AVISOS MINISTERIAIS

#### (Sobre o assunto)

I — Aviso n. 102, de 17-II-933 (Tempo dobrado → Revolução de S. Paulo). "Boletim do Exército" n. 10, de 20-II-933.

II — Aviso n. 2.913, de 24-X-945 (Arregim. de subalt. como alunos das Escolas). "Boletim do Exército" n. 44, de 3-XI-945.

III — Aviso n. 2.920, de 25-X-945 (O mesmo assunto acima e mesmo Boletim).

IV — Aviso n. 3.065, de 1 de dezembro de 1945 (Temp. dobrado ao Pessoal da F.E.B.). "Boletim do Exército" n. 49, de 8-XII-945, pág. 3.940.

V — Aviso n. 645, de 17-VI-947 (Guarnição de Fernando de Noronha). "Boletim do Exército" número 25, de 21-VI-947.

VI — Aviso n. 329, de 27-III-947 (Contagem para a transf. para a Reserv.). "Boletim do Exército" n. 14, de 5-IV-947.

VII — Aviso n. 658, de 26-VI-947 (Cont. de temp. de serv. Parecer n. 81. Aprov.). "Boletim do Exército" n. 27, de 5-VII-947.

VIII — Aviso n. 97, de 3-II-948 (Cont. de tempo de serv. passado nas Escolas). "Boletim do Exército" n. 6, de 7-II-948 (arts. 182 e 192 da Const. Federal).

IX — Aviso n. 200, de 2-III-948 (Interpret. do art. 182 § 6º e 192 da Const. Federal). "Boletim do Exército" n. 10, de 6-III-948, página 668.

X — Aviso n. 492, de 5-VI-948 (Vantagns. a Subtens. e Sgts. em Guarnições especiais). "Boletim do Exército" n. 24, de 12-VI-948, pág. 1.467.

Observações — Sobre tempo de serviço verificar em primeiro lugar os arts. 83 a 85, da Lei de Inatividade n. 3, citada neste trabalho.

## NOTÍCIAS MILITARES

### O Exército Vermelho

Ainda do Diário de Campanha de um oficial alemão, retiramos, como já fizemos em número anterior, mais algumas opiniões sobre o combatente russo. Neste número transcreveremos dois tópicos referentes à alimentação dos soldados e à tática do contra-ataque:

"30-11-42 — É verdadeiramente surpreendente como os russos alimentam mal suas tropas. Com respeito à mentalidade européia, são sóbrios até cair no primitivismo. De todos os modos, porém, tanto os oficiais, quanto os comissários, não sentem falta de viveres e vodka."

"3-12-42 — Um dos fortes principais da infantaria vermelha é sua preparação constante para contra-atacar intensamente. Em geral, o inimigo conhece perfeitamente o momento débil. Ainda não se acabou de conquistar uma posição inimiga e já está se desenvolvendo o contra-ataque. As tropas ultimamente empenhadas no Leste, sem experiência de combates, sempre não de pagar, por isso, uma cara aprendizagem."

\*

### Criptografia

A ciência da criptografia sempre atraiu a atenção do público, se não pela sua parte exclusivamente científica, talvez pela auréola de romance com que se cercava, surgindo como a principal ponta de mistério, a chave de solução de crimes e casos de espionagem romanceadas pelos novelistas e pelos produtores cinematográficos. No entanto, até a hora presente, tem sido impossível obter um método

de cifração que reúna tôdas as condições necessárias à sua utilização segura e ao mesmo tempo simples. O problema tem sido, e talvez ainda continue a sê-lo, pouco menos que insolúvel, considerando-se como meta a atingir, um procedimento que se aproxime ao máximo das condições exigidas.

Transcrevemos a seguir as principais características que deve reunir um método criptográfico, segundo a opinião de M. Kerckhoffs:

- 1 — Deve ser, se não matematicamente, materialmente indecifrável;
- 2 — Não deve exigir segredo, podendo cair, sem inconveniente, em poder de qualquer um;
- 3 — A chave deve poder ser comunicada e utilizada sem necessidade de notas escritas, bem como ser possível trocá-la ou modificá-la à vontade dos correspondentes;
- 4 — Deve permitir a utilização do telégrafo para transmissão da mensagem;
- 5 — Deve ser portátil e que seu manejo não exija mais de uma pessoa;
- 6 — Deve ser de uso fácil, simples e não exigir tensão de espírito, nem o conhecimento de inúmeras regras a serem observadas.

\*

### Novo estabilizador para navios

Durante a guerra foram feitas inúmeras tentativas no sentido de reduzir as consequências dos enjões nas grandes viagens por mar a que se tinham de submeter as

tropas, em seus deslocamentos. No entanto surge agora nova notícia, pela qual será reduzido o balanço dos navios, de que resultará, logicamente, menos enjô para aqueles que estiverem a bordo. Trata-se de um novo sistema de estabilização que, segundo afirmativas dos técnicos, irá reduzir em cerca de 80 % o balanço das embarcações, estando atualmente quase em condições de ser submetido a provas. Tal sistema é descrito como método do tanque atizado, funcionando tanto com o navio parado quanto em movimento. Tal método irá operar sob o princípio do contrapêso, consistindo em dois pares de grandes tanques situados em ambos os bordos do navio. O fundo dos tanques, com meio lastro d'água, tem comunicação, por meio de condutos, de um a outro bordo, sendo a água puxado de um bordo para outro, a fim de estabelecer o necessário equilíbrio, por meio de duas hélices controladas por um sistema eletrônico.

\*

### O problema da rendição

O número de agosto da *Military Review* traz um interessante artigo do Dr. Louis Morton, intitulado **A RENDIÇÃO NORTE-AMERICANA NAS FILIPINAS**, versando sobre assunto bem interessante, qual seja o da rendição das forças norte-americanas situadas nas ilhas das Filipinas, isto é, conforme as palavras do autor, a mais dura decisão que um comandante militar possa tomar — renunciar ao combate e entregar seus homens ao inimigo.

O problema da rendição traz como consequência questões interessantes que devem ser debatidas desde os tempos de paz, pois todos os chefes deverão se achar em condições de resolver essas questões quando as mesmas se apresentarem em tempo de guerra, o que só será possível se já possuírem noções sobre o caminho a seguir para a solução das mesmas. Essas foram as questões que se apresentaram aos comandantes norte-americanos, conforme as próprias palavras do autor: "...

*Quem pode render-se? Em que circunstâncias a rendição é justificável? Qual é o procedimento correto em tais ações? Quando uma rendição é legal e quando é uma traição? Pode um subordinado render-se, quando a situação o conduz a isso, mesmo tendo ordens superiores em contrário?...*

\*

### Operações árticas

Nesta mesma secção, inúmeras vezes já temos nos referido às operações levadas a efeito pelos norte-americanos com a finalidade de habituar seus soldados às condições extremamente rigorosas de uma guerra ártica. Em 1948, a Secretaria do Exército publicou um trabalho intitulado "*Alasca — Novo Posto Avançado Setentrional*", do qual transcrevemos o seguinte: "O centro estratégico de qualquer guerra global do futuro será provavelmente, o Polo Norte. A área norte-americana mais próxima deste ponto é o Alasca. Torna-se evidente, portanto, que algum dia o destino dos Estados Unidos poderá ser pôsto em jogo nas regiões geladas do nosso posto avançado do Norte". Dentro dessa orientação é que competiu ao Comandante da Região Militar do Alasca organizar e dirigir o Centro de Instrução Ártica do Exército, escola essa que será um dos três Departamentos do Centro de Instrução do Exército no Big Delta, Alasca, destinada a preparar oficiais com sólidos conhecimentos sobre operações no Ártico.

Torna-se grandemente necessária tal instrução, pois só poderá sobreviver em condições rigorosas de clima, a tropa que estiver perfeitamente treinada, completamente adaptada a essas condições. E o Exército norte-americano conhece muito bem o alto preço de uma falta de preparo nesse ponto, por um exemplo frisante tem na invasão do Attu, onde a maioria das perdas foi causada, não pelos japoneses e, sim, pelo frio, em vista da deficiência do equipamento com que foi levada a cabo tal operação.





# F. R. de Aquino & Cia. Ltda.

ADMINISTRAÇÃO DE BENS  
COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

RIO DE JANEIRO

AVENIDA RIO BRANCO, 91 — 6º ANDAR

Telefone 23-1830

SÃO PAULO

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 200 — 6º ANDAR

Telefone 3-7111

## Cooperativa de Laticínios

DE

### “ALTINÓPOLIS”

RUA SETE DE ABRIL, 8

E. F. São Paulo e Minas

ALTINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

ELEMENTOS	1º Saracento	2º Sgt.		3º Sgt.		Cabo		Soldado	
		Fleiteira	Especialista	Fleiteira	Especialista	Fleiteira	Especialista	Fleiteira	Especialista
Tropa de Q.G., de D.I., R.M., A.D., Cont. de Q.G., Rep. e Ests.....	100 %	60 %	.....	50 %	.....	30 %			
Monitores de Estabelecimentos de Ensino.....	100 %	100 %	.....	60 %					
Escola Pára-quadristas - A.A.Aé.	100 %	30 %	80 %	50 %	70 %	60 %	60 %		

## NOTA

a) Nos elementos em que houver praças de fleiteira, para as quais não esteja prevista percentagem neste quadro, deverá ser adotada a de 20 %, salvo para soldados que, na forma do Decreto n. 25.035, de 2 de junho de 1948, não serão contemplados nessas concessões.

b) As percentagens estabelecidas abrangerão os casos de engajamento e de reengajamento.

c) As percentagens estabelecidas para cada grau hierárquico de especialistas, serão tomadas para cada categoria da classificação ou qualificação da função prevista nos respectivos quadros de organização e efetivos do elemento considerado, não se permitindo o aproveitamento dos claros de uma em outra classificação ou qualificação.

d) Para as concessões de engajamento ou reengajamento serão observadas, em cada grau de hierarquia militar, quer para fleiteira, quer para especialistas, as seguintes prioridades :

1ª) Para as praças que, na forma da legislação em vigor, estejam com o direito de permanência nas fleiteiras até a idade limite, satisfeitas as condições de conduta e de aptidão física.

2ª) Para as praças que possuam o curso que as tenha habilitado ao acesso até a graduação mais elevada da função ou especialidade respectiva (curso de aperfeiçoamento ou equivalente), satisfeitas as demais exigências em vigor ;

3ª) Para as demais praças, com os requisitos exigidos, inclusive os de conduta e de aptidões física.

e) A fim de evitar movimentação desnecessária, que importará em despesas admissíveis e considerando a necessidade de nivelar os efetivos em praças as percentagens estabelecidas no quadro acima embora distribuídas pelas Unidades Administrativas, deverão ser computadas no âmbito da Região Militar para os casos previstos na alínea 1ª da letra d) deste Aviso.

Assim, sempre que numa Unidade Administrativa houver excesso de candidatos a reengajamento satisfazendo as condições da alínea 1ª referida, e falta em outra, a percentagem disponível desta reverterá em benefício daquela em que houver excesso, mediante ordem do Comandante da Região, sem que disso resulte transferência.

Somente após resolvida, dentro da Região Militar, a situação das praças amparadas pela supra citada alínea 1ª da letra d), poderão ser concedidos reengajamentos aos candidatos que satisfaçam as condições das alíneas 2ª e 3ª, mediante autorização dos Comandantes de Região.

As transferências de praças serão feitas unicamente para preenchimento de vagas nos efetivos.

f) Para a concessão de engajamento ou reengajamento, a inspeção de saúde deverá ser feita por um único médico desde que na guarnição não se possa cumprir, por falta de pessoal o disposto no § 4º do art. 3º das Instruções Reguladoras de Inspeções de Saúde.

g) Permanecem em vigor as disposições dos Avisos ns. 702, de 17-III-943 e 23, de 3-IX-948.

h) Ficam revogados todos os atos ministeriais que contrariem as disposições deste Aviso.

(Aviso n. 422, de 21-VI-949 — "Diário Oficial" de 23-VI-949.)

#### MATRÍCULA DE PRAÇAS EM CURSOS DO EXÉRCITO

Com o objetivo de regularizar o processo de matrícula de praças nos diferentes cursos do Exército, determina-se:

a) não seja efetivada a matrícula de praças em cursos de formação, de especialização ou de aperfeiçoamento quando as mesmas não satisfizerem as condições exigidas;

b) se houver dúvidas quanto à interpretação dessas condições, a matrícula só poderá ser efetivada após os necessários esclarecimentos;

c) não deverá ser permitida, sob qualquer pretexto, a frequência aos diferentes cursos na situação de "outrinta".

(Aviso n. 432, de 24-VI-949 — "Diário Oficial" de 28-VI-949.)

#### DISPOSIÇÕES SOBRE CASAMENTOS

Aplicam-se aos cabos do Exército, com direito à permanência nas fileiras até o limite de idade, as disposições sobre casamento, constantes do art. 102 (alínea b n. 3), do Estatuto dos Militares.

(Aviso n. 433, de 24-VI-949 — "Diário Oficial" de 28-VI-949.)

#### MATRÍCULA NO CURSO DE CINEMATOGRAFISTAS

De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, aprovo a proposta da Diretoria de Transmissões para que no próximo turno do Curso de Cinematografistas, a se iniciar em setembro, sejam matriculados, além dos 15 candidatos das Regiões Militares, mais 10 sargentos indicados pelos Departamentos e Diretorias, a fim de que possam ser atendidos os órgãos que lhes são subordinados (escolas, fábricas, estabeleci-

mentos) e que já dispõem de equipamentos cinematográficos.

(Aviso n. 445, de 28-VI-949 — "Diário Oficial" de 29-VI-949.)

#### TABELAS DE FIXAÇÃO DOS VALORES DAS RAÇÕES DE FORRAGEM

O "Diário Oficial" de 30 de junho de 1949 publica às páginas 9.446 e 9.447 o Aviso n. 441, de 28-VI-949 que aprova, de acordo com o disposto no art. 99 do Regulamento para os Estabelecimentos de Subsistência, a tabela geral de fixação dos valores das rações de forragem a vigorar no 2º (segundo) semestre de 1949.

#### CONDIÇÕES DE MATRÍCULA NA E.E.M.

Atendendo às considerações apresentadas pelo Estado-Maior do Exército, e de acordo com seu parecer conclusivo a respeito das condições de matrícula na Escola de Estado-Maior do Exército, resolvo:

a) poderão inscrever-se no concurso de admissão de 1949 e 1950, os oficiais que, em qualquer dia do ano em que se realizar o concurso, completarem, no máximo, 40 anos de idade, se Capitães e 42 anos, se Oficiais Superiores;

b) dilatar, até 30 dias depois da publicação deste Aviso, o prazo de entrega dos requerimentos de inscrição no Estado-Maior do Exército, para o concurso de 1949.

(Aviso n. 450, de 1-VII-949 — "Diário Oficial" de 4-VII-949.)

#### CONTRIBUIÇÃO PARA MONTEPIO DE PRAÇAS

O Ministro de Estado resolve:

Concordar com o seguinte parecer da S.G.M.G.:

"1. O Sr. Chefe da 21ª C.R. consulta se os cabos e os soldados refor-

mados antes da vigência da Lei número 5.167 A, de 1927, estão contemplados em Aviso n. 955, de 18-XII-948.

2. O Aviso em questão declara que o desconto da contribuição para o montepio militar de cabos e soldados, que tenham mais de dois anos de serviço, deverá ser feito do seguinte modo:

a) para os da ativa, obrigatoriamente, a partir de novembro de 1948, na base de um dia de soldo;

b) para os inativos, a partir do mês em que apresentem a provisão de reforma, na base de um dia de soldo da tabela vigente na data em que foi publicado o Decreto que os passou à inatividade."

3. O § 2º do art. 29 da Lei n. 488, de 15-XI-938, que estendeu aos cabos e soldados, marinheiros, etc., o direito de contribuição para o montepio militar, não faz, entre essas praças, qualquer distinção. Exigiu delas apenas o seguinte — que tivessem mais de dois anos de serviço. Assim todas essas praças, desde que satisfaçam a aludida exigência, devem contribuir para o montepio militar. É esta, no caso vertente, a nossa opinião. Os cabos, os soldados e os marinheiros não perdem, pelo fato de estarem reformados, a graduação militar respectiva, que consta, até, das suas provisões de reforma. Continuam, tal qual os seus camaradas da ativa, a serem cabos, soldados e marinheiros; e não seria justo, por tudo isso, excluí-los do benefício, máxime quando o legislador expressamente não os excluiu do mesmo benefício.

4. Parece, em face do exposto, que deve ser respondida afirmativamente a consulta feita no rádio de fls. 1."

(Despacho de 29-VI-949 — "Diário Oficial" de 5-VII-949.)

tituições vg por não achar-se desempenho respectivas funções ressalvados casos previstos legislação vigente vg tais como pt pt nojo vg etc. pt."

2 — A legislação em vigor que regula o assunto é a seguinte:

a) Decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1940 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército):

Art. 2º. Vencimentos são para os efeitos desta lei, o soldo e a gratificação.

b) Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946, Estatuto dos Militares:

Art. 37. Os vencimentos dos militares, referidos na letra d), do artigo 34, constam de soldo e gratificação, sendo esta igual à metade daquele.

Art. 38. Vantagem é tudo quanto o militar perceber em dinheiro ou em espécie, além dos vencimentos".

c) Lei n. 283, de 24 de maio de 1948 — Institue a licença especial:

Art. 1º. Ao funcionário público, civil ou militar, que durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito a licença especial de seis meses, por decênio e com vencimentos integrais.

3 — Em face da legislação acima transcrita, esta Secretaria é de parecer que ao oficial ocupante de cargo vago que entra em gozo de licença especial, cabem somente os vencimentos integrais de seu posto e não as vantagens que por ventura esteja recebendo.

4 — Com êsses esclarecimentos, submeto o assunto à elevada consideração de V. Excia."

(Despacho de 1-VII-949 — "Diário Oficial" de 5-VII-949.)

#### VENCIMENTOS DE OFICIAL EM GOZO DE LICENÇA ESPECIAL

O Ministro de Estado resolve:

Concordar com o seguinte parecer da S. G. M. G.:

"1 — Consulta o Major Valdemar Oto Barbosa, Chefe do Estabelecimento de Fundos da 3ª Região Militar se: "em face constante consultas de unidades esta Região oficial ocupante cargo vago vg entrando gozo licença especial vg continua fazendo jus referidas vantagens vt consulto V. Excia. como proceder pt Esta Chefia é de parecer que nessas condições oficial perde vantagens subs-

#### OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS FACE AO SERVIÇO MILITAR

O Ministro de Estado resolve:

Aprovar:

O Parecer n. 173, de 30-VI-949, do Consultor Jurídico do M. G. que se transcreve:

"1. Estuda-se, no processo anexo, a situação dos prefeitos, deputados estaduais e vereadores, face ao serviço militar.

2. A capacidade para o exercício de funções eletivas, desdobrada na estabilidade como eleitor e na elegibilidade para qualquer posto, é matéria constitucional por isso que

interfere e delimita o exercício dos direitos políticos.

3. Não constando, como não consta, da Constituição, a quitação com as obrigações do serviço militar como requisito necessário à elegibilidade, não é possível afastar-se do exercício de funções eletivas quem não esteja quitas com o mesmo Serviço Militar.

4. Essa circunstância, entretanto, não faz com que os cidadãos eleitos pelo povo, adquiram isenção dessas obrigações que a própria Constituição impõe a todos os brasileiros (artigo 181).

5. Nessa conformidade, o cidadão que está no exercício de função eletiva, como qualquer outro, está sujeito às disposições legais que regem o Serviço Militar, devendo, apenas, em cada caso, ser observado, quanto aos aspectos formais do processo, o que disponham a Constituição e as leis do país, no tocante às formalidades, prerrogativas e imunidades inerentes às funções que exerçam.

6. Substancialmente é esse, aliás, o parecer da S.G.M.G. na informação de folhas, não cabendo procedimento diverso do ali indicado.

É o meu parecer — *Demosthenes Madureira de Pinho*, Consultor Jurídico.

(Despacho de 4-VII-949 — "Diário Oficial" de 6-VII-949.)

#### GUIA PARA EXECUCAO DAS INSPECÇÕES DE SAÚDE DE CONVOCADOS RESIDENTES NO EXTERIOR DO BRASIL.

O "Diário Oficial" de 7-VII-949, publica o modelo de "Guia para execução das inspeções de saúde de convocados no exterior do Brasil", aprovado pela Portaria n. 101, de 6 de julho de 1949.

#### OFICIAL DA RESERVA OU REFORMADO ACIDENTADO

O Ministro de Estado resolve aprovar o seguinte parecer:

"N. 147, de 7-VI-949. Assunto: Situação de oficial empregado.

1. Consulta-se como proceder, face ao art. 5º da Lei n. 421, de 1948, com relação a oficial da reserva ou reformado que, na qualidade de empregado de acordo com a citada lei, venha a ser acidentado em serviço, não tendo ainda completado o tempo mínimo de serviço exigido pelo mesmo art. 5º.

2. Estabelece a lei n. 421: "Artigo 5º. Não se aplicarão em ne-

nhuma hipótese as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º aos militares que, designados para a função de atividade, nela não tenham permanecido, nem venham a permanecer, ao menos pelo período de cinco anos".

3. Estamos em que, na hipótese formulada, deverá o militar ser dispensado, sem direito às vantagens da Lei n. 421. E isso por causa da restrição contida no dispositivo transcrito, mas também por falta de qualquer amparo em outra lei — *Demosthenes Madureira de Pinho*, Consultor Jurídico."

(Despacho de 5-VII-949 — "Diário Oficial" de 9-VII-949.)

#### PERCENTAGENS DE REENGAJAMENTO DE SARGENTOS MÚSICOS

De acordo com a proposta da Diretoria do Pessoal e Parecer do Estado-Maior do Exército, declaro, em Aditamento ao Aviso n. 422, de 21 de junho de 1949, que é de 100 % a percentagem de reengajamento de 3º Sargentos Músicos.

(Aviso n. 483, de 11-VII-949 — "Diário Oficial" de 12-VII-499.)

#### MODIFICAÇÃO NO DEC.-LEI QUE CRIOU O C.A.E.R.

LEI N. 738 — DE 11 DE JULHO DE 1949

Modifica a alínea a), do art. 5º, do Decreto-lei n. 7.888, de 21 de agosto de 1945, que cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A alínea a) do art. 5º, do Decreto-lei n. 7.888, de 21 de agosto de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"a) A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais substituirá a antiga Escola das Armas e será comandada por General de Brigada ou por Coronel com o Curso de Estado-Maior."

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.  
Newton Cavalcanti.

("Diário Oficial" de 16-VII-949.)

**INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS**

Os documentos que tiverem de ser incinerados, de acordo com os regulamentos em vigor, poderão, se assim for julgado mais adequado, ser desfeitos por máquina trituradora ou pulverizadora especial para tal fim. (Aviso n. 492, de 15-VII-949 — "Diário Oficial" de 18-VII-949.)

**SACERDOTES PORTADORES DE CERTIFICADOS DE ISENÇÃO DEFINITIVA**

Consulta o Chefe da 8ª Circunscrição de Recrutamento quanto à maneira de proceder para com os sacerdotes portadores do certificado de isenção definitiva fornecido de acordo com a letra b) do § 2º, do art. 93, do Decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939, que estão requerendo Certificado de Reservista de 1ª categoria, de acordo com a atual Lei do Serviço Militar.

Em solução declaro:

Aquêles que para se eximir do serviço militar, alegaram ou alegarem motivo de crença religiosa, filosófica, ou política e tiveram ou tiverem casados seus direitos políticos, só poderão ser incluídos na reserva de 1ª categoria, mediante requerimento, após reanquirição daqueles direitos, na conformidade do disposto na letra a) do art. 5º, do Decreto-lei n. 389, de 25 de abril de 1938.

(Aviso n. 493, de 15-VII-949 — "Diário Oficial" de 18-VII-949.)

\* \* \*

**SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEI N. 288****DECRETO N. 26.907 — DE 18 DE JULHO DE 1949**

Define as diversas situações previstas nos arts. 1º e 6º, da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, na forma da redação dada pela Lei n. 616, de 2 de fevereiro de 1949

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Consideram-se abrangidos pelo art. 1º, da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, de acordo com a nova redação que lhe deu a Lei número 616, de 2 de fevereiro de 1949, os seguintes oficiais das Forças Armadas:

I — No Exército:

a) os portadores de Medalha de Campanha;

b) os que se instalaram no terreno com a missão de vigilância ou

de segurança do litoral brasileiro, ou por qualquer outra forma hajam cumprido efetivamente as mesmas missões;

c) os que pertenceram à guarnição de Fernando de Noronha, durante o estado de guerra;

d) os que tenham servido em fortaleza ou baterias isoladas na defesa do litoral;

e) os que exerceram missões de observação junto a comandos ou forças aliadas em qualquer teatro ativo de operações de guerra.

**II — Na Marinha:**

a) os que fizeram parte da guarnição de navios:

1) em missão de patrulhamento, no oceano, nas zonas compreendidas no teatro de operações, ou em missão expressa de defesa dos portos nacionais;

2) em operação de comboio, como escolta ou trem, em quaisquer mares;

3) em operações contra navios ou aeronaves inimigas em quaisquer mares;

4) em serviço de transporte de pessoal ou de suprimento, em serviço de socorro a naufragos ou a navios, tudo no teatro de operações;

5) em operações de reboque a navios, ao largo dos portos, no teatro de operações;

b) os que tenham exercido missões de observação junto a comandos aliados ou que tenham servido em navios aliados em efetivas operações de guerra;

c) os que serviram nas guarnições das ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, durante o estado de guerra;

d) os que, designados para servir em navios mercantes, navegaram no teatro de operações;

e) os que, embora não pertencendo à guarnição normal de navio de guerra, em operações de guerra, prestaram serviços técnicos a bordo.

**III — Na Aeronáutica:**

a) os portadores de uma das seguintes medalhas militares: Cruz de Bravura e Medalha de Campanha na Itália;

b) os que cumpriram missões de patrulhamento, a bordo de aeronave armada, nacional ou aliada, com o propósito de proteger a navegação marítima ao longo do litoral do Brasil ou do de países aliados, seja pela proteção dos comboios, seja pela obtenção de informações ou pelo ataque ao inimigo;

c) os que cumpriram missões de vigilância do litoral, ordenadas por autoridade competente, a bordo de aeronave nacional ou aliada;

d) os que cumpriram missões de operações de guerra em serviços no teatro de operações da Itália ou sobrevoaram território ocupado pelo inimigo ou lhe ofereceram combate em qualquer outro teatro de operações;

e) os que desempenharam missões de observação junto a comando ou força aliada em efetivas operações de guerra;

f) os que serviram em guarnições das ilhas de Fernando Noronha e Trindade, durante o estado de guerra.

Art. 2º. Consideram-se abrangidos pelo art. 6º da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, alterado pela Lei número 616, de 2 de fevereiro de 1949, os seguintes militares e civis que prestaram serviços ao Exército ou na Marinha durante a guerra de 1914-1918:

a) os civis e os militares componentes da Missão Médica que o Brasil enviou à França, em caráter militar; os primeiros, ao se aposentarem ou já aposentados;

b) os oficiais e sargentos do Exército que tomaram parte, fora do Brasil, na luta, ainda que somente na qualidade de observadores junto a comandos ou forças dos exércitos aliados; e os que, no Brasil, executaram qualquer das missões especificadas nas alíneas b), c) e d), do inciso I, do art. 1º;

c) os oficiais, suboficiais e sargentos da Marinha de Guerra que executaram durante a vigência do estado de guerra qualquer das missões especificadas no inciso II, do art. 1º, e os que serviram na guarnição da Fortaleza de Anhatomirim, então sob a jurisdição da Marinha.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1949, 128º da Independência e 61º da República.

**EURICO G. DUTRA.**

*Sylvio de Noronha.*

*Newton Cavalcanti.*

*Armando Trompowsky.*

("Diário Oficial" de 25-VII-949.)

• •

#### C.R.A.S. DE INTENDENCIA

Atendendo, em face das razões apresentadas, à solicitação da Diretoria de Intendência e de acordo

com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo:

1º) a autorização de que trata o item 1, do Aviso n. 73, de 22-I-949 e o disposto nas alíneas b) e c), do item 3, do mesmo Aviso, ficam suspensos até nova ordem;

2º) para a aplicação do item 4, do Aviso n. 73, os subtenentes e sargentos das armas que já se tenham habilitado com o C.R.A.S. de Intendência, deverão aguardar, na situação em que se encontravam anteriormente ao curso, a abertura de vaga no Serviço de Intendência, a fim de que possam ser incluídos definitivamente nesse Serviço; os que não se tenham habilitado com o referido curso, deverão retornar às armas de origem;

3º) os subtenentes e sargentos das armas que, de acordo com o citado Aviso n. 73, estejam matriculados no C.R.A.S. de Intendência, já em funcionamento nesta data, deverão prosseguir no curso e sua situação será regulada, após o término do mesmo, pelo item anterior.

(Aviso n. 506, de 25-VII-949 — "Diário Oficial" de 27-VII-949.)

• •

#### NORMAS PARA A FEITURA DOS ESTANDARTES DAS EQUIPES DESPORTIVAS

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as "Normas para a Feitura dos Estandartes das Equipes Desportivas", que com esta baixam.

#### Normas para a Feitura dos Estandartes das Equipes Desportivas

1 — Os estandartes representativos das Equipes Desportivas se constituem das insígnias do comando de origem, acrescidas de uma bordadura, nos lados livres, com as cores do Departamento de Desportos do Exército. Para este fim ficam mantidas as dimensões regulamentares de 0,90 x 1,35, acrescidas da bordadura de 0,10, perfazendo 1,10 de altura por 1,45 de comprimento nos estandartes retangulares e 1,10 de altura por 1,85 de comprimento, nos triangulares.

2 — Os estandartes têm como complemento um laço militar com as cores e o escudo do D.D.E., no interior de um círculo branco com bordadura de vermelho, tendo, nas fitas pendentes, o nome da entidade respectiva, em letras de ouro e franjas do mesmo metal.



Haste de madeira envernizada na cor de noqueira, com lança e ponteira, ambas de metal branco.

3 — Os talabartes mantêm a bordadura referida, ficando o espaço interno reservado às cores dos comandos, na seguinte discriminação:

a) General de Divisão — Campo em três faixas, verde, amarelo e verde;

b) General de Brigada — Campo em duas faixas, verde e amarelo;

c) Regimentos, Batalhões, Companhias, Baterias e Esquadrões — Campo pleno das cores das armas de origem e do Serviço de Intendência;

d) Unidades de Fronteira, Artilharia de Costa, Transmissões, Saúde e Manutenção — Campo com uma faixa central da cor padronizada na insígnia de origem;

e) Unidades Escolares, Fabris e diversas — Campo representando a insígnia de comando, conforme o característico do segundo campo prescrito nas Normas para a Feitura das Insígnias de comando (B.E. n. 16, de 2 de julho de 1938).

4 — Para a aplicação das regras aqui estabelecidas são anexados os desenhos de modelos com as dimensões, cores e exemplos previstos.

— O "Diário Oficial" de 1 de agosto de 1949, às págs. 10980, 10981 e 10982, publica os modelos referidos.

(Portaria n. 110, de 25-VII-49 — "Diário Oficial" de 1-VIII-49.)

#### INSTRUÇÕES PARA ANEXOS REEMBOLSAVEIS

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções, que com esta baixam, para organização e funcionamento dos Anexos Reembolsáveis de Saúde do Exército, sob controle da Diretoria de Saúde.

#### Instruções para os Anexos Reembolsáveis de Saúde do Exército (A.R.S.E.)

Art. 1º. Fica a Diretoria de Saúde do Exército autorizada a organizar, sem aumento de pessoal e dentro de seus recursos orçamentários, em cada uma das Farmácias dos Hospitais Militares, bem como na do atual Posto de Assistência da Vila Militar, um "Anexo Reembolsável de Saúde do Exército" (A.R.S.E.), para fornecimento aos militares e serventuários civis do Ministério da Guerra e pessoas de suas famílias, mediante indenização imediata contra a entrega da mercadoria, de medicamen-

tos em geral, sulfas, penicilina, estreptomicina e especialidades farmacêuticas, material de penso, produtos biológicos, plasma, perfumaria, artigos de toilette, etc.

Parágrafo único. Posteriormente e a critério da Diretoria de Saúde do Exército, poderão ser criados Anexos idênticos junto a determinadas Enfermarias, tipo "B", levando em conta a sua localização e recurso de que dispuserem, e mediante prévio entendimento com os comandantes ou chefes sob cujas ordens funcionarem essas enfermarias.

Art. 2º. Para cada um desses Anexos fará a Diretoria de Saúde do Exército, dentro dos recursos orçamentários de que dispuser e de acordo com as necessidades das guarnições a que servem as farmácias militares citadas no art. 1º, um suprimento inicial de medicamentos, drogas especialidades farmacêuticas, etc., que será levado a débito da respectiva unidade administrativa beneficiada.

Art. 3º. De dois em dois meses cada Anexo Reembolsável fará uma demonstração do movimento de vendas realizado e com ela a remessa à D.S.E. da importância apurada nessas vendas, para novos fornecimentos dentro dessas remessas e de acordo com as indicações dos órgãos interessados no tocante à quantidade e qualidade do material a ser remetido, realizando-se, assim, um constante reabastecimento de estoques.

Art. 4º. As importâncias recebidas dos diversos Anexos pela D.S.E., serão por esta escrituradas na rubrica "Reposição de Estoques", a fim de possibilitar novos suprimentos. Esses suprimentos serão feitos aos Anexos, rigorosamente, em razão das suas próprias remessas.

Art. 5º. De maneira alguma os artigos remetidos para os Anexos ou nele existentes poderão ter outro destino senão o estatuído por estas instruções, isto é, aquisição, para indenização imediata, contra a entrega do artigo, pelos militares e serventuários civis do Ministério da Guerra e pessoas de suas famílias.

Parágrafo único. São consideradas pessoas da família do militar ou funcionário civil, para os fins constantes das presentes instruções, as relacionadas no parágrafo único do artigo 85 do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército, aprovado pelo Decreto n. 25.623, de 6-10-48.

Art. 6º. O oficial farmacêutico mais graduado ou mais antigo em

serviço no H.M. ou no P.A.V.M. será designado encarregado do Anexo, responsabilizando-se pelo seu funcionamento, guarda do material, sua escrituração, dispondo, entretanto, como seus auxiliares, de oficiais farmacêuticos ou sargentos manipuladores e outros elementos destacados na farmácia de acordo com as necessidades e por designação do respectivo Diretor.

Art. 7º. O encarregado do Anexo recolherá, diariamente, à Tesouraria do estabelecimento, a importância proveniente das vendas realizadas no dia anterior, mediante documento conferido pelo Fiscal Administrativo e visado pelo Diretor do Estabelecimento.

Art. 8º. Os preços de venda dos artigos fornecidos poderão ser acrescidos de uma percentagem não superior a 5%, que reverterá em benefício do Anexo para aquisição de medicamentos no local ou para melhoria de suas instalações e organização interna e para as despesas de escrituração, expediente, quebras, etc.

Art. 9º. No ato da venda será destacado um talão constituído de três vias, das quais uma será entregue ao interessado, outra anexada à parte de recolhimento à Tesouraria da unidade administrativa e a terceira ficará no canhoto, como comprovante da descarga.

Parágrafo único. De maneira alguma os lucros verificados no Anexo poderão ser transferidos para as Economias Administrativas do Estabelecimento. Esses saldos só poderão ser utilizados em benefício dos serviços do próprio Anexo.

Art. 10. O Anexo Reembolsável de Saúde do Exército, embora sob a responsabilidade direta do seu encarregado, está subordinado, técnica e administrativamente ao Diretor e sob a fiscalização do Fiscal Administrativo do Estabelecimento, os quais, bem como o encarregado são responsáveis pelo exato cumprimento das presentes instruções, bem assim pelo movimento de receita e despesa do Anexo, observando tudo quanto estiver disposto nos regulamentos, instruções e avisos em vigor, que se aplicam na espécie.

Art. 11. Tendo em vista as finalidades do Anexo Reembolsável ora criado, as administrações interessadas procurarão fornecer, com os seus próprios recursos, os elementos necessários ao fornecimento desse empreendimento.

Art. 12. A Diretoria de Saúde do Exército baixará diretrizes particulares e determinará medidas complementares tendo em vista o funcionamento dos Anexos Reembolsáveis de Saúde do Exército, não só no ponto de vista técnico-administrativo, mas principalmente visando o benefício econômico que deseja com esses Anexos.

Art. 13. A Diretoria de Saúde do Exército, observados os dispositivos legais e regulamentares vigentes, procurará adquirir o material necessário aos Anexos, de preferência em embalagens especiais (coletivas, hospitalares, etc.), de maneira a baixar ao máximo o preço de aquisição e, sempre que possível e economicamente interessante, nas fontes produtoras.

Art. 14. Salvo casos urgentes, os Anexos funcionarão dentro do horário normal dos Estabelecimentos a que pertencerem.

Art. 15. Para evitar despesas, tanto quanto possível, a escrituração do Anexo, poderá ser feita utilizando, na medida do possível, livros e demais elementos da própria unidade. Essa escrituração será subordinada ao título "Anexo Reembolsável".

Art. 16. Continuam em pleno vigor os dispositivos relativos à aquisição e fornecimento de medicamentos, gratuitos ou indenizáveis, previstos em dispositivos legais e regulamentares em vigor, por isso que as presentes instruções não colidem nem interferem com os citados dispositivos.

Art. 17. Fica também a cargo da Diretoria de Saúde do Exército o funcionamento de um Anexo da Farmácia Central do Exército no Reembolsável de Intendência do Exército.

§ 1º. O citado Anexo ficará sob o controle técnico e administrativo da Farmácia Central do Exército que fornecerá o pessoal especializado necessário ao seu funcionamento, bem como os medicamentos, drogas, produtos biológicos, especialidades farmacêuticas, material de penso, perfumaria e artigos de toilete, cuja venda fica subordinada às prescrições em vigor para a referida Farmácia.

§ 2º. O Diretor da Farmácia Central do Exército acertará com o Diretor do R.I.Ex. as medidas necessárias à instalação e funcionamento do anexo em aprço.

(Portaria n. 115, de .....-49 -- "Diário Oficial" de 4-VIII-1949.)

## INSTRUÇÕES PARA O RESTAURANTE DO MINISTÉRIO DA GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções, que em esta baixam, para regular o funcionamento do Restaurante do Ministério da Guerra.

Instruções reguladoras do funcionamento do Restaurante do Ministério da Guerra

### I

O Restaurante do Ministério da Guerra, administrado diretamente pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), fornecerá ao pessoal militar e civil do Ministério da Guerra, refeições a preços unitários, iguais ao valor do custo dos gêneros empregados para sua confecção, acrescido de 20 % título de quebra e despesas administrativas.

§ 1º. Para efeito de disciplina, o pessoal nele empregado fica subordinado à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

§ 2º. Os entendimentos entre a Administração do Restaurante e o Secretário Geral serão processados por intermédio do Fiscal Administrativo da S.G.M.G.

### II

A ficha do pessoal a ser admitido para o serviço do Restaurante, deverá ser apresentada para controle do Fiscal Administrativo da S.G.M.G.

### III

O Restaurante manterá tipo único de refeições e um serviço de lanches, que serão fornecidos em horários estabelecidos pela S.G.M.G., nas seguintes condições:

- a) refeições para oficiais e assealhados — Cr\$ 10,00;
- b) refeições para praças e assealhados — Cr\$ 8,00;
- c) lanches — Tabela de preços a ser aprovada pela S.G.M.G.

### IV

A frequência ao Restaurante é obrigatória, em princípio, ao pessoal militar e aos funcionários civis do Ministério da Guerra.

### V

Como critério da Administração do Restaurante, a P.S., poderá ser adotado o sistema de venda de assinaturas.

## VI

Fica terminantemente proibido o funcionamento de pequenas cantinas ou bares nos diversos andares do Edifício da Guerra.

(Portaria n. 116, de 11-11-1949 — "Diário Oficial" de 4-VIII-1949.)

## REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

### DECRETO N. 26.992 — DE 1 DE AGOSTO DE 1949

Regulamenta a concessão dos benefícios previstos no art. 10 do Decreto-lei n. 8.794 e parágrafos únicos dos arts. 2º e 3º e § 2º do art. 4º do de n. 8.795, ambos de 23 de janeiro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. De acordo com os Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, será assegurada educação gratuita a expensas do Estado, aos filhos menores dos militares, inclusive dos convocados, que participaram da Força Expedicionária Brasileira, destacada em 1944-1945, no teatro de operações da Itália:

a) falecidos em consequência de:

1. Ferimentos verificados na zona de combate, em cumprimento de missão ou desempenho de serviço ou em qualquer situação decorrente de ação inimiga;

2. Moléstias adquiridas ou agravadas na zona de combate, ou, fora desta zona, de acidente em serviço;

3. Quaisquer outros motivos, no teatro de operações da Itália.

b) incapacitados que ficaram impossibilitados para todo e qualquer trabalho em consequência de:

1. Ferimentos verificados ou moléstias adquiridas na zona de combate, quando em cumprimento de missão ou desempenho de serviço ou, em qualquer situação, de ferimentos decorrentes de ação inimiga;

2. Moléstias adquiridas ou agravadas, em serviço ou de acidentes em serviço ocorridos fora da zona de combate;

3. Acidente ou moléstia adquirida fora do serviço ou fundamentalmente agravada no teatro de operações da Itália.

c) que venham a falecer em consequência das causas fixadas na alínea anterior.

Art. 2º. Os menores de que trata o art. 1º, terão ingresso, como alunos gratuitos, nos Estabelecimentos Oficiais de Ensino, civis ou militares, profissionais, comerciais, industriais ou secundários, ou nos particulares correspondentes subvencionados pelo Governo, desde que satisfaçam as condições para matrícula fixadas nos respectivos regulamentos ou estatutos.

§ 1º. A gratuidade abrangerá, conforme o caso, instrução, alimentação, uniforme e enxoval, e as despesas consequentes correrão por conta do Governo Federal.

§ 2º. O ingresso nos estabelecimentos, de que trata este artigo, far-se-á por determinação dos respectivos Ministérios e independentemente do pagamento de emolumentos ou taxas de qualquer natureza.

§ 3º. Os candidatos que, na forma deste artigo, ingressarem nas Escolas Militar, Naval, de Aeronáutica, ou em qualquer das Escolas Preparatórias ficarão isentos do pagamento de qualquer espécie, referente à matrícula, e terão os enxovais fornecidos pelo Estado.

Art. 3º. Aos filhos menores dos militares desaparecidos, inclusive os dos convocados, será também assegurada educação gratuita, a expensas do Estado.

§ 1º. O benefício a que se refere este artigo, no caso do aparecimento do militar, cessará, a partir do dia da publicação, em "Boletim do Exército", da apresentação do mesmo em qualquer guarnição do país.

§ 2º. Provada em processo a conduta do militar aparecido, mesmo no caso de ser considerado culpado, nenhuma indenização lhe será exigida pelo fato de a seus filhos menores ter sido assegurada educação gratuita.

§ 3º. Se, a despeito da apresentação do militar, em qualquer tempo, ocorrer qualquer das hipóteses do art. 1º, aos seus filhos menores fica assegurado o direito de receber educação gratuita a expensas do Estado, salvo no caso de lhe caber culpa, apurada em processo.

Art. 4º. Os pedidos de matrícula serão feitos mediante requerimento dos pais, tutores ou responsáveis, aos Ministérios respectivos, por intermédio da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

§ 1º. O requerimento deverá conter:

a) o nome do pai do menor e seu posto ou graduação na época do falecimento ou da incapacidade;

b) a unidade administrativa em que serviu como integrante da Força Expedicionária Brasileira;

c) o estabelecimento de ensino em que deseja seja efetuada a matrícula;

d) situação escolar (externo, interno ou semi-interno);

e) residência do requerente;

f) certidão de idade do menor (anexa).

§ 2º. No caso de o requerente residir na sede ou próximo à sede de Unidade Administrativa do Exército, esta deverá tomar a responsabilidade de encaminhar a petição à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

§ 3º. Os requerimentos deverão ser encaminhados com firma devidamente reconhecida.

Art. 5º. O transporte dos candidatos, do local de residência à sede do estabelecimento onde se efetuar a matrícula, correrá por conta do Estado, bem como o seu retorno, caso não tenham sido aprovados nos exames.

Parágrafo único. Deferida a petição, os Ministérios interessados enviarão ao requerente a necessária requisição de passagens.

Art. 6º. O aluno matriculado nas condições deste regulamento terá, por falta de aproveitamento intelectual, um ano de tolerância para, no gozo da gratuidade, completar o respectivo curso.

Art. 7º. Os menores de que trata o art. 1º que estiverem cursando, como contribuintes, os estabelecimentos de ensino referidos no artigo 2º, poderão passar à categoria de gratuitos dentro das condições fixadas no mesmo artigo, mediante solicitação dos pais, tutores ou responsáveis às autoridades mencionadas no art. 4º, instruindo seus requerimentos com a informação prestada pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra de que satisfazem as condições previstas nos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Clemente Mariani.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 3-VIII-1949.)

### ENTREGA DE CONDECORAÇÕES DA O. M. M.

A entrega de condecorações da Ordem do Mérito Militar deverá ser feita, com toda a solenidade, no "Dia do Soldado" (25 de agosto), nas sedes das guarnições que se encontrarem os agraciados, promovidos ou nomeados.

Os oficiais promovidos deverão restituir à Secretaria da Ordem 10º Pavimento do Palácio da Guerra, logo depois do dia 25 de agosto, a condecoração do grau anterior com o respectivo estôjo.

(Aviso n. 514, de 1-VIII-949 — "Diário Oficial" de 3-VIII-949.)

\* \*

### ENCAMINHAMENTO DE REQUERIMENTOS PEDINDO BENEFÍCIOS DA LEI N. 288

A fim de orientar as unidades e repartições deste Ministério no encaminhamento de requerimentos pedindo amparo da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, modificada pela Lei n. 616, de 2 de fevereiro do corrente ano, declaro que deverão, de acordo com o Decreto n. 26.907, de 13 do mês de julho último, ser observadas as seguintes normas complementares das informações:

1º) Quanto ao art. 1º, do Decreto n. 26.907:

a) se é portador da Medalha de Campanha e qual o Decreto que a concedeu;

b) a que unidade ou repartição pertenceu no período de 31 de agosto de 1942 (Decreto n. 10.398), a 8 de maio de 1945 (Decreto-lei n. 7.532), e onde prestou o serviço de vigilância ou segurança do litoral;

d) qual a referência individual constante do boletim, ordem ou instrução, que comprove a colaboração do requerente na execução da missão de vigilância ou segurança do litoral, ou de observação junto a comandos de forças aliadas.

As autoridades informantes deverão, para facilitar a comprovação de serviços prestados, basear-se nas alterações dos requerentes, assim como em documentos sigilosos arquivados.

2º) Quanto ao art. 2º, do Decreto n. 26.907:

a) se recebeu a Cruz de Campanha, a Medalha da Vitória e qual o Decreto que concedeu;

b) se tem contado pelo dobro, dentro do período de 30 de outubro de 1917 a 11 de novembro de 1918,

o tempo em que tomou parte na defesa fixa ou móvel do litoral brasileiro, de acordo com o Aviso n. 1.491, de 24 de novembro de 1919;

c) relativamente aos civis comprovante de que é funcionário público em atividade ou aposentado e qual o Ministério em que está lotado.

(Aviso n. 515, de 1-VIII-949 — "Diário Oficial" de 3-VIII-949.)

\* \*

### USO DO DISTINTIVO DA F. E. B.

1. Fica autorizado, em caráter facultativo, o uso do distintivo cujo modelo a este acompanha, pelos oficiais e praças que pertenceram efetivamente à Força Expedicionária Brasileira, na campanha da Itália.

2. A autorização será concedida individualmente a cada oficial ou praça, pelo comandante de corpo (chefe de repartição ou estabelecimento) do interessado, mediante a apresentação das alterações do mesmo, como comprovante.

3. O distintivo é idêntico ao que foi usado pela Força Expedicionária Brasileira na Itália, devendo ser colocado, em todos os uniformes, no braço direito e com o bordo superior 4 cm abaixo da costura da manga.

— O "Diário Oficial", à pág. 11289, publica o modelo do referido distintivo.

(Aviso n. 484, de 11-VII-949 — "Diário Oficial" de 5-VIII-949.)

\* \*

### NORMAS SOBRE O EMPREGO DE PATRULHAS MILITARES

Transcrevo, para conhecimento do Exército e devida execução, a seguinte Circular n. 106, de 30 de julho do corrente ano:

"O Exmo. Sr. Presidente da República, tendo em vista a conveniência de que as missões de caráter policial, executadas pelas polícias das Forças Armadas, no Distrito Federal, e fora das zonas estritamente militares, possam ser cumpridas com eficiência e representem sempre útil colaboração ao trabalho das autoridades policiais civis, na manutenção da ordem na via pública, evitando-se os atritos e sutis interferências na ação peculiar das polícias civis, determinou-se encarecer a V. Excia. a necessidade de serem observadas as seguintes normas:

1. O emprego de patrulhas ou frações mais importantes de tropa

das polícias do Exército, Marinha ou da Aeronáutica, no desempenho de missões exclusivamente policiais, só se deve verificar para atender, em concurso com as autoridades policiais civis, a repressão de conflitos, distúrbios ou incidentes, onde estiverem envolvidos elementos pertencentes a qualquer das corporações militares.

2. A saída e emprêgo de patrulhas ou frações mais importantes de tropa para essas missões, em qualquer caso, devem ser rigorosamente condicionados à aprovação prévia de uma única autoridade militar designada, em cada um dos Ministérios militares, pelo respectivo Ministro.

3. O comandante da tropa encarregada de tais missões que, inicialmente, entrará em contacto com as autoridades policiais civis, deve ser instruído no sentido de:

a) prestigiar e auxiliar a ação da polícia, concertando com as autoridades civis policiais presentes, a melhor forma de cooperação;

b) providenciar, imediatamente, o afastamento ou a prisão dos elementos militares envolvidos; os civis detidos na ocasião, por qualquer circunstância, deverão ser, imediatamente, entregues às autoridades policiais civis;

c) evitar interferir na ação policial civil conduzida pelas respectivas autoridades.

4. Os militares ou as autoridades que tiverem apelado, sem razão fundada para o recurso, às polícias das corporações militares e concorrido, assim, para injustificadamente movimentá-las ou levá-las a intervir em questões ou acontecimentos públicos ou privados da esfera peculiar à ação das polícias civis, deverão ser responsabilizados — General João Valdetaro de Amorim e Melo, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República”.

(Aviso n. 529, de 5-VIII-949 — “Diário Oficial” de 6-VIII-949.)

#### MODIFICAÇÃO NO EFETIVO DE TENENTES DAS ARMAS

DECRETO N. 27.013 — DE 4 DE AGOSTO DE 1949

Modifica a redação do art. 1º do Decreto n. 24.675, de 15 de março de 1948

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto número 24.675, de 15 de março de 1948,

passa, no tocante aos efetivos em 1º Tenentes, a ter a seguinte redação:

Infantaria:

701 — 1º Tenentes.

Cavalaria:

395 — 1º Tenentes.

Artilharia:

524 — 1º Tenentes.

Engenharia:

215 — 1º Tenentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

(“Diário Oficial” de 6-VIII-949.)

\* \*

#### AVERBAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES

(Solução de consulta)

Em solução à consulta do Fiscal Administrativo do Q.G. da 7ª Região Militar, sobre averbação de consignações, declaro: Serão aceitas para averbação as consignações a favor das Caixas Econômicas Federais e da Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército, desde que o total dos valores dessas consignações mais os descontos obrigatórios não ultrapasse de 30 % dos vencimentos ou proventos da inatividade, de acordo com o art. 4º do Decreto-lei n. 832, de 5 de novembro de 1939. Além desse limite e até 60 % dos vencimentos ou proventos, só poderão ser averbadas as consignações com finalidade prevista na alínea a) do § 1º do dispositivo legal citado.

(Aviso n. 532, de 5-VIII-949 — “Diário Oficial” de 8-VIII-949.)

\* \*

#### REENGAJAMENTO

(Solução de consulta)

Consulta o Cmt. da 5ª Região Militar se a um 3º Sargento “Mestre de Rebocador” pode ser concedido reengajamento com amparo no parágrafo único do art. 89 da Lei de Serviço Militar. Em solução, considerando os pareceres da Diretoria do Pessoal e do Estado-Maior do Exército, declaro:

Aos 3ºs Sargentos das Unidades de fronteira, classificados “mestre de re-

bocador", habilitados com a carteira correspondente, fornecida pela Capitania dos Portos, poderá ser concedido reengajamento na forma do parágrafo único do art. 89 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946.

(Aviso n. 535, de 8-VIII-949 — "Diário Oficial" de 10-VIII-949.)

#### GUARNIÇÃO DA CAPITAL FEDERAL

De conformidade com o que propõe o Comandante da Zona Militar Leste e 1ª Região Militar, a tropa do Exército sediada na Capital Federal passa a constituir uma única Guarnição, sob o comando da referida autoridade.

(Aviso n. 530, de 5-VIII-949 — "Diário Oficial" de 9-VIII-949.)

#### DIA DA ARVORE

(Solenidades)

Com o propósito de colaborar com o Conselho Florestal Federal em sua elevada campanha de defesa de nosso patrimônio florestal, determino aos Srs. Comandantes de Regiões Militares que, nos Corpos, Estabelecimentos e Repartições sob seu comando, no dia 21 de setembro próximo vindouro, às 10 horas, façam realizar solenidades que contribuam para intensificar em nosso meio o culto da "Árvore", mostrando aos nossos soldados, da forma que julgarem mais oportuna, o valor desse precioso elemento pósto pela natureza à disposição do homem para satisfação de inúmeras de suas necessidades vitais.

(Aviso n. 537, de 8-VIII-949 — "Diário Oficial" de 10-VIII-949.)

#### VANTAGENS A MILITARES DA FEB MUTILADOS

#### LEI N. 776 — DE 8 DE AGOSTO DE 1949

Assegura vantagens aos militares da FEB, mutilados em consequência de ferimento recebido ou moléstia adquirida nas zonas de combate da campanha da Itália.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Aos militares, convocados ou não, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que operou

na Itália em 1944-1945, incapacitados na forma por que define o art. 2º, do Decreto-lei n. 8.795, de 23 de janeiro de 1946, caberão sempre as vantagens estatuidas no parágrafo único do mesmo dispositivo legal, desde que, em consequência de ferimento recebido ou de moléstia adquirida, tenham sofrido amputação de perna ou de braço.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogada as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 18-VIII-949.)

#### REGULAMENTO DAS FORTIFICAÇÕES COSTEIRAS

O "Diário Oficial" de 12-VIII-949 publica o Decreto n. 26.969, de 27-VII-949 que aprova o Regulamento das Fortificações Costeiras.

#### "ESQUADRAO TENENTE AMARO"

#### DECRETO N. 27.060 — DE 17 DE AGOSTO DE 1949

Dá a denominação de "Esquadrão Tenente Amaro" ao 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e

Considerando que o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, criado a 6 de dezembro de 1943 como componente da Força Expedicionária Brasileira, teve ação destacada nas operações militares realizadas nos campos de batalha da península Itálica;

Considerando que o 2º Tenente R-2 Amaro Felicíssimo da Silveira muito contribuiu para a organização e manutenção da novel unidade, à qual se afeiçoara e em cujas fileiras tombou à frente de uma patrulha, na região de Montilocco, nas encostas do maciço Belvedere La Torracia, a 20 de novembro de 1944, decreta:

Artigo único. O 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado passa a denominar-se "Esquadrão Tenente Amaro".

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

**EURICO G. DUTRA.**

*Canrobert. P. da Costa.*

("Diário Oficial" de 19-VIII-949.)

\* \*

**ESTANDARTE-DISTINTIVO DO  
"ESQUADRÃO TENENTE AMARO"**

**DECRETO N. 27.061 — DE 17 DE  
AGOSTO DE 1949**

Cria o estandarte-distintivo do "Esquadrão Tenente Amaro".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, Item I, da Constituição e

Considerando a necessidade de se perpetuar em um estandarte-distintivo a ação heroica do Primeiro Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, onde seja lembrado o solo em que tombou mortalmente ferido, em ação de combate, o bravo 1º Tenente R/2 Amaro Felicíssimo da Silveira;

Considerando que esse estandarte-distintivo deve expressar, na sua cor e desenho, a valorosa arma de cavalaria, integrada na Força Expedicionária Brasileira e com ela partilhante dos louros imarcescíveis da Vitória;

Considerando que se deve sobrepor a esse distintivo um símbolo da intrepidez fulminante de Osório, quando investia com os seus lendários Centauros do Awaí, assim como as inscrições de nomes, em letras de ouro, de cidades e lugares que marcam a trajetória de lutas e sacrifícios em que se empenhou a Unidade, revelando, pela impavidez e bravura dos seus soldados, as fundadas esperanças que temos no futuro grandioso do Brasil;

Considerando, finalmente, que a data de 6 de dezembro de 1943 assinala a criação do Esquadrão de Reconhecimento como parte componente da Força Expedicionária Brasileira, decreta:

Artigo único. Fica criado o estandarte-distintivo do "Esquadrão Tenente Amaro" (1º Esquadrão de Re-

conhecimento Mecanizado), de acordo com o modelo anexo e as seguintes características:

- a) Campo franjado de verde e vermelho;
  - b) ao centro o distintivo do Esquadrão, formado por uma roda pneumática de cor branca e lavrada de prata, e rematada por um elmo de prata com viseira e guarnições de ouro, no cruzamento de duas lanças, com bandeirolas e laços tudo de cor branca;
  - c) sobre a roda pneumática, um escudo de vermelho com um centauro de prata desferindo um raio de ouro. Abaixo da roda descrita, dois ramos de louros de ouro, atados de vermelho;
  - d) na parte superior do campo, em arco, a palavra *Esquadrão* e, no sentido horizontal do eixo, à direita da roda pneumática, a palavra *Tenente* e, à esquerda, a palavra *Amaro*. Na parte inferior do campo, entre dois pontos, a data *26 de dezembro de 1943*;
  - e) nos ângulos superiores, à direita, as inscrições: *Gaggio Montano* e, à esquerda, *Marani Sul Panaro*. Entre a data assinalada e o distintivo do Esquadrão, a inscrição: *Collecchio*;
  - f) todas as letras constantes do que se acha descrito, em ouro;
  - g) estandarte franjado de ouro; e
  - h) laço militar com o título: *1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado*, também em letras de ouro.
- Dimensões: 0,80 x 1,10 m.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

**EURICO G. DUTRA.**

*Canrobert. P. da Costa.*

("Diário Oficial" de 20-VIII-949.)

NOTA — O modelo do estandarte-distintivo acha-se publicado à pág. 12099 do "Diário Oficial" de 20 de agosto de 1949.

**GUARANÁ IPIRANGA**

INDÚSTRIA BRASILEIRA — REG. NO S.P.A.P. SOB N. 11.632

**LUCAS & PANTOZI**

RUA UM, 131 — FONE, 101 — ORLÂNDIA — E. DE S. PAULO



## COLABORARAM NESTE NÚMERO :

Gen. Francisco Pereira da Silva Fonseca  
Eng<sup>o</sup>. Ernesto Luiz Oliveira Junior  
Cel. Renato Baptista Nunes  
Cel. F.L. Bioesa  
Cel. Av. Eng<sup>o</sup>. Joelmir Campos de Araripe Macedo  
Ten.-Cel. Altair Franco Ferreira  
Ten.-Cel. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura  
Ten.-Cel. Felcissimo de Azevedo Aveline  
Ten.-Cel. J.H. Cunha Garcia  
Ten.-Cel. Ary Quintela  
Maj. José Campos de Aragão  
Cap. Moacyr Ribeiro Coelho  
Cap. Carlos de Meira Mattos  
Cap. Leopoldo Freire  
1<sup>o</sup> Ten. Cândido José de Siqueira  
2<sup>o</sup> Ten. Gustavo Lisboa Braga

EX-LIBRIS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.  
IMPRENSA MILITAR  
Rio de Janeiro — 1949